



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO**

PRISCILA HONÓRIO EVANGELISTA

**O IMPACTO DA LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE
SERVIÇOS NA ECONOMIA BRASILEIRA**

BRASÍLIA

2008



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO**

PRISCILA HONÓRIO EVANGELISTA

**O IMPACTO DA LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE
SERVIÇOS NA ECONOMIA BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia do Setor Público.

Orientador: Prof. Dr. Vander Lucas

BRASÍLIA
2008

Dedicatória

*Ao meu esposo, pela doce
companhia, a meus pais, por
sempre acreditarem que eu
seria capaz, e a meu irmão,
pelo carinho e estímulo.*

Agradecimentos

A Deus, pelo sustento e direção em todos os momentos.

Ao Prof. Vander Lucas, pela orientação, pela disponibilidade, pelas sugestões e pelas valiosas indicações bibliográficas.

À Prof^a. Daniela Pinheiro, pelo auxílio no desenvolvimento do modelo e utilização do software e pelos comentários que enriqueceram o trabalho.

Aos colegas, que se tornaram mais que colegas, grandes companheiros e amigos para uma vida.

A todos professores do MESP, pelos momentos de aprendizado.

À Inez, pela atenção, paciência e organização dos recursos do MESP.

A todos os amigos que acompanharam, confiaram e acreditaram na vitória.

RESUMO

A proposta desta tese é analisar os impactos na economia brasileira da liberalização proposta no Acordo Geral para o Comércio de Serviços (GATS) em negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC). Considerando a crescente participação do setor de serviços no PIB dos países e nos fluxos globais de comércio, faz-se necessário mensurar e comparar os ganhos potenciais da liberalização do comércio de serviços em face da liberalização do comércio de bens. Por meio de modelo de equilíbrio geral computável, ajustado para refletir as singularidades do comércio de serviços, simula-se a abertura comercial de serviços, bens e de ambos, visando a avaliar seus efeitos sobre a participação setorial no produto e sobre o nível de bem-estar geral da economia. Os resultados obtidos sugerem que a liberalização do comércio de serviços melhora o bem-estar da economia e causa alteração mínima na participação dos setores na composição do PIB.

Palavras-Chaves: liberalização do comércio de serviços; Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS); modelo de equilíbrio geral computável.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to analyze the impacts of commercial liberalization in the context of the General Agreement on Trade in Services (GATS) in negotiation at the World Trade Organization (WTO). Considering the growth of the services sector's share on the GDP of countries and the global commercial flows, become necessary to quantify and to compare the potential gains of services liberalization against goods liberalization. Through a computable general equilibrium model, adjusted to show the singularities of services liberalization, this work simulates the openness of the commercial in services, in goods and in both sectors, in order to value the effects on the sector's share on the GDP and the gains in economic welfare. The result suggests that services liberalization improves economic welfare and causes a minimum impact on the sector's share of the GDP.

Keywords: services liberalization; General Agreement on Trade in Services (GATS); computable general equilibrium model.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DESTINO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE SERVIÇOS – 2006	20
TABELA 2: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE SERVIÇOS – 2006	21
TABELA 3: SETORES SUPERAVITÁRIOS DA CONTA DE SERVIÇOS – 2005.....	22
TABELA 4: CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS.....	26
TABELA 5: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO, RENDA E DA DEMANDA - BRASIL (2003) - R\$ MILHÕES.....	68
TABELA 6: COMÉRCIO INTERNACIONAL - BRASIL (2003) - R\$ MILHÕES	69
TABELA 7: DEPENDÊNCIA COMERCIAL SETORIAL - BRASIL (2003)	70
TABELA 8: DEPENDÊNCIA COMERCIAL SETORIAL COM IED - BRASIL (2003)	71
TABELA 9: VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS	73
TABELA 10: ÍNDICES DE ABERTURA DO BRASIL AO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS - AM E TN.....	80
TABELA 11: ÍNDICE SETORIAL DO BRASIL AO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS - AM E TN.....	82
TABELA 12: ÍNDICE DE RESTRIÇÃO REGULATÓRIA AO IED POR PAÍS E SETOR	87
TABELA 13: TARIFAS EQUIVALENTES ESTIMADAS POR HOEKMAN	89
TABELA 14: TARIFAS EQUIVALENTES ESTIMADAS POR FRANÇOIS	90
TABELA 15: TARIFAS EQUIVALENTES ESTIMADAS POR PARK	90
TABELA 16: ÍNDICE DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA PRESTADOR ESTRANGEIRO POR PAÍS E SETOR.....	93
TABELA 17: MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS DAS RESTRIÇÕES NOS PREÇOS E/OU CUSTOS	94
TABELA 18: EFEITOS SETORIAIS DA LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS (VARIAÇÕES PERCENTUAIS)	103
TABELA 19: EFEITOS SETORIAIS DA LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS (VARIAÇÕES PERCENTUAIS)	105
TABELA 20: EFEITOS SETORIAIS DA LIBERALIZAÇÃO CONJUNTA DO COMÉRCIO DE BENS E DE SERVIÇOS (VARIAÇÕES PERCENTUAIS)	106
TABELA 21 - NÍVEL DE BEM-ESTAR DA ECONOMIA APÓS A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL	107
TABELA 22 – PARTICIPAÇÃO % DOS SETORES NO PIB NOS DIFERENTES CENÁRIOS DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL	107

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: EVOLUÇÃO DA CORRENTE DE COMÉRCIO DE SERVIÇOS – MUNDO – US\$ MILHÕES.....	16
FIGURA 2: PRINCIPAIS REGIÕES EXPORTADORAS DE SERVIÇOS	16
FIGURA 3: EVOLUÇÃO % DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E MUNDIAIS DE SERVIÇOS	17
FIGURA 4: EVOLUÇÃO % DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS E MUNDIAIS DE SERVIÇOS	17
FIGURA 5: EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL DE SERVIÇOS – US\$ MILHÕES	18
FIGURA 6: EXPORTAÇÕES DE SERVIÇOS COM RELAÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES DE BENS - BRASIL	19
FIGURA 7: PRINCIPAIS ESTADOS EXPORTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL – 2006	19
FIGURA 8: PRINCIPAIS ESTADOS IMPORTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL – 2006	20
FIGURA 9: SALDO DA CONTA DE SERVIÇOS – US\$ BILHÕES	21
FIGURA 10: ORIGEM DA RECEITA DE SERVIÇOS NO BRASIL – 2006 – PARTICIPAÇÃO (%)	22
FIGURA 11: PARTICIPAÇÃO % NO VALOR ADICIONADO AO PIB BRASILEIRO – 2000/2005	23
FIGURA 12: INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL – PARTICIPAÇÃO %	23
FIGURA 13: DISTRIBUIÇÃO % DOS EMPREGOS FORMAIS – 2006	24
FIGURA 14: EMPREGOS FORMAIS NO SETOR DE SERVIÇOS.....	24
FIGURA 15: PRINCIPAIS GRUPOS DO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL – 2004.....	25
FIGURA 16: ESQUEMA DA ESTRUTURA DO MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL	97

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
1 – A EVOLUÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS	15
2 – AS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS EM SERVIÇOS.....	26
2.1 – O GATS	32
2.2 – Os MODOS DE PRESTAÇÃO EM SERVIÇOS.....	35
3 – ABORDAGEM TEÓRICA DOS MÉTODOS DE QUANTIFICAÇÃO DAS BARREIRAS AO COMÉRCIO DE SERVIÇOS.....	39
3.1 – MEDIDAS DE FREQUÊNCIA.....	40
3.2 – IMPACTO DAS RESTRIÇÕES SOBRE OS PREÇOS	41
3.3 – IMPACTO DAS RESTRIÇÕES SOBRE A QUANTIDADE.....	42
3.4 – MODELOS GRAVITACIONAIS	43
3.5 – MEDIDAS BASEADAS NOS RESULTADOS FINANCEIROS.....	44
4 – ESTUDOS EMPÍRICOS SOB A ÓTICA DE EQUILÍBRIO GERAL	46
4.1 – Os MODELOS EGC PARA O BRASIL	48
4.2 – Os MODELOS EGC PARA O SETOR DE SERVIÇOS	51
5 – ANÁLISE DO MERCADO NACIONAL DE SERVIÇOS.....	66
5.1 – IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO, RENDA E COMÉRCIO EM 2003	66
5.2 – O GRAU DE ABERTURA COMERCIAL DO BRASIL EM SERVIÇOS	74
5.3 – O GRAU DE RESTRIÇÃO AO IED.....	85
5.4 – ESTIMATIVAS DE EQUIVALENTES TARIFÁRIOS PARA AS BARREIRAS AO COMÉRCIO DE SERVIÇOS	88
6 - O MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL	95
6.1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS	96
6.2 - MENSURAÇÃO DO NÍVEL DE BEM-ESTAR DA ECONOMIA	100
6.3 - A MATRIZ DE CONTABILIDADE SOCIAL.....	101
7 - SIMULAÇÕES DOS CENÁRIOS DE ABERTURA COMERCIAL	103
7.1 - ABERTURA COMERCIAL EM BENS	103
7.2 - ABERTURA COMERCIAL EM SERVIÇOS	105
7.3 - ABERTURA COMERCIAL EM BENS E SERVIÇOS.....	106
7.4 – SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	107
CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS	109
BIBLIOGRAFIA	112

Introdução

As atividades de serviços estão ganhando grande relevância na economia dos países. A participação dessas atividades na geração de renda e riqueza nas economias nacionais impulsiona a competitividade interna e externa, gera empregos qualificados e acelera o progresso tecnológico. O resultado são taxas crescentes de desenvolvimento econômico.

O setor de serviços responde hoje por aproximadamente 80% do Produto Interno Bruto (PIB) nos países desenvolvidos e cerca de 67% do PIB no Brasil. Esta tendência é crescente tendo em vista que, atualmente, quase 50% dos custos de produção e mais de 50% dos empregos globais vêm desse setor. O conteúdo de serviços na indústria manufatureira e a dependência dessa indústria em relação às atividades terciárias se intensificam.

O setor de serviços também ganha destaque no comércio internacional. O comércio de serviços corresponde por cerca de 25% dos fluxos globais de comércio e cresce em ritmo muito mais acelerado do que o comércio de bens. A abrangência da definição do que se entende por serviços, somado às amplas possibilidades de lucros abertas pelos processos de privatização de inúmeros serviços públicos, coloca o tema no topo das prioridades negociadoras dos Estados Unidos, União Européia, Japão, Canadá, entre outros, tanto no âmbito das negociações regionais quanto no da Organização Mundial de Comércio (OMC).

O setor de serviços ganhou atenção especial nas negociações internacionais de comércio com o estabelecimento do Acordo Geral de Comércio de Serviços (*General Agreement on Trade in Services / GATS*), dentro da OMC, que veio reconhecer a contribuição do comércio de serviços para o crescimento da economia mundial, constituindo um quadro de princípios e regras para o comércio de serviços visando à expansão do mesmo sob condições de transparência e liberalização progressiva.

O setor de serviços constituiu-se uma das grandes demandas dos países desenvolvidos frente aos em desenvolvimento nos fóruns de negociação comercial. Enquanto o Brasil exerce liderança no pleito pela liberalização da agricultura, os negociadores dos países desenvolvidos mantêm a defensiva de sua agricultura doméstica e assumem postura agressiva pela abertura do comércio de serviços.

O grande questionamento que surge é se estaria o Brasil na estratégia correta ao eleger agricultura como prioridade da política internacional tendo em conta o crescimento da participação do setor de serviços não somente nos fluxos internacionais de comércio, mas, sobretudo, em sua atuação como propulsor do desenvolvimento econômico.

Entretanto, a resposta ao questionamento não é tão simples. Apesar das atividades de serviços responderem atualmente por parte significativa do emprego e da geração de riquezas nas economias mundiais, tais atividades possuem algumas características próprias que tornam sua produção e comercialização um processo um tanto quanto distinto dos processos que envolvem bens. A começar pelo processo produtivo, os serviços reúnem atividades cuja produção não é, em geral, material ou mensurável em unidades físicas, o que os torna intangíveis. Outra característica é que o produto das atividades de serviços somente existe durante o processo produtivo, dado que os períodos de prestação de um serviço e seu consumo são simultâneos, tornando o processo produtivo efêmero e, por conseqüência, não é possível manter um estoque dos produtos obtidos. Nesse contexto, a produção de um serviço, ao contrário da produção de bens, não pode ocorrer independentemente da presença de seu consumidor. Sendo o serviço um bem não estocável, para que haja sua prestação, faz-se necessário o deslocamento dos fatores de produção, capital e trabalho. Assim, qualquer restrição ao movimento dos fatores de produção necessários à prestação de um serviço presente na legislação doméstica de um determinado país, torna-se uma barreira ao comércio internacional desse serviço.

Dessa forma, a identificação das barreiras ao comércio internacional de serviços deverá ultrapassar a identificação de tarifas de importação, ampliando

a análise aos aspectos da legislação nacional que estejam relacionados com a sua prestação. Este exercício se assemelha ao processo de identificação das barreiras não-tarifárias que limitam o comércio de bens. Entretanto, em serviços o estudo deve envolver as limitações ao deslocamento dos fatores de produção. Esta tarefa é de grande relevância para que o país possa aperfeiçoar seus instrumentos de política comercial, criando condições para análises mais profundas quanto aos ganhos setoriais e gerais na economia, decorrentes dos acordos de liberalização comercial.

O GATS define quatro modos de prestação para o comércio internacional de serviços: (i) comércio transfronteiriço, quando o serviço é prestado do território de um país para o território de outro país; (ii) consumo no exterior, quando o consumidor se desloca ao território do país onde está o prestador do serviço; (iii) presença comercial, quando uma firma estrangeira se instala localmente no país para prestar um serviço; e (iv) presença de pessoas físicas, quando os indivíduos deslocam-se temporariamente a um país estrangeiro para prestar um serviço. Destes quatro modos de prestação, o que possui maior participação no comércio internacional de serviços, tendo em vista a necessidade de simultaneidade entre produção e consumo na prestação de serviços, é o modo presença comercial. E o investimento estrangeiro direto (IED) é o principal meio utilizado para que firmas estrangeiras estabeleçam presença comercial no país. Assim, para a maioria dos setores, a liberalização comercial em serviços está estreitamente relacionada com a redução das restrições à entrada de IED.

Alguns estudos têm sido publicados no sentido de calcular equivalentes tarifários para as barreiras comerciais em serviços. Esses estudos consideram o grau de restrição do país ao deslocamento dos fatores de produção, e incorporam essas restrições aos componentes determinantes dos custos e preços dos serviços, visando a estimar os efeitos das restrições aos preços ou às quantidades dos serviços prestados. A *Productivity Commission* da Austrália tem construído índices sobre o grau relativo de restrição ao comércio de serviços para diferentes atividades e países, levando em consideração os diversos tipos de restrição existentes e o peso da atividade na produção

econômica. Estes índices são transformados em tarifas ou impostos equivalentes, que, apesar de serem apenas uma aproximação, são bastante úteis para os estudos de política comercial.

Tendo em vista o exposto, o principal objetivo deste trabalho é avaliar os possíveis impactos na economia brasileira decorrentes da liberalização do comércio de serviços em negociação na OMC. Por meio de um modelo de equilíbrio geral computável, ajustado para refletir as singularidades do comércio de serviços, serão efetuadas simulações de abertura comercial em serviços, em bens e em ambos, visando a avaliar seus efeitos sobre a participação setorial no produto e sobre o nível de bem-estar geral da economia.

Dessa forma, o presente estudo foi dividido em sete capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo teremos uma exposição sobre a evolução do setor de serviços na economia nacional e sua participação no comércio internacional, no valor adicionado, no investimento estrangeiro direto que entra no país e na geração de empregos.

O capítulo 2 faz uma explanação sobre as características das atividades de serviços, as particularidades em seu processo de produção e comercialização, o contexto de inclusão do comércio internacional de serviços nas negociações da OMC, o GATS e seus modos de prestação.

Os dois capítulos seguintes fazem uma revisão literária sobre o comércio de serviços. O capítulo 3 apresenta algumas metodologias existentes para se mensurar as barreiras ao comércio de serviços, e o capítulo 4 traz alguns estudos empíricos já realizados sob a ótica do equilíbrio geral computável.

No capítulo 5 é realizada uma análise sobre o mercado nacional de serviços, sua participação na produção, renda e comércio do Brasil, seu grau de abertura comercial em serviços, e sobre alguns índices de restrição relacionados com as barreiras comerciais e estimativas de equivalentes tarifários.

O capítulo 6 desenvolve considerações sobre o modelo de equilíbrio geral computável empregado, com seus aspectos metodológicos, os índices de mensuração do bem-estar da economia e a matriz de contabilidade social.

Os diferentes cenários de liberalização comercial são simulados no capítulo 7, que apresenta os resultados de cada cenário quanto ao consumo, valor agregado, demanda por investimento, uso dos fatores de produção, comércio internacional, bem como o nível de bem-estar e a participação setorial no produto da economia. Por fim, as principais conclusões são sumarizadas na seção final, Conclusões e Trabalhos Futuros.

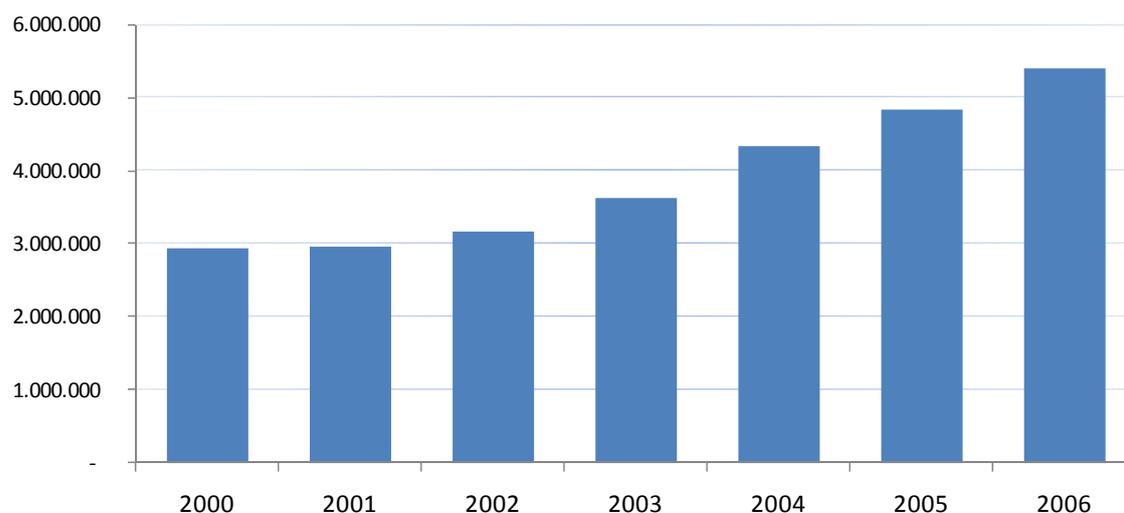
1 – A evolução do setor de serviços

Este capítulo busca apresentar o cenário do comércio de serviços no Brasil. Inicialmente são feitas algumas considerações sobre o comércio mundial com vistas a localizar a situação brasileira no contexto global. Num segundo instante, adentramos na realidade brasileira enquadrando a participação do setor de serviços na produção interna e no comércio exterior, e identificando os grandes estados exportadores e importadores, os parceiros comerciais mais relevantes e as principais atividades do setor de serviços para o comércio exterior do País.

Conforme mencionado, os serviços desempenham um importante papel nas economias modernas. Nos últimos anos, profundas transformações econômicas e tecnológicas colocaram em movimento um visível processo de reestruturação produtiva, que estreitou as relações entre os serviços e as demais atividades produtivas. As atividades de serviços ganham cada vez mais relevância na geração de renda e riqueza, contribuem sobremaneira para o aumento da competitividade interna e internacional, se tornando grandes propulsoras de desenvolvimento econômico.

As novas tecnologias e reformas nos processos de regulação encurtaram, em escala global, a distância entre os prestadores e os consumidores de serviços. Como reflexo, houve uma rápida expansão do comércio internacional de serviços (MDIC). Entre 2000 e 2006, o comércio mundial de serviços cresceu a uma taxa média anual de 13%. A corrente de comércio de serviços, em 2006, atingiu a marca dos US\$ 5.3 trilhões, representando um crescimento de 11% em relação a 2005.

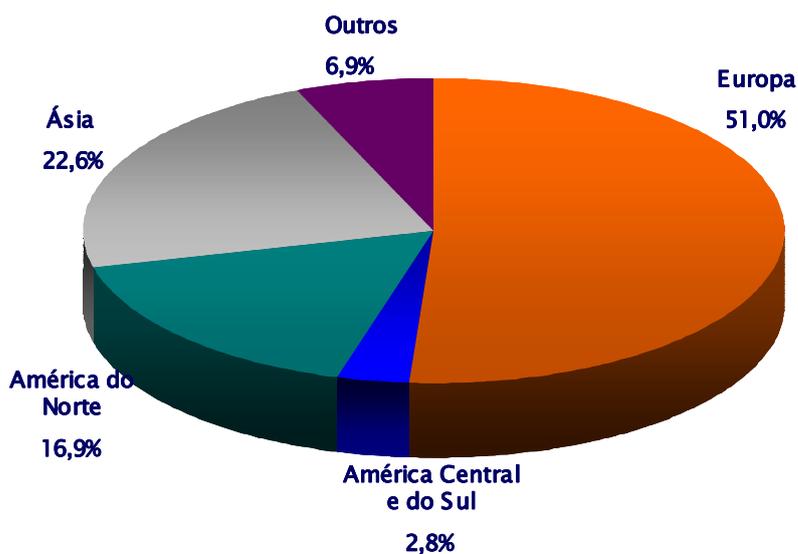
**FIGURA 1: Evolução da Corrente de Comércio de Serviços – Mundo – US\$
Milhões**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da OMC.

Apesar do grande avanço no comércio internacional de serviços, os grandes exportadores de serviços ainda estão concentrados entre os países desenvolvidos, com especial destaque para a Europa representando mais de 50% das exportações mundiais. Os países da América Central e do Sul contam com apenas 2,8% das exportações de serviços.

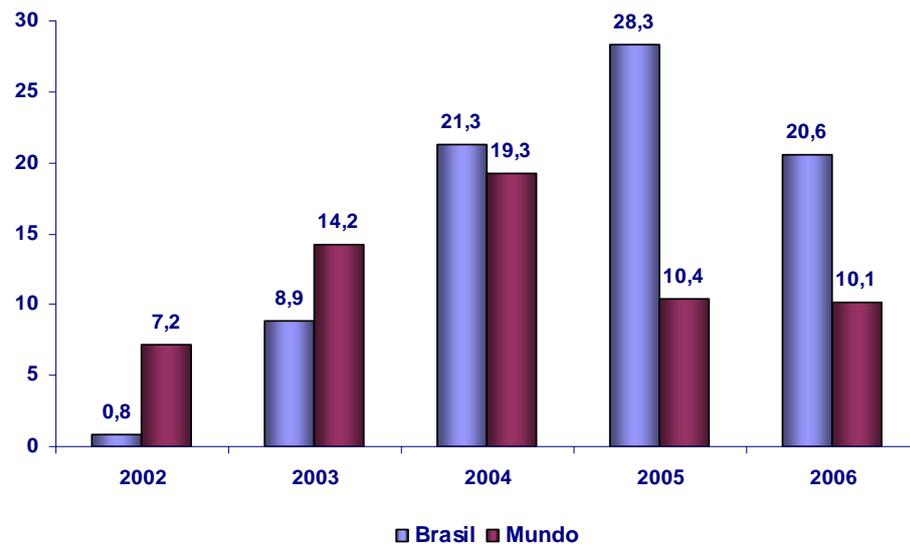
FIGURA 2: Principais Regiões Exportadoras de Serviços



Fonte: OMC
Elaboração: MDIC

Se observarmos mais especificamente o Brasil, apesar de seu comércio de serviços representar uma parcela ainda ínfima do comércio mundial, o País demonstra sinais de evolução. A partir de 2005, o crescimento de suas exportações passa a ser maior que o crescimento das exportações mundiais. A tendência se repete também para as importações.

FIGURA 3: Evolução % das Exportações Brasileiras e Mundiais de Serviços



Fonte: OMC

Elaboração: MDIC

FIGURA 4: Evolução % das Importações Brasileiras e Mundiais de Serviços



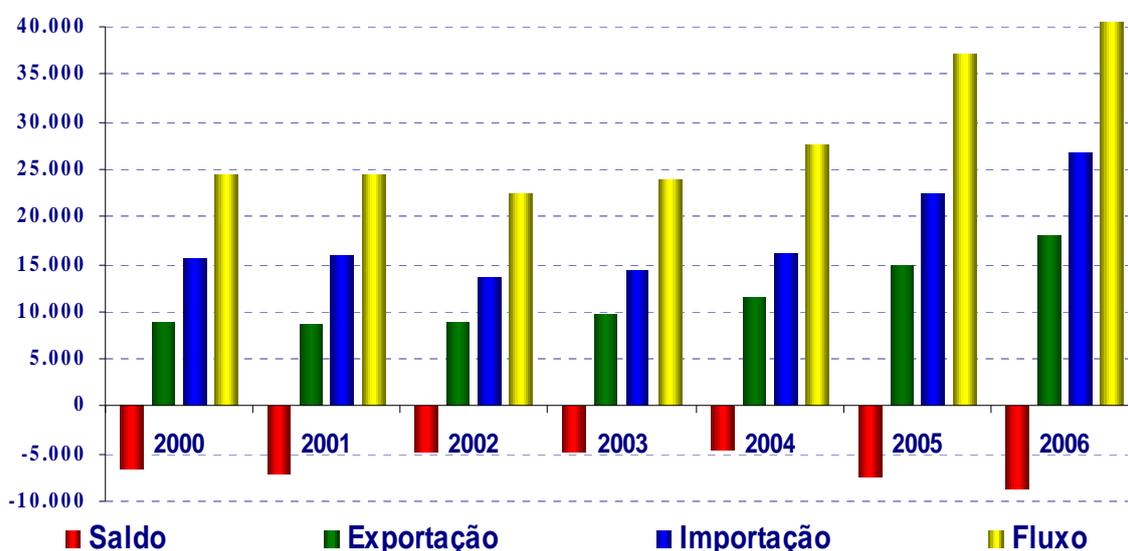
Fonte: OMC

Elaboração: MDIC

Em 2006, o Brasil ocupou a 30.^a posição no ranking dos principais exportadores e a 25.^a colocação entre os principais importadores mundiais.

No que diz respeito à balança comercial, os resultados também comprovam a melhora no ranking mundial. No ano de 2006, as exportações brasileiras de serviços foram de US\$ 17,9 bilhões contra US\$ 14,9 bilhões, no ano anterior, o que representa um crescimento de 20,6%. Já as importações de serviços totalizaram US\$ 26,7 bilhões, em 2006, com crescimento de 19,9% sobre o valor das aquisições externas de serviços, em 2005, de US\$ 22,3 bilhões.

FIGURA 5: Evolução da Balança Comercial de Serviços – US\$ Milhões

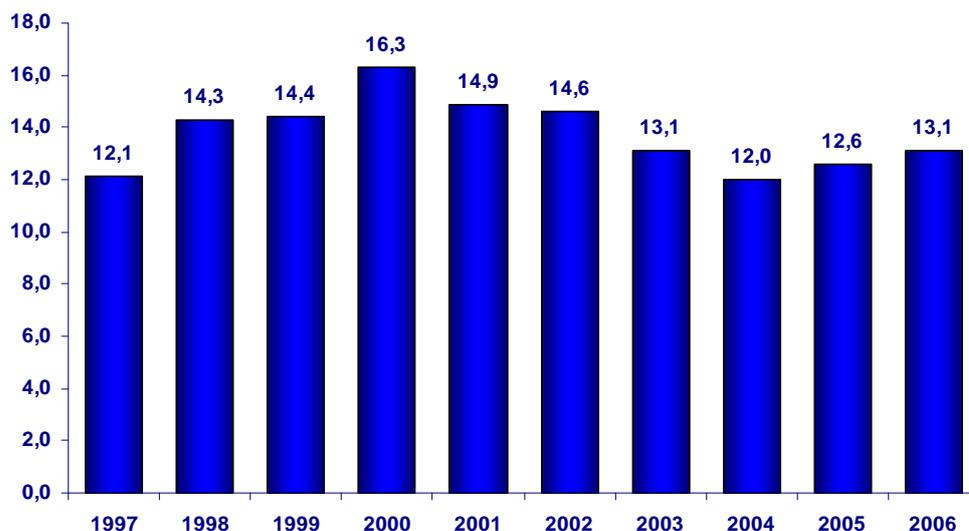


Fonte: OMC

Elaboração: MDIC

É importante ressaltar também que o crescimento das exportações brasileiras de serviços mais uma vez superou, em 2006, a taxa de crescimento das exportações de bens. Por vários anos consecutivos, até 1996, as exportações brasileiras de serviços não superaram a marca de 10% do valor das exportações de bens. Somente a partir de 1997 esta marca é superada. Em 2000, a proporção entre exportação de bens e serviços foi de 16,3%, valor recorde. Já em 2006, esta proporção passou a ser de 13,1%.

FIGURA 6: Exportações de Serviços com Relação às Exportações de Bens - Brasil

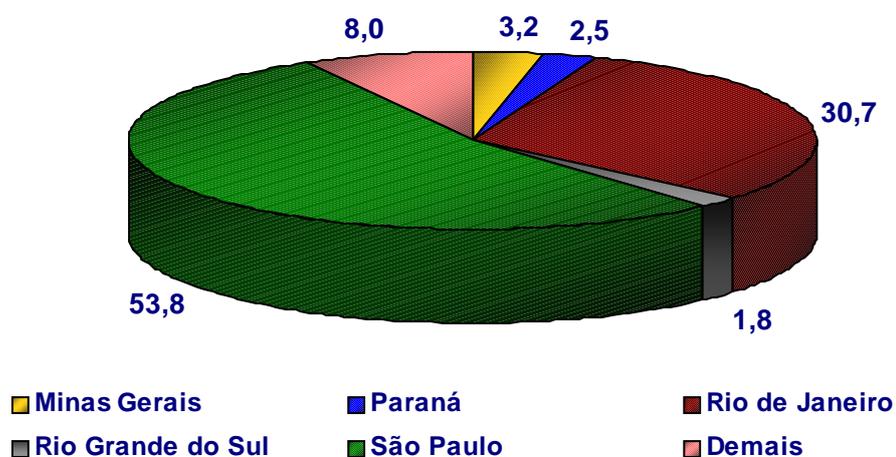


Fonte: OMC

Elaboração: MDIC

Apesar desse crescimento acentuado nos últimos anos, os grandes estados exportadores e importadores de serviços ainda encontram-se na região Sudeste, que é a região mais desenvolvida do País.

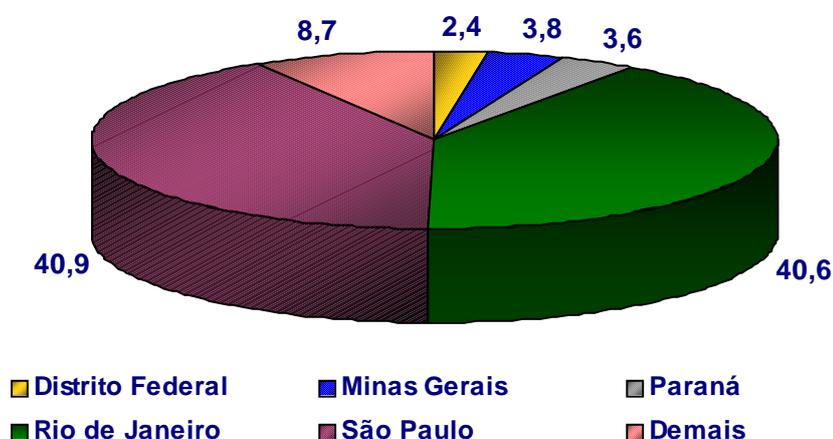
FIGURA 7: Principais Estados Exportadores de Serviços no Brasil – 2006



Fonte: Bacen

Elaboração: MDIC

FIGURA 8: Principais Estados Importadores de Serviços no Brasil – 2006



Fonte: Bacen
 Elaboração: MDIC

Passando a análise para a origem e destino do comércio internacional brasileiro em serviços, tem-se EUA e União Européia apresentando-se como os principais parceiros comerciais, o que confirma a tendência apresentada acima de que os grandes *players* do comércio de serviços são os países centrais.

TABELA 1: Destino das Exportações Brasileiras de Serviços – 2006

	Part (%)
Estados Unidos	52,5
União Européia	24,1
Mercosul exc. Venezuela	2,1
Japão	1
Canadá	0,9
China	0,3
Austrália	0,2
Índia	0,1
Coreia do Sul	0,06
Resto do Mundo	18,8

Fonte: Bacen
 Elaboração: MDIC

TABELA 2: Origem das Importações Brasileiras de Serviços – 2006

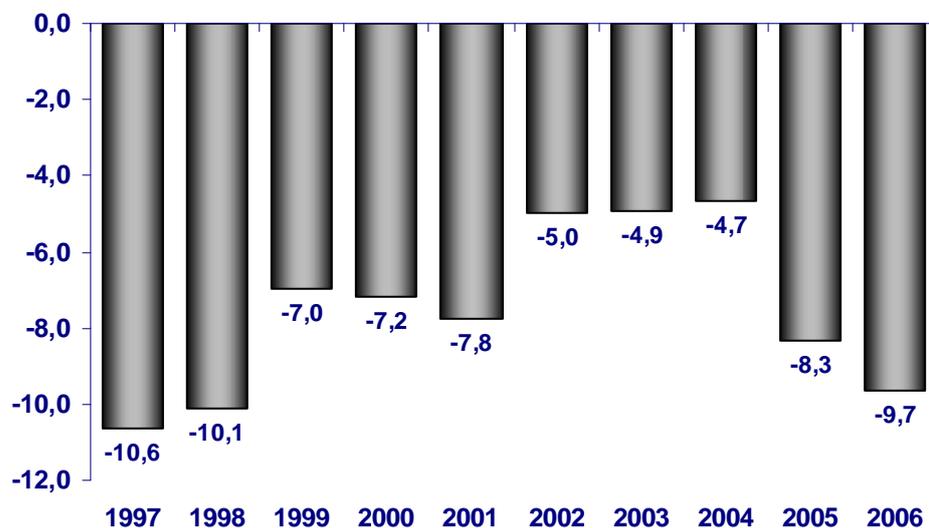
	Part (%)
Estados Unidos	46,9
União Européia	35,3
Japão	4,6
Mercosul exc. Venezuela	2,9
Canadá	2,4
Austrália	0,4
Coréia do Sul	0,4
China	0,2
Índia	0,1
Resto do Mundo	6,7

Fonte: Bacen

Elaboração: MDIC

Apesar do Brasil apresentar superávits em suas contas externas, quando tratamos a Conta de Serviços do Balanço de Pagamentos brasileiro separadamente, podemos observar que ela tem sido historicamente deficitária, contribuindo, em 2006, em US\$ 9,7 bilhões para o déficit.

FIGURA 9: Saldo da Conta de Serviços – US\$ Bilhões

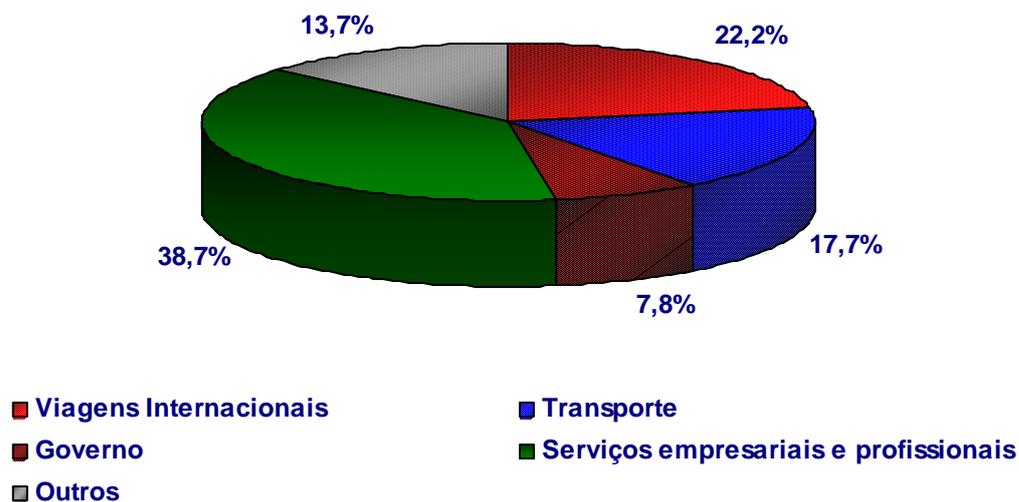


Fonte: OMC

Elaboração: MDIC

Em termos de receitas recebidas do exterior, a análise da distribuição setorial das receitas da Conta de Serviços, para o ano de 2006, apresenta os setores de viagens internacionais e transporte como os maiores recebedores.

FIGURA 10: Origem da receita de serviços no Brasil – 2006 – Participação (%)



Fonte: Bacen
Elaboração: MDIC

Contudo, se aprofundarmos a análise nos treze subsetores relativos à prestação de serviços entre residentes e não residentes, notamos que o País foi deficitário em nove setores e superavitário em apenas quatro, sendo eles: serviços de comunicação, construção, comércio e serviços empresariais e profissionais.

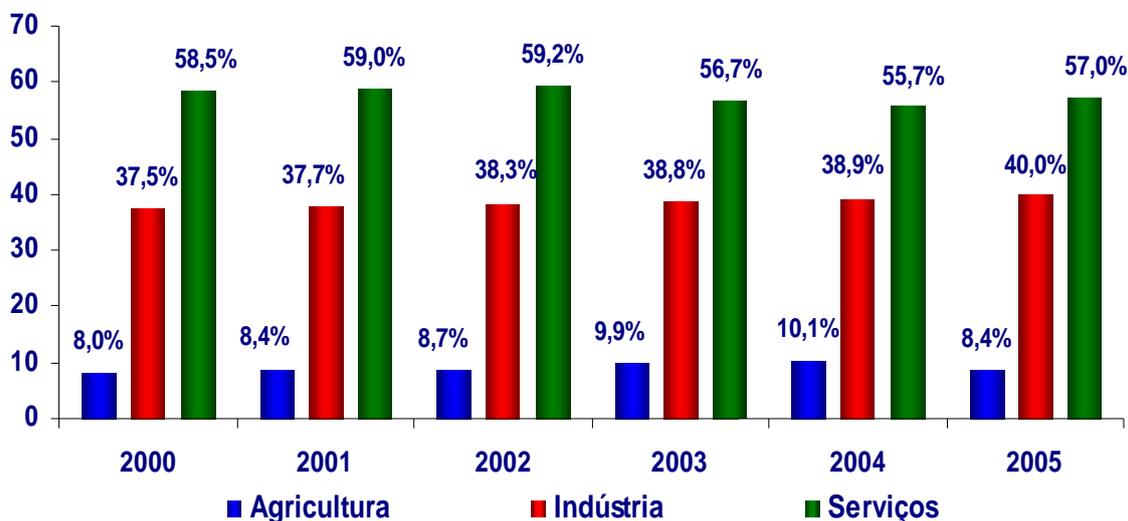
TABELA 3: Setores Superavitários da Conta de Serviços – 2005

	Valor
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	1.665
Instal/manut escritórios, administrativos e aluguel imóveis	1.528
Honorário de profissional liberal	308
Passe de atleta profissional	151
Comunicações	104
Publicidade	58
Construção	18
Serviços implantação/instalação de projeto técnico-econômico	4
Comércio	1

Fonte: Bacen
Elaboração: MDIC

No plano interno, o setor de serviços possui igualmente uma importância inequívoca para a economia brasileira. Nos últimos anos os serviços têm sido responsáveis por cerca de 57% do Produto Interno Bruto.

FIGURA 11: Participação % no Valor Adicionado ao PIB Brasileiro – 2000/2005

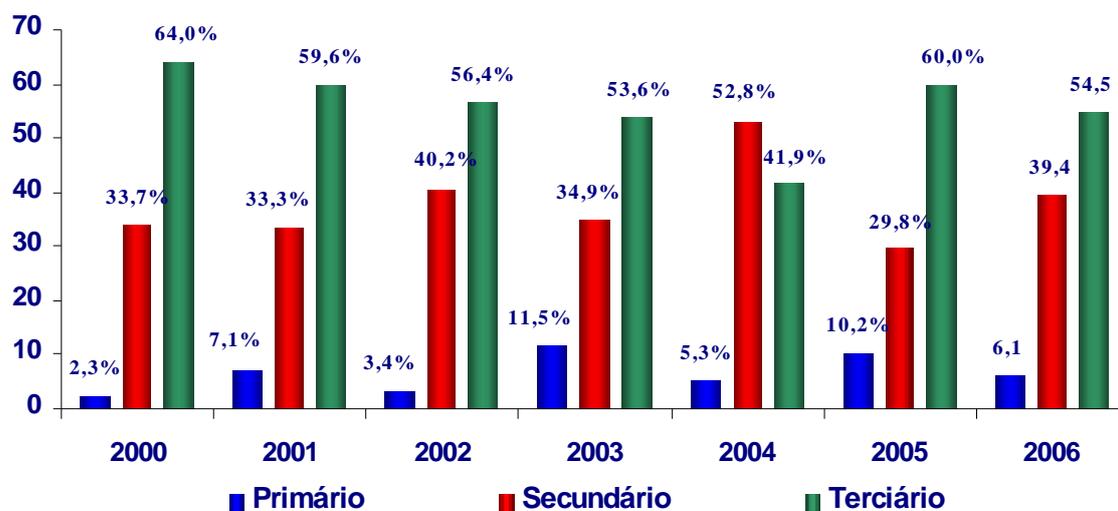


Fonte: IBGE

Elaboração: MDIC

Outro indicador importante para a economia do País é a entrada de investimento estrangeiro direto. Neste quesito, o setor de serviços do mesmo modo se destaca atraindo mais da metade dos investimentos estrangeiros diretos destinados ao Brasil.

FIGURA 12: Investimento Estrangeiro Direto no Brasil – Participação %

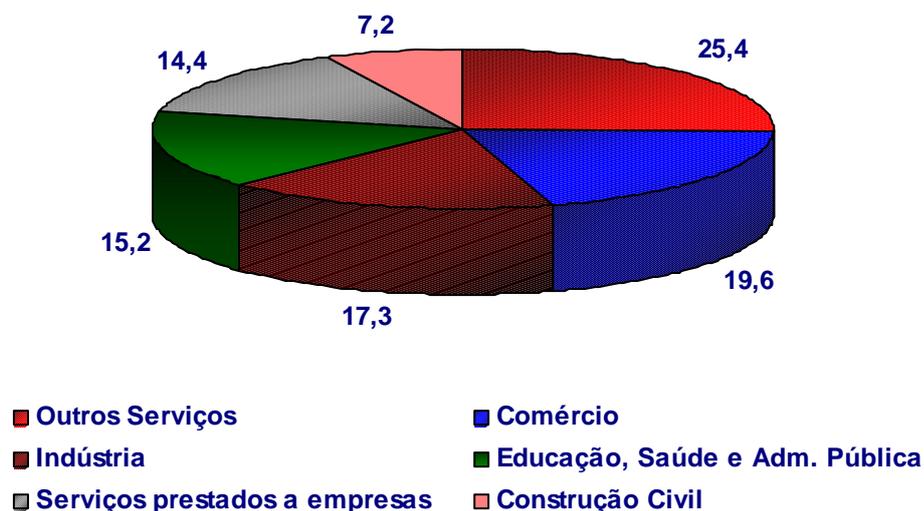


Fonte: Bacen

Elaboração: MDIC

No que diz respeito à geração de emprego, o setor de serviços surge como o grande empregador do Brasil. Somente em 2006, empregaram mais de 50% da força de trabalho no País, enquanto que a indústria empregou apenas 17,3%.

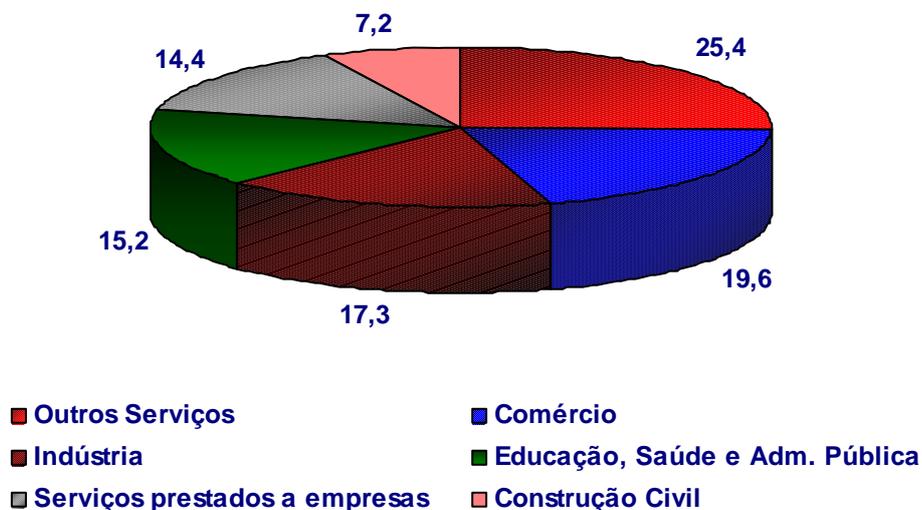
FIGURA 13: Distribuição % dos Empregos Formais – 2006



Fonte: IBGE
Elaboração: MDIC

Nota-se, ademais, uma tendência de crescimento desse percentual. Entre os anos de 2001 e 2005 houve um aumento de cerca de 20% dos empregos formais gerados pelo setor de serviços no País.

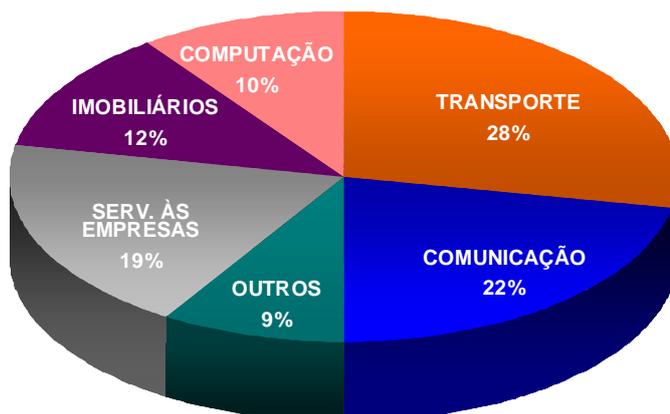
FIGURA 14: Empregos Formais no Setor de Serviços



Fonte: RAIS
Elaboração: MDIC

Isso se dá pelo fato dos serviços contarem com mais de 945 mil empresas atuando no Brasil. Dentre os principais grupos do setor de serviços do País, pode-se destacar transporte e telecomunicações.

FIGURA 15: Principais Grupos do Setor de Serviços no Brasil – 2004



Fonte: IBGE

Elaboração: MDIC

No que diz respeito ao tamanho dessas empresas, cabe ressaltar que das 20 maiores empresas do Brasil, 12 são empresas do setor terciário. Já em relação às micro e pequenas empresas, mais de 97% do total, correspondem a empresas prestadoras de serviços.

A partir dos dados acima apresentados, pode-se constatar que a atividade de serviços tem ampliado sua participação na economia brasileira, seguindo a mesma tendência observada em países desenvolvidos. Sua participação no PIB do País já alcança a média dos 58%, e, no comércio internacional, essas atividades também alcançam resultados importantes. Verifica-se também um grande potencial exportador em setores superavitários ligados à construção, engenharia, tecnologia de informação e turismo.

2 – As negociações comerciais em serviços

Apesar de 75% do comércio mundial de serviços concentrar-se em economias desenvolvidas, algumas nações em desenvolvimento buscam a cada dia ampliar sua participação no comércio mundial. E um dos mecanismos de ampliação desse comércio são os acordos internacionais. A organização internacional que trata das regras de comércio entre os países é a Organização Mundial de Comércio (OMC), que já possui um acordo específico para tratar o comércio de serviços, o Acordo Geral sobre Serviços (*General Agreement on Trade in Services / GATS*). Para entendermos melhor a forma como a OMC tem lidado com o comércio de serviços, o presente capítulo fará algumas considerações sobre as peculiaridades dos serviços, o GATS e seus modos de prestação.

As atividades de serviços apresentam algumas características que as diferem das atividades produtoras de bens. Os serviços reúnem atividades cuja produção não é, em geral, material ou mensurável em unidades físicas, o que os torna intangíveis. Outra característica dos serviços é a que seu produto somente existe durante o processo produtivo, i.e. os períodos de prestação de um serviço e seu consumo são simultâneos, tornando o processo produtivo efêmero e, conseqüência, não sendo possível manter um estoque dos produtos obtidos. Silva Neto (2005) consolida algumas características especiais das atividades de serviços, que podem ser observadas na tabela abaixo.

TABELA 4: Características das Atividades de Serviços

CARACTERÍSTICAS	CONDIÇÕES
Materialidade	Os serviços são observados como produtos intangíveis e perecíveis (desde que são consumidos no ato da produção e não podem ser estocados).
Efemeridade	Existência passageira, fugaz.

Interação produtor-consumidor	Existe um alto contato entre consumidor e produtor (fisicamente ou por meio de constante comunicação remota) e em geral o consumidor participa no processo de produção do serviço (aulas de ginástica, restaurante). Assim, não obrigatoriamente, as atividades seguem um padrão rígido estabelecido, pois em grande parte das vezes se amoldam à demanda momentânea do consumidor. Porém, em casos como a maior parte dos serviços públicos, encontram-se disponíveis o tempo todo, mesmo quando não são diretamente utilizados.
Localização	Outra característica normalmente estabelecida nas definições de serviços é que as instalações dessas atividades são localizadas de forma descentralizada e próximas ao consumidor, resultando na proliferação de pequenas empresas de serviços ou grandes empresas com unidades de produção descentralizadas geograficamente, dispersas pelos mercados consumidores.
Eficiência	As medidas de eficiência dos serviços são subjetivas, e o controle de qualidade envolve o consumidor e está embutido no processo de produção, pois na maioria das vezes o serviço não pode ser controlado e rejeitado pelo produtor antes de ser efetuado. Portanto, as opções de preços são amplas e costuma fugir ao controle rígido ou a padrões teoricamente estabelecidos.
Estocagem	Incapacidade de serem estocados, mantidos ou trocados.

Fonte e Elaboração: Silva Neto (2005).

A partir dessas características especiais, é possível identificar algumas diferenças entre os processos de produção e comercialização de bens e serviços. No comércio de bens, quando um produtor resolve vender um bem em um outro país, basta ele produzi-lo em seu país e transportá-lo ao país em que deseja vender seu produto. No comércio de serviços, por outro lado, quando um provedor deseja prestar serviços em outro país ele não consegue estocar o serviço em si. O que ele faz é o estoque da capacidade de prestar o serviço, pois os serviços devem ser produzidos e consumidos

simultaneamente, o que resulta na obrigatoriedade de se deslocar capital e ou trabalho para a prestação de um serviço no mercado internacional.

Neste contexto, o comércio transfronteiriço de serviços – aquele que ocorre diretamente de um país para outro país – só existe quando os serviços estão incorporados aos bens ou podem ser transmitidos através das redes de telecomunicações. Em geral, as firmas que vendem serviços a outro país não podem optar pela exportação ou pelo investimento direto como formas substitutas de acesso ao mercado externo. Na maioria das vezes, o investimento estrangeiro direto (IED) é a única forma de acesso do exportador de serviços a um novo mercado. Ao contrário do que ocorre com o comércio de serviços, em bens somente haverá IED em outro país, para produzir e vender bens, quando o produtor desejar ter uma presença comercial no mercado em que vende suas mercadorias.

Estas observações trouxeram a necessidade de se considerar diferentes formas de comércio de serviços, que levem em conta o deslocamento de produtores, de consumidores ou de ambos. Conseqüentemente, as barreiras ao comércio de serviços passaram a serem identificadas a partir das regulamentações ou legislações domésticas que restringem o deslocamento desses fatores de produção. Assim, tornam-se raras as atividades de serviços cujas restrições comerciais possam ser encontradas sob forma de cotas ou tarifas, como geralmente ocorre com o comércio de mercadorias.

Dessa forma, quaisquer medidas que restrinjam a realização de atividades de fornecedores estrangeiros de serviços ou a movimentação de fatores de produção, consistem em barreiras ao comércio internacional de serviços. Tendo em mente que estas medidas restritivas geralmente relacionam-se à legislação interna de cada país, a liberalização do comércio de serviços acarretará em mudanças nas legislações domésticas para eliminar monopólios estatais e reduzir barreiras legais à entrada de firmas estrangeiras, às restrições ao IED e ao movimento de pessoas físicas. Em função destas exigências, medidas que abrem a possibilidade da participação de firmas estrangeiras no mercado nacional, como a desregulamentação da prestação de

serviços e a eliminação de monopólios estatais, passam a ser classificadas como atividades ligadas ao esforço de liberalização do comércio internacional de serviços.

Trebilcock e Howse (1995) identificaram quatro tipos principais de barreiras ao comércio internacional de serviços: (i) barreiras diretas e explícitas, nas quais se proíbe, por regulamentação interna, a prestação de determinados serviços por parte de estrangeiros; (ii) barreiras indiretas e explícitas, que são barreiras ao movimento de fatores de produção, como capital e mão-de-obra; (iii) barreiras diretas, mas não explícitas, como a manutenção de monopólios estatais ou o estabelecimento de tarifas abaixo do custo, de modo a obstruir a prestação de serviços por parte de firmas privadas, nacionais ou estrangeiras; e (iv) barreiras indiretas e não explícitas, identificadas pelos custos adicionais que os provedores estrangeiros de serviços têm para se adaptar às regulamentações ou padrões impostos por um determinado país.

Os autores apresentam que a liberalização do comércio internacional de serviços implica a privatização de vários serviços de utilidade pública e o compromisso com a desregulamentação. Estas implicações, consoante posição dos países desenvolvidos, traz grandes benefícios econômicos aos países em desenvolvimento, sobretudo quando considerada a contribuição da presença de firmas estrangeiras prestadoras de serviços para a melhoria na qualidade dos serviços nacionais. Tendo em vista que o setor de serviços produz insumos importantes para toda a atividade econômica, a melhora em sua qualidade se traduz em um aumento da produtividade em todo o sistema econômico. Trebilcock e Howse reforçam a posição de que os serviços possuem papel central na determinação da qualidade e na velocidade do processo de desenvolvimento econômico, consoante demonstrado por Stephenson (1999). Para a autora, a existência de um setor de serviços eficiente e avançado tecnologicamente é uma pré-condição para o desenvolvimento econômico, surgindo então a necessidade de abrir o mercado nacional para as firmas estrangeiras, o que afasta o conflito entre interesses domésticos e globais no processo de liberalização do comércio internacional de serviços. Segundo Trebilcock e Howse (1995), essa foi a argumentação

utilizada pelos Estados Unidos para incluir os serviços na Rodada Uruguia do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade / GATT*).¹

Entretanto, tanto Trebilcock e Howse quanto Stephenson reconhecem que o processo de liberalização não é tão simples. Diferente da retórica simplista do livre mercado, a privatização e a desregulamentação de atividades do setor de serviços demandam um redesenho do aparato regulatório interno, iniciando um complexo processo de transição entre a economia fechada e regulamentada para a economia aberta. De acordo com eles, a simples abertura do setor de serviços ao comércio internacional não é a solução para que a economia possa contar com serviços de qualidade, pois a ausência de agências que regulem a prestação de serviços, estabelecendo metas e medidas para a proteção dos usuários, não garante que os serviços prestados serão de qualidade, nem que os novos prestadores manterão serviços tecnologicamente atualizados.

Oliveira Júnior (2000) complementa as conclusões dos autores acima citados ressaltando que os compromissos assumidos nos acordos multilaterais de liberalização podem inibir a construção de um aparato regulatório interno sólido. O autor chama atenção para o fato de que a liberalização do comércio de serviços deve passar por um planejado e estruturado período de transição, no qual, se necessário, levará em conta inclusive medidas de salvaguarda à liberalização plena. A construção do aparato regulatório, mesmo contando com a presença de agências que garantam a qualidade dos serviços prestados após a liberalização, não garante o sucesso do processo liberalizador, uma vez que as questões que permeiam o setor de serviços não se limitam à ótica da eficiência econômica imediata, mas compreendem, ademais, questões estratégicas como os monopólios estatais, a propriedade nacional dos meios de produção, a integridade cultural e a segurança nacional.

Além das questões nacionais, há de se considerar a assimetria estrutural do setor de serviços entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

¹ Para mudança do escopo do comércio internacional, ver Arnall (1996).

As firmas dos países desenvolvidos têm vantagens na prestação de serviços intensivos em tecnologia, com maior valor agregado. O conhecimento é o principal fator determinante da vantagem comparativa no caso desses serviços. Portanto, se baseado apenas em vantagens comparativas, o comércio de serviços entre países desenvolvidos e em desenvolvimento tenderia a levar ao desaparecimento das firmas prestadoras de serviços com maior valor agregado dos países em desenvolvimento, antes mesmo que elas tivessem a chance de se fortalecer (OLIVEIRA J., 2000, p.7).

Entretanto, esse não é o argumento defendido pelos países desenvolvidos. Estes argumentam que a vantagem comparativa de suas firmas em tecnologia é contrabalançada pela vantagem comparativa que as firmas dos países em desenvolvimento possuem em mão-de-obra. Um exemplo de país que tem se beneficiado dessas vantagens comparativas é a Índia, que, por meio de seus investimentos em serviços intensivos em mão-de-obra, está ganhando espaço nas exportações mundiais de serviços. Entretanto, esse exemplo não deve ser considerado uma máxima, pois o movimento de mão-de-obra ainda é restrito na maior parte dos países, o que elimina as oportunidades das firmas dos países em desenvolvimento atuarem nos mercados dos países desenvolvidos. E essa limitação é uma das questões que implicou no atraso da conclusão das negociações da Rodada Doha, tendo a Índia como grande defensora da causa.

A partir dos argumentos apresentados, pode-se notar a diversidade de interesses que permeiam a abertura do setor serviços, e que esta abertura envolve um processo bastante complexo. As singularidades que devem ser consideradas na promoção da liberalização do comércio internacional de serviços estão refletidas no acordo multilateral de comércio firmado no âmbito da OMC. A Rodada Doha, conhecida como a rodada do desenvolvimento, inicia negociações mais profundas em serviços. Estas negociações estão consubstanciadas no GATS, acordo decorrente das negociações da Rodada Uruguai, que possui estrutura e modo de funcionamento um tanto quanto complexos, refletindo as dificuldades e peculiaridades, já indicadas, sobre a liberalização do comércio de setor serviços.

2.1 – O GATS

As discussões sobre a liberalização do comércio internacional de serviços surgiram com a perda de competitividade na produção de manufaturas pelos países desenvolvidos, o que levou esses países a buscar oportunidades de negócios na área de serviços, tendo em vista as vantagens comparativas desenvolvidas por eles em vários segmentos do setor. Com isso, aqueles países passaram a defender a liberalização do comércio internacional de serviços, fazendo pressões para que o tema fosse inserido na agenda negociadora dos principais foros comerciais. O marco das negociações internacionais em serviços pode ser remontado aos Estados Unidos, que apoiados pelos demais países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), passaram a envidar esforços para que os serviços fossem incluídos na Rodada Uruguaia do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade / GATT*). O resultado foi o texto do Acordo Geral sobre Serviços (*General Agreement on Trade in Services / GATS*), anexo ao acordo que cria a Organização Mundial do Comércio (OMC), que caracterizou a separação formal entre o GATS e o GATT.

Diferentemente do acordo multilateral elaborado para liberalizar o comércio de bens, representado pelo GATT, o GATS busca refletir as particularidades do comércio internacional de serviços, servindo como um ponto de partida para a liberalização, contendo um conjunto de normas que possuem o potencial para liberalizar e dinamizar o comércio internacional de serviços.²

Em linhas gerais, o GATS segue a mesma estrutura de funcionamento do GATT, baseando-se nos princípios de não-discriminação transfronteiriça. Seu principal objetivo é estabelecer um quadro de princípios e regras para o comércio de serviços, com vistas à expansão do mesmo sob condições de transparência e liberalização progressiva e como forma de promover o crescimento de todos os parceiros comerciais e o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, conforme exposto em seu preâmbulo. O GATS é

² Para análise do GATS, ver Zdouc (1999).

administrado pelo Conselho para o Comércio de Serviços, que opera dentro da OMC.³

O GATS tenta abranger todas as formas de prestação de serviços realizadas pelo comércio internacional. É composto por seis partes, sendo elas: (i) Parte I: alcance e definição; (ii) Parte II: obrigações e disciplinas gerais; (iii) Parte III: compromissos específicos; (iv) Parte IV: liberalização progressiva; (v) Parte V: disposições institucionais; e (vi) Parte VI: disposições finais.

A Parte I possui um caráter geral, determina a área de aplicação dos princípios e regras do GATS, definindo, para esse fim, quatro modos de prestação de serviços que serão melhor vistos no próximo tópico.

O GATS prevê dois tipos de obrigações: as gerais e as específicas. A Parte II consolida o conjunto de regras e disciplinas gerais que se aplicam a todos os Estados membros da OMC. As obrigações e disciplinas gerais têm como finalidade evitar critérios discriminatórios com relação à avaliação da competência dos serviços prestados, e podem ser resumidas em cinco principais:

- a) Tratamento da nação mais favorecida: "Cada Membro deve conceder imediatamente e incondicionalmente aos serviços e prestadores de serviços de qualquer outro Membro, tratamento não menos favorável do que aquele concedido a serviços e prestadores de serviços similares de qualquer outro país" (Artigo II, GATS);
- b) Tratamento Nacional: "Cada Membro deve tratar os serviços e fornecedores de serviços estrangeiros de uma maneira não menos favorável do que aquela que dispensa aos seus próprios serviços similares e aos próprios fornecedores de serviços similares" (Artigo XVII, GATS);
- c) Transparência: Disciplinada pelo Artigo III do GATS, determina que os membros devem publicar todas as leis e regulamentos referentes a todos os setores de serviços. Cada Membro deve notificar o Conselho

³ Para maiores detalhes sobre o GATS, ver em www.wto.int.

para o Comércio de Serviços, pelo menos uma vez por ano, sobre a introdução ou modificação de quaisquer legislações, regulamentos ou normas administrativas que afetem significativamente o comércio de serviços cobertos pelos compromissos nacionais específicos assumidos. Na ausência de tarifas aduaneiras, é através das legislações internas, incluindo os acordos internacionais, que será possível controlar o comércio de serviços;

- d) Reconhecimento: Prevista no Artigo VII do GATS, dispõe a respeito do reconhecimento de qualificações. O GATS permite o reconhecimento automático e recíproco da educação ou experiência adquiridas, dos requisitos alcançados ou das licenças concedidas em um determinado país, desde que sejam dadas oportunidades adequadas aos possuidores de qualificações para provarem sua competência;
- e) Participação crescente dos países em desenvolvimento: A participação crescente deste grupo de países no comércio mundial será facilitada por meio dos compromissos específicos negociados pelos diferentes membros.

As obrigações específicas estão dispostas na Parte III, que apresentam as listas nacionais de compromissos específicos e as listas de exceções à cláusula da nação mais favorecida. Dentre os serviços que podem ser ofertados nas listas, o Acordo os distribui em 12 setores e 155 subsetores. Os setores considerados foram: serviços profissionais e de consultoria (médico, jurídico, engenharia, contábil, pesquisa e desenvolvimento, computação, imobiliário, propaganda e vendas), serviços de comunicação, de construção e de engenharia, serviços de distribuição de educação, ambientais, financeiros e de seguros, de turismo e viagens, de recreação, cultural e de esporte, serviços de transporte, e outros serviços.

A Parte III pode ser considerada a mais importante do acordo, pois é nela que são especificados os compromissos específicos de cada país por setor e modo de prestação no âmbito do Acesso aos Mercados (AM) e no do Tratamento Nacional (TN). No GATT os compromissos assumidos possuem aplicação imediata para todos os países membros. Já no caso do GATS, cada país

define em sua lista de compromissos quais os setores, modalidades de prestação e tipo de tratamento se comprometem em abrir mercados, podendo em cada nova rodada negociadora, realizar melhorias e assunção de compromissos em novos setores, conforme previsto na Parte IV. A liberalização plena só ocorre quando um país coloca um determinado segmento em sua lista de compromissos e não impõe restrições a nenhum dos quatro modos de oferta, tanto em relação ao AM como ao TN.

Por fim, a Parte V trata das disputas entre os países membros e de suas obrigações e a Parte VI trata das definições na aplicação das normas do acordo.

2.2 – Os modos de prestação em serviços

Conforme indicado anteriormente, em função das particularidades do comércio de serviços, foram definidos pelo GATS quatro modos padrões de prestação de serviços, sendo eles:

- a) Modo 1 – Comércio transfronteiriço, ou seja, prestação de serviços do território de um País membro ao território de qualquer outro País membro;
- b) Modo 2 – Consumo no exterior, ou seja, no território de um País membro visando o consumo de serviços fornecidos por qualquer outro País membro;
- c) Modo 3 – Presença comercial, ou seja, quando um fornecedor de serviços de um País membro estabelece presença comercial estrangeira no território de qualquer outro País membro;
- d) Modo 4 – Presença de pessoas físicas, ou seja, quando há a presença de pessoas no território de qualquer País membro, enviadas por fornecedores estrangeiros de serviços de um outro País membro.

Explicando melhor, o Modo 1 se refere aos serviços considerados “separados”, são comercializados internacionalmente cruzando fronteiras semelhantemente ao comércio internacional de bens. Neste modo de prestação, nem os

produtores nem os consumidores precisam se locomover. Os produtores fornecem o serviço aos compradores nacionais através dos meios internacionais de comunicação e transporte, sem que a unidade do serviço consumido se caracterize por si num serviço importado. Desta forma, uma empresa de telefonia na Espanha consegue prestar um serviço de telecomunicações a um consumidor no Brasil em competição com uma prestadora brasileira, por exemplo. Nesse caso, a restrição ao acesso ao mercado brasileiro pode se configurar por meio de (i) impedimento da empresa espanhola acessar as linhas telefônicas do Brasil, ou (ii) incidência de impostos discriminatórios sobre a operadora espanhola, ou (iii) medidas regulatórias que limitem o acesso dos consumidores brasileiros aos serviços da empresa espanhola.

Em cada uma dessas restrições é possível calcular uma tarifa equivalente que opera como um substituto próximo do imposto de importação sobre o serviço prestado pela operadora espanhola no Brasil. Esta tarifa, se eliminada, permitiria que a firma espanhola operasse no mercado brasileiro no mesmo nível e sob os mesmos efeitos que a operadora brasileira. A utilização de tarifas equivalentes serve como uma aproximação do valor da barreira ao comércio e já é bastante comum nas negociações de liberalização do comércio de bens. Atualmente, alguns estudos já estimam equivalentes tarifários para barreiras ao comércio de serviços, como será tratado mais adiante.

O Modo 2 de prestação de serviços se refere aos serviços em que os consumidores se locomovem para o mercado produtor, ou seja, requerem que o consumidor se encontre na mesma localidade do prestador, como nos casos do turismo e da educação. Nesse caso, mais uma vez, o serviço prestado pode ser diferenciado pela localização ou identidade do prestador. Assim, um preço global do serviço não seria significativo, pois não faria o menor sentido, por exemplo, tentar comparar os preços mundiais de uma visita ao Louvre ou um título de MBA de Harvard com os preços desses serviços no Brasil, por exemplo. Mas, caso o Brasil imponha restrições para que seus cidadãos não viagem à França ou aos Estados Unidos para consumir esses serviços, tal restrição afetará o mercado das atrações turísticas e das instituições

educacionais dentro do Brasil. E essa restrição mais uma vez pode ser quantificada como uma tarifa equivalente para os brasileiros que visitam o exterior com esses propósitos.

O Modo 3 é sem dúvida o mais comum e importante modo de prestação. Neste modo são os produtores que se locomovem para o mercado consumidor. Este tipo de comércio internacional de serviços é caracterizado pelo investimento estrangeiro direto (IED). Quase todos os serviços podem ser prestados pelas firmas de um país aos consumidores de outro, quando permitidas a se estabelecerem fisicamente no outro país. Isso pode ser verdade até mesmo para o turismo – pense na *Eurodisney*. Nesse caso, pode haver um preço internacional que possa ser facilmente comparável ao nacional, mas tal comparação também não faz muito sentido. Seria um erro pressupor a ocorrência de barreira comercial para o alto preço de entrada na *Eurodisney* em Paris se comparado ao preço de entrada na *Disney* da Flórida, ou a ausência de barreira comercial para o baixo preço do *Bigmac* em Buenos Aires se comparado ao de Nova Iorque. Em todos estes casos, preços dependem muito mais dos custos locais do trabalho e da matéria-prima que das barreiras comerciais. Contudo, os prestadores estrangeiros de serviços podem enfrentar restrições, tanto para o seu estabelecimento local, quanto para sua execução ou funcionamento, e tais efeitos podem ser quantificados por meio de tarifas equivalentes.

O último modo de prestação, Modo 4, diz respeito ao movimento temporário de mão-de-obra. Como, por exemplo, o movimento de engenheiros, arquitetos, gerentes e outros profissionais que conseguem visto temporário para trabalhar em outro país. A maioria dos movimentos permitidos atualmente é originária de trabalhadores de indústrias, que produzem bens ou que produzem serviços negociados por outros modos de prestação. Desta forma, não pensamos em indústrias produzindo serviços que são primariamente comercializados por meio do Modo 4. Por outro lado, o trabalho por si é um serviço que pode ser comercializado por esta via. Existem altas barreiras para a prestação de serviços em modo 4, pois transcendem questões comerciais, passando por questões de imigração, segurança nacional e cultura. Por este motivo ele é

muito pouco comercializado. Todavia, o Modo 4 é um dos modos no qual a tarifa equivalente das barreiras é mais facilmente medido bastando, para tanto, utilizar a diferença do salário real do setor específico entre os países.

Face ao exposto, percebe-se que os múltiplos modos de prestação de serviços implicam que a liberalização do comércio de serviços tenha uma característica mais ampla e com maiores conseqüências que a liberalização do comércio de bens. Isto porque, a liberalização do comércio de serviços exige não somente a remoção de barreiras ao comércio transfronteiriço, como ocorre em bens, mas incluem a alteração das medidas de regulamentação doméstica que restringem a entrada de prestadores de serviços estrangeiros e a ida de consumidores a outros países. Uma ampla variedade de medidas de regulamentação doméstica devem ser revistas para que haja avanços nas negociações em serviços. A total liberalização do comércio de serviços deve ser acompanhada pela livre entrada de provedores e consumidores estrangeiros, fato que vem acompanhado da livre movimentação de fatores, como capital e trabalho. Como o setor de serviços abrange uma significativa e crescente parcela da produção em vários países, a ramificação econômica dessa liberalização comercial é potencialmente ampla, daí a necessidade de se estudá-la.

3 – Abordagem teórica dos métodos de quantificação das barreiras ao comércio de serviços

A quantificação das barreiras ao comércio de serviços possui uma certa analogia com a quantificação das barreiras não-tarifárias (BNTs) que limitam o comércio em bens.⁴ A grande diferença é que em serviços faz-se necessário observar atentamente as complexidades que envolvem cada um dos modos de prestação de serviços, que incluem, além dos serviços transfronteiriços, a movimentação de consumidores, IED e mão-de-obra.

Em todos os modos de prestação já estudados, o objetivo principal das análises empíricas é deduzir algum tipo de tarifa equivalente das barreiras à prestação de um serviço particular, com o intuito de quantificar os potenciais ganhos comerciais decorrentes da liberalização. Alguns destes métodos são bem diretos: eles simplesmente perguntam ao governo ou aos atores do mercado quais barreiras eles impõem ou enfrentam. A resposta é normalmente qualitativa, indicando a presença ou ausência de um tipo particular de barreira, mas não seu efeito ou tamanho quantitativo. Contudo, esta informação qualitativa pode tomar uma dimensão quantitativa quando tabulada por setor, assumindo pesos específicos. O resultado é um índice de “medidas de frequência” das barreiras ao comércio, que registram quais são as barreiras e onde estão localizadas, e em alguns casos indicam inclusive a fração do comércio dentro de um setor ou país que está sujeito a esta barreira. Estas medidas de frequência não implicam diretamente uma tarifa equivalente, mas para utilizá-las como medidas quantitativas de análise, alguns pesquisadores convertem as medidas de frequência em tarifas equivalentes.

Outra metodologia, mais indireta, de quantificar a barreira ao comércio de serviços pode ser dividida em dois grupos: medidas que usam informações

⁴ As BNTs são todas as barreiras ao comércio que não sejam tarifas. Além disso, algumas BNTs são formais, no sentido de estarem explícitas na legislação do país, e outras são informais e advêm, por exemplo, de procedimentos administrativos e políticas ou regulamentações governamentais não publicadas; estrutura de mercado; e instituições políticas, sociais e culturais.

sobre preços e/ou custos; e medidas que observam as quantidades do comércio ou produção e tentam inferir em quanto a barreira tem afetado estas quantidades. Em ambos os casos, como discutiremos mais adiante, tanto medidas de preço quanto de quantidade podem também ser convertidas em tarifas equivalentes. Ademais, estas medidas podem ser utilizadas sozinhas ou em conjunto com as medidas de frequência.

3.1 – Medidas de frequência

Medidas de frequência das barreiras ao comércio de serviços foram inicialmente desenvolvidas por PECC (1995) e Hoekman (1996). Ela está baseada nas informações encontradas na lista de compromissos assumida pelos países nas negociações do GATS e relaciona-se com os quatro modos de prestação de serviços. A taxa de frequências é construída baseada no número de compromissos assumidos no GATS por país, conforme os setores e subsetores em que o país assumiu compromissos sem restrição (*unbound*) ou parcialmente sem restrição, em comparação com o número máximo possível de compromissos sem restrições.

Hoekman concentrou seus estudos nos compromissos relacionados a acesso a mercados (AM) e tratamento nacional (TN). O autor considerou o GATS com cerca de 155 setores e subsetores e quatro modos de prestação, o que resulta num número total de compromissos em AM e TN de 1240 ($155 \times 4 \times 2$) para cada um dos 97 países. Assim, a taxa de frequência de um país ou setor seria definida em uma fração dos possíveis compromissos que foram assumidos, resultando num índice de restrição ao comércio igual ou menor a esta fração.

Entretanto, esse tipo de cálculo apresenta algumas limitações. A metodologia apresentada por Hoekman pode apresentar algumas imperfeições e vieses uma vez que desconsidera a participação do setor no comércio mundial, concedendo o mesmo peso para cada setor no cálculo do índice. Uma outra limitação, bastante comum, relaciona-se ao fato de que muitas vezes os países colocam em suas listas de compromissos restrições maiores que as praticadas, o que leva a uma subestimação do grau de abertura quando se utiliza índices

de frequência. Por fim, outra imperfeição da metodologia refere-se ao caso em que o país, apesar de não possuir restrições ao mercado, não assume compromissos positivos no GATS, atitude que é interpretada, pela metodologia, como um indicador de presença de restrição, não refletindo a realidade.

Hardin e Holmes (1997) incrementaram a metodologia de Hockman desenvolvendo um índice baseado nas restrições sobre os fluxos de IED (i.e. o Modo 3 de prestação de serviços do GATS). Os autores utilizaram-se das informações sobre as restrições aos fluxos de IED para os países da Cooperação Econômica da Ásia do Pacífico (*Asia-Pacific Economic Cooperation / APEC*). Ao contrário de tratar todas as restrições com o mesmo peso, eles elaboraram um sistema de ponderação designado para refletir os custos de eficiência de cada barreira ao mercado. Os resultados indicaram telecomunicações e serviços financeiros como os setores com maior restrição à entrada dos fluxos de IED, enquanto que os serviços ligados ao comércio, distribuição, meio-ambiente e serviços recreativos foram apontados como os com menores restrições.

3.2 – Impacto das restrições sobre os preços

Conforme já mencionado, a natureza singular dos serviços dificulta a utilização de dados sobre diferenças entre países quanto ao preço e quantidade para calcular a presença e o tamanho das barreiras de acesso ao mercado. Entretanto, para se calcular o impacto de uma restrição ao comércio sobre os preços e quantidades dos serviços, faz-se necessário estimar os equivalentes tarifários decorrentes das barreiras comerciais.

Hoekman, após elaborar medidas de frequência sobre os compromissos assumidos no GATS, assumiu que a restrição ao comércio em um determinado setor poderia ser comparada a algum nível de imposto de importação que incidiria sobre os preços do serviço prestado. O autor, baseado em seus conhecimentos, estimou valores para esse imposto de importação. Quanto mais restritivo um setor, maior foi o valor do imposto estimado. Os valores estimados foram associados às medidas de frequência, o que resultou em

equivalentes tarifários para cada serviço ofertado na lista de compromissos do GATS. Entretanto, esses equivalentes tarifários calculados por Hoekman representam apenas em termos relativos o grau de restrição ao comércio, não devendo ser considerados como equivalentes absolutos.

Uma prática mais elaborada que vem sendo utilizada em estudos recentes é combinar outros dados com os índices de restrição ao comércio com vistas a estimar econometricamente os efeitos das barreiras comerciais. Um exemplo é a utilização do índice de restrição ao comércio em conjunto com os dados determinantes do preço do serviço para se elaborar um modelo econométrico capaz de estimar o efeito das restrições ao comércio sobre os preços. Utilizando dados sobre os determinantes econômicos dos preços em um setor específico, é possível formular um modelo econométrico para estimar o preço do serviço dada as restrições comerciais. Neste cálculo, os índices de restrição ao comércio entram como variáveis explicativas adicionais. Assim, o coeficiente estimado refletirá o efeito das restrições ao comércio sobre os preços do serviço.

Outros estudos têm sido realizados utilizando variações desta técnica. Estas variações incluem a utilização de índices de restrição ao comércio para cada tipo de barreira ao comércio, incluindo os diferentes modos de prestação de serviços. O conhecimento especializado do setor também é essencial para desenhar o modelo conceitual e adaptar os dados disponíveis necessários ao cálculo do impacto das restrições comerciais no preço do serviço.

3.3 – Impacto das restrições sobre a quantidade

Outra abordagem utilizada em serviços voltados à indústria é a de elaborar os modelos enfocando-se na quantidade de serviços prestados. O índice de restrição ao comércio é utilizado numa equação que calcula a quantidade. Assim como nos resultados obtidos para as medidas baseadas em preço, nas medidas baseadas em quantidade obtém-se uma estimativa do efeito das barreiras ao comércio nas quantidades dos serviços prestados. O interessante é que os resultados alcançados para os impactos sobre a quantidade podem

ser convertidos em impactos sobre os preços, quando comparados a uma dada elasticidade-preço da demanda.

Warren (2000b) avaliou o impacto quantitativo das barreiras ao comércio nos serviços de telecomunicações, principalmente sobre os serviços móveis e fixos, em 136 países. Ao combinar a estimativa quantitativa dos efeitos da remoção das barreiras comerciais com a estimativa da elasticidade-preço da demanda dos serviços de telecomunicações estudados, pôde-se calcular o equivalente tarifário. As estimativas para os países industrializados foram relativamente menores se comparadas às dos países recentemente industrializados. Foram apresentados também casos de países em desenvolvimento com equivalentes tarifários muito elevados, e.g., China (804 e 1000%); Colômbia (11 e 24%); Índia (861 e 1000%); Indonésia(71 e 128%); África do Sul (14 e 21%); e Venezuela (10 e 15%).

3.4 – Modelos Gravitacionais

Os modelos de preços que estimam o efeito das restrições ao comércio sobre os preços dos serviços, apesar de bem sucedidos para a análise dos impactos em setores específicos, não obtêm o mesmo sucesso quando a análise abrange mais setores. Estes modelos possuem limitações quanto à quantificação das barreiras entre diferentes setores de serviços. Ademais, elas não são úteis para comparar o impacto global das barreiras ao comércio. Para tanto, passou-se a utilizar modelos gravitacionais. Estes modelos relacionam positivamente os volumes bilaterais de comércio com as rendas dos respectivos parceiros comerciais, e negativamente a distância entre esses mesmos parceiros. Esta técnica tornou-se bastante popular, ultimamente, por extrair os efeitos das mais diversas influências políticas e estruturais no comércio, dando a importância devida às variáveis relacionadas com renda e distância .

François (1999) ajustou um modelo gravitacional para o comércio bilateral de serviços entre Estados Unidos e seus maiores parceiros comerciais, tendo Singapura e Hong Kong como padrões de livre mercado. Dentre as variáveis

independentes incluiu-se a distância entre os países, a renda *per capita*, o PIB, e uma *dummy* para Região Oriental. A diferença entre as importações atuais e as previstas foram tidas como indicativo de barreira não tarifária e depois foram normalizadas em relação aos padrões de livre mercado, Singapura e Hong Kong. Considerando uma elasticidade da demanda de 4, pôde-se estimar os equivalentes tarifários. O Brasil obteve o maior nível de equivalente tarifário para serviços financeiros e comerciais (35,7%), seguido por Japão, China, Outros países do sudeste asiático e Turquia com cerca de 20%. O equivalente tarifário estimado para serviços de construção foram considerados altos (entre 40 e 60%) para China, Sul da Ásia, Brasil, Turquia, Europa Central, Rússia, África do Sul, e entre 10 e 30% para os países industrializados. Esse tipo de mensuração é bastante útil para identificar os níveis de proteção dos setores e países.

3.5 – Medidas baseadas nos resultados financeiros

Hockman (1999) sugeriu que dados financeiros da margem de lucro operacional bruto calculados por setor e país podem prover informações sobre os efeitos das políticas operacionais para a entrada de firmas e as condições de competição. Altas margens de lucro podem estar associadas a uma variedade de fatores econômicos e institucionais que incluem o tamanho do mercado, a existência de competição, entre outros fatores. Apesar de não se poder inferir que altas margens de lucro estão relacionadas com altas barreiras ao comércio, deve haver alguma correlação entre dois países para um dado setor. Os dados sobre a margem de lucro operacional proporcionam alguma noção sobre a lucratividade relativa da atividade, e num segundo momento, da magnitude relativa das barreiras de entrada neste mercado.

Os resultados obtidos por Hockman demonstraram que as margens para serviços são geralmente maiores que as margens para a indústria entre 10 e 15%, e as margens de serviços variam entre os países. Austrália, Hong Kong e Singapura apresentaram as menores margens enquanto que Chile, China, Indonésia, Filipinas, Taiwan, Tailândia e EUA apresentaram margens para serviços acima de 40%. Os resultados setoriais demonstraram que as margens

para o setor hoteleiro e financeiro são relativamente maiores, e as margens para o comércio atacadista e varejista são menores.

Os diferentes métodos de quantificação das barreiras ao comércio de serviços, apresentados acima, possuem sua importância na delimitação da magnitude das barreiras ao comércio. Entretanto, é necessário incorporá-los a algum modelo econômico a fim de se determinar como a existência ou remoção dessas barreiras afetará as condições de competição, produtividade, alocação dos recursos e bem-estar econômico dentro e entre os setores e países. Os modelos de equilíbrio geral computável (EGC) mostram-se uma excelente alternativa para a identificação dos ganhos e perdas econômicos dos países nos diversos processos que envolvem os acordos comerciais. A seguir são apresentados os principais aspectos teóricos do modelo e alguns trabalhos desenvolvidos para o Brasil e para o setor de serviços no mundo.

4 – Estudos empíricos sob a ótica de equilíbrio geral

As metodologias para quantificar as barreiras ao comércio, revistas anteriormente, precisam ser incorporadas em um modelo econômico capaz de determinar como a existência ou remoção das barreiras afetará as condições de competitividade, produtividade, alocação de recursos e o bem-estar social da economia entre os setores e países. Nesse contexto, os modelos de equilíbrio geral computável (EGC) proporcionam uma estrutura que facilita a análise entre setores e países dos efeitos econômicos das barreiras comerciais.

A origem dos modelos de equilíbrio geral computável remonta ao debate sobre a possibilidade de se calcular numericamente uma alocação de recursos pareto-ótima para o modelo walrasiano de equilíbrio geral. O modelo walrasiano considera a economia com um sistema de mercados inter-relacionados no qual o equilíbrio em todas as relações tem que ser obtido simultaneamente igualando a demanda com a oferta. Buscava-se, portanto, converter esse modelo abstrato em um modelo empírico para ser aplicado na economia real.

Domingos (2002) relata que os primeiros trabalhos em modelos de equilíbrio geral aplicado tinham como objetivo principal encontrar uma solução computacional para o sistema de equações. O autor cita Scarf (1967, 1973) como um dos primeiros a estabelecer a solução para a construção de algoritmos capazes de produzir uma solução numérica em modelos de equilíbrio geral, e Johansen (1960) como um dos primeiros a elaborar modelos operacionalizados de equilíbrio geral aplicado. Os modelos de equilíbrio geral aplicado foram favorecidos pela rápida evolução dos métodos computacionais e numéricos que permitiu a solução de modelos complexos de economias nacionais e, posteriormente, modelos multisetoriais e inter-regionais. Inicialmente, o objetivo era demonstrar a possibilidade da obtenção de uma solução em sistemas econômicos de larga escala, o que evoluiu progressivamente para aplicações em questões importantes da política

econômica. Os trabalhos em modelos aplicados passaram também a tratar aspectos ligados à especificação de formas funcionais, estimação de parâmetros, escolha de hipóteses e representação apropriada de políticas.

Atualmente existe uma vasta literatura sobre o assunto, principalmente com a proliferação de acordos comerciais, fazendo com que os acadêmicos e formuladores de políticas passassem a recorrer cada vez mais aos modelos de equilíbrio geral para avaliar os impactos das políticas de comércio internacional, incrementando-se, por conseguinte, tanto o enfoque teórico-analítico quanto o número de estudos empíricos destinados a este fim. Entretanto, a maioria dos modelos EGC elaborados, até então, estão mais voltados para as barreiras ao comércio internacional de bens, ao invés das barreiras ao comércio internacional de serviços e IED. As razões para isso relacionam-se, em grande parte, com a deficiência de dados para o comércio transfronteiriço de serviços e IED e das barreiras associadas a esses comércios, além das dificuldades conceituais para sua modelagem.

A seguir será apresentado um histórico sobre a utilização de modelos EGC para a economia brasileira. Apesar de encontrarmos várias abordagens para EGC no Brasil, seu forte viés agroexportador e a tímida participação do setor de serviços no cenário das negociações comerciais têm concentrado os estudos aplicados em EGC mais para o mercado de bens,⁵ não existindo ainda exercícios utilizando EGC especificamente para o comércio de serviços. Para sanar esta lacuna, após a apresentação dos estudos desenvolvidos para o Brasil, são apresentados alguns estudos internacionais que aplicam modelos EGC para analisar os cenários de liberalização comercial em serviços no mundo.

⁵ Nota-se, a partir dos trabalhos desenvolvidos no Brasil, que a aplicação dos modelos EGC é fortemente influenciada pela política comercial. A consolidação do Mercosul e a perspectiva de novos acordos comerciais (Alca, União Européia) representaram um estímulo importante para a utilização deste instrumental. Além disso, o uso de modelos EGC para avaliação *ex-ante* de acordos comerciais é uma das aplicações mais tradicionais na literatura internacional.

4.1 – Os modelos EGC para o Brasil

A utilização de modelos computáveis de equilíbrio geral em trabalhos para a economia brasileira apresentou um sensível crescimento nos últimos anos. Domingues (2002) apresenta um histórico e sumário dos principais modelos EGC desenvolvidos para o Brasil. Para o autor, o impacto de acordos de integração regional na economia brasileira é um dos tópicos mais estudados através de modelos EGC. Segue, abaixo, um resumo sobre os principais trabalhos, consolidados pelo autor, em EGC para a economia brasileira.

Flores (1997), Campos Filho (1998) e Gonzaga et al. (1998) analisaram os aspectos de bem-estar, vantagens comparativas e emprego, entre outros, relacionados à integração regional do Mercosul por meio de modelos EGC com diferentes especificações e base de dados. Os trabalhos foram implementados em um quadro de estática comparativa em que os ganhos de comércio resultam de uma alocação mais eficiente de recursos e melhores possibilidades de consumo. Flores (1997) analisa os ganhos de bem-estar relacionados ao Mercosul sob a hipótese de competição imperfeita em um modelo de equilíbrio global. Os resultados demonstraram que a implementação do Mercosul seria benéfica para seus integrantes caso o comércio internacional seguisse uma tendência de maior liberalização. Ademais, foram identificadas algumas complementariedades setoriais entre seus integrantes e a possibilidade de alocação de trabalho no Mercosul e dentro das economias nacionais. O trabalho de Campos Filho (1998) realiza uma comparação entre os impactos de estratégias de integração regional (Mercosul) e liberalização unilateral. As conclusões obtidas demonstraram que a liberalização multilateral exhibe um padrão de realocação de recursos mais correlacionado com as vantagens comparativas reveladas na economia brasileira, enquanto que a abertura regional no Mercosul apresentou o resultado oposto. Gonzaga *et al.* (1998) concentrou seu trabalho nos impactos da liberalização do Mercosul sobre o emprego no Brasil. O trabalho concluiu que, de forma geral, o mercado de trabalho não sofreria alterações significativas nos níveis de produção e emprego setoriais.

As análises dos modelos acima apresentados foram feitas num quadro de estática comparativa, não considerando a relação entre comércio, investimento e crescimento, normalmente captadas nos modelos dinâmicos. Os trabalhos sobre especificações dinâmicas em modelos de EGC para a economia brasileira podem ser encontrados em Cavalcante e Mercenier (1999) e Diao e Somwaru (2000). Os primeiros utilizaram um modelo global com elementos dinâmicos para analisar os efeitos de longo prazo das reduções tarifárias decorrentes da implementação do Mercosul. Os elementos de dinâmica do modelo foram incorporados por meio de relações de acumulação de capital e restrição orçamentária intertemporal das famílias, sob a hipótese de setores não-competitivos com rendimentos crescentes de escala. Os resultados indicaram que a economia brasileira se beneficiaria do maior ganho relativo de eficiência e obteria ganhos intermediários de bem-estar. Diao e Somwaru (2000) incorporam no modelo EGC o comportamento intertemporal dos consumidores e firmas em 8 regiões especificadas. As conclusões do trabalho indicam que o acordo do Mercosul eleva o bem-estar dos países membros estimulando a produção, o consumo e o investimento. Além disso, a diminuição da tarifa externa do Mercosul contra importações de países terceiros permitiria aos países membros um benefício maior do que o obtido se eles apenas eliminassem suas tarifas internas.

Guilhoto (1995), Ferreira Filho (1999) e Teixeira (1998) utilizaram os modelos EGC para estudar os aspectos relacionados ao setor agrícola brasileiro e políticas comerciais. Guilhoto (1995) desenvolveu o modelo PAPA para a análise de políticas agrícolas, sendo um dos pioneiros no Brasil a utilizar as técnicas de modelagem em equilíbrio geral conhecidas como escola australiana. O modelo PAPA foi importante no estabelecimento de métodos de calibragem e estimação de parâmetros em modelos EGC, o que auxiliou na elaboração de outros modelos para o Brasil.⁶ Ferreira Filho (1999) e Teixeira (1998), por sua vez, utilizam o quadro teórico e a base de dados do projeto GTAP para analisar os impactos do processo de liberalização na economia

⁶ E.g., os modelos B-Maria (Haddad e Hewings, 1997), EFES (Haddad e Domingues, 2001a) e EFES-IT (Haddad *et al.*, 2001).

brasileira.⁷ Ferreira Filho (1999) avalia os impactos da abertura comercial do Mercosul nos mercados agrícolas. Apesar de sofrer algumas limitações devido a deficiência de dados, os resultados das simulações sugerem que não ocorreria um processo intenso de transferência rural-urbana na implementação do Mercosul, embora a agricultura brasileira aparecesse como perdedora em benefício do setor agrícola argentino. Teixeira (1998) analisa o impacto da Rodada Uruguai na economia brasileira, sobretudo nos setores agropecuários. O autor conclui que esses acordos comerciais possuem pequena influência na produção agrícola brasileira, apesar do forte impacto nas exportações e importações de alguns produtos. Por fim, infere que um acordo multilateral nos moldes da Rodada Uruguai possui efeito maior na produção agropecuária brasileira que um acordo regional nos moldes do Mercosul.

Uma abordagem interessante utilizando modelos para avaliar os ganhos estáticos de comércio oriundos de acordos regionais de integração pode ser encontrada em Haddad *et al.* (2001,2002). Os autores elaboram o modelo EFES-IT que incorpora informações de origem/destino dos fluxos comerciais brasileiros para cinco blocos: Mercosul, Nafta, Resto da Alca, União Européia e Resto do Mundo. Foram analisadas três opções de integração comercial: a Alca, a área de livre comércio Brasil-União Européia, e uma liberalização generalizada. As conclusões demonstraram que uma liberalização generalizada traria impactos mais amplos e menos concentrados, setorialmente, para a economia brasileira.

Em geral, os trabalhos acima citados concluem que acordos de integração (como Alca, Brasil-União Européia e Mercosul) são benéficos para a economia brasileira e indicam que os impactos setoriais destes acordos tendem a ser bastante diferenciados. Quanto aos aspectos metodológicos, foram expostos trabalhos que utilizam exercícios de estática comparativa, em detrimento da dinâmica, e trabalhos que tinham como espaço econômico os modelos globais e nacionais, em detrimento dos regionais. Isso se deu, não apenas por serem

⁷ O projeto GTAP, da Universidade de Purdue (EUA), cria um quadro teórico de equilíbrio geral multiregional e multisetorial para ser utilizado para diversas configurações da economia global, a partir de agregações específicas da base de dados.

os mais utilizados, em virtude da facilidade de dados, mas porque serão os aspectos abordados nas simulações propostas neste estudo.

Conforme mencionado, pôde-se perceber que uma característica marcante dos trabalhos realizados para o Brasil é que em geral estão focados em agricultura ou nos setores como um todo. Até o momento não se encontra um estudo que analisa os impactos da abertura comercial para serviços, especificamente. Isso pode se dar pelo fato destas negociações serem recentes, pelo foco das políticas de governo em negociações ser predominantemente agrícola e também pelo caráter subjetivo assumido pelas barreiras em serviços. Numa tentativa de suprir a lacuna dos trabalhos desenvolvidos para a economia brasileira com enfoque em serviços, a seguir serão apresentados alguns trabalhos internacionais que aplicam modelos EGC para a abertura do comércio de serviços.

4.2 – Os modelos EGC para o setor de serviços

Uma característica marcante do comércio de serviços é que a sua produção e consumo ocorrem simultaneamente, o que requer contato direto entre produtor e consumidor. Enquanto alguns serviços são negociados internacionalmente atravessando fronteiras da mesma forma que o comércio de bens (e.g. telecomunicações), outros serviços requerem que o consumidor se locomova para o local de prestação do serviço, como no caso do turismo, o que faz com que o IED se torne necessário para estabelecer a presença comercial de estrangeiros, e em alguns casos, se faz também necessária a movimentação temporária de mão-de-obra para prestar serviços aos consumidores estrangeiros.

Hoekman e Primo Braga (1997) apontaram que devido a essa simultaneidade da produção e do consumo dos serviços, barreiras fronteiriças, como tarifas, tornam-se difíceis de ser aplicadas porque o comprador não vê o serviço consumido como um serviço estrangeiro. Existem também casos em que o serviço é prestado no país de consumo. Por esta razão, as políticas de restrição ao comércio são desenhadas na forma de regulação governamental e

podem ser aplicadas para os diferentes modos de prestação. Desta forma, a regulação pode afetar tanto a entrada como a operação dos prestadores domésticos e estrangeiros e em contrapartida elevar o preço ou o custo do serviço envolvido. As barreiras em serviços são, portanto, mais parecidas com barreiras não tarifárias (BNTs) do que com as tarifárias, e seus impactos dependerão da forma com que a regulação governamental será desenhada e administrada.

Nos últimos anos, tivemos alguns esforços no intuito de quantificar os efeitos da liberalização do comércio de serviços por meio de modelos de equilíbrio geral computável. Contudo, muitos estudos ainda utilizam os modelos convencionais, originalmente desenhados para a análise do comércio de bens, o que desconsiderava as particularidades dos modos de prestação de serviços, como presença comercial, consumo no exterior e movimento de pessoas. Com isso, o comércio de serviços fica tratado como uma mercadoria comercializada, o que pode subestimar a complexidade e os benefícios da liberalização do comércio de serviços.

O estudo de Petri (1997) é provavelmente o primeiro que se dedicou em discutir as limitações dos estudos anteriores sobre comércio de serviços. Ele explicitamente incorpora presença comercial num modelo de equilíbrio geral computável (EGC). Para capturar a presença dos prestadores estrangeiros, o autor incorpora o investimento estrangeiro direto (IED) em seu modelo. Inspirado no trabalho de Petri, Dee e Hanslow (2000) utilizam um modelo EGC multi-regional, conhecido como FTAP, com dados de três setores, para quantificar o efeito agregado da remoção das barreiras do comércio de todos os serviços.

Tanto Petri quanto Dee e Hanslow se preocuparam somente com os efeitos agregados da liberalização do comércio de serviços. Contudo, as negociações para liberalização do comércio de serviços no GATS têm sido conduzidas numa base setor por setor. Exemplo disto são os acordos firmados pelos países membros da OMC para iniciar a liberalização do comércio em telecomunicações básicas e serviços financeiros. A identificação dos efeitos

setoriais da liberalização multilateral do comércio de serviços traria um estímulo às negociações comerciais em serviços, tanto em termos de ampliação da abertura comercial para os setores já ofertados, quanto na assunção de compromissos em novos setores.

Verikios e Zhang (2001) desenvolveram o modelo FTAP2, uma variação do modelo FTAP, para quantificar o impacto na economia mundial da completa liberalização do comércio de telecomunicações e serviços financeiros, setores em que os países membros da OMC primeiramente assumiram compromissos.

O modelo utilizado divide o mundo em 19 regiões e cada economia regional em oito setores, sendo sete deles serviços. Em cada região definem-se três agentes econômicos: firmas, família representativa e governo. A família regional é detentora de terra, recursos naturais, capital e trabalho. A família vende os fatores de produção e recebe das firmas renda. Além disso, ela paga impostos ao governo. Tanto a família quanto o governo gastam sua renda em bens e serviços produzidos pelas firmas.

O governo regional estabelece impostos tanto para as firmas quanto para as famílias. As firmas pagam impostos sobre os insumos intermediários, os fatores primários e a produção final. As famílias pagam impostos sobre o consumo de bens e serviços, sejam produzidos domesticamente, sejam importados, e também sobre os fatores primários e sobre a renda recebida. O orçamento do governo é fixo em termos nominais para cada região, o que faz com que qualquer mudança política seja neutra em relação à renda, não afetando o consumo do governo nem a renda das famílias. Isto é possível quando o imposto sobre os rendimentos do trabalho e sobre a propriedade varia no decorrer da simulação da política. Os gastos das famílias e do governo são fixados em parcelas nominais da renda regional.

Em cada setor da economia regional, dois tipos de firmas podem ser identificados: as firmas regionais e as filiais estrangeiras. Todas as firmas buscam capital em seu país de origem, mas utilizam os demais recursos na região em que está estabelecida. Supondo mobilidade de capital, as firmas em

cada setor podem maximizar seus retornos por meio da melhor alocação de sua produção entre a matriz e suas filiais. A mão-de-obra é tida como imóvel entre as regiões, mas perfeitamente móvel entre os setores da região. A terra e os recursos naturais são imóveis, tanto fora quanto dentro da região.

Do ponto de vista da região hospedeira, a presença comercial de firmas estrangeiras pode ser determinada por meio das filiais estrangeiras que operam no mercado doméstico. Estas filiais estrangeiras combinam capital estrangeiro com trabalho local, terra e recursos naturais para produzir bens e serviços aos consumidores locais e para exportar para uma terceira região. Assim, as firmas estrangeiras competem diretamente com as firmas domésticas nos mercados nacionais e nos mercados exportadores.

A presença comercial de firmas estrangeiras nos mercados domésticos é definida pelo desejo do dono do capital em maximizar seu retorno de capital. No modelo, o capital de uma região só pode ser alocado numa firma doméstica. Para atrair capital, as firmas domésticas têm que competir entre si para fornecer o maior retorno possível ao dono do capital. As firmas podem escolher entre investir seu capital nas operações domésticas ou estrangeiras. Na ausência de barreiras ao comércio, o equilíbrio será atingido quando as taxas esperadas de retorno do capital geradas pelas firmas domésticas e suas filiais estrangeiras tornarem-se iguais.

Outro pressuposto do modelo é que as taxas de retorno do capital entre as diferentes regiões não são iguais. Isso ocorre porque o capital de cada região pode não ser o mesmo em termos de qualidade e composição. As filiais estrangeiras podem, por exemplo, possuir tecnologias superiores ou novos produtos, o que possibilita uma maior taxa de retorno.

A decisão de investimento de uma firma também é influenciada pela demanda dos consumidores da região em que a firma se localiza. O modelo assume que os produtos das firmas nacionais e de seus competidores estrangeiros são substitutos imperfeitos. O consumidor local tende a selecionar uma cesta de produtos e bens de firmas nacionais e filiais estrangeiras a fim de maximizar

sua utilidade. Como as firmas domésticas e as filias estrangeiras são competidoras, a variação na demanda de um dado bem ou serviço influencia a decisão da firma estrangeira em estabelecer presença comercial num mercado.

No que diz respeito ao consumo transfronteiriço de um serviço, o modelo reconhece que diferentemente da maioria dos bens e de alguns serviços, em telecomunicações e nos serviços financeiros, os serviços importados não são iguais aos serviços domésticos. Um serviço financeiro importado equivale somente a uma parte da transação internacional. Os serviços importados têm que ser combinados com os serviços domésticos para que cheguem ao consumidor doméstico.

Baseado nisso, assume-se que a elasticidade de substituição entre um serviço financeiro e de telecomunicações doméstico e um importado é zero. Pela mesma razão, os serviços financeiros e de telecomunicações importados de diferentes regiões são não substitutos, o que faz com que suas elasticidades também sejam zero. Contudo, para os demais bens e serviços, estima-se uma elasticidade de substituição.

Tendo esses preceitos em mente, para modelar e simular a remoção das barreiras ao comércio de serviços, os dados utilizados continham informações sobre os fluxos de investimento estrangeiro direto por região e setor, e estimativas de equivalentes tarifários para as barreiras ao estabelecimento e operação das firmas domésticas e das filiais estrangeiras. Estas estimativas vieram dos estudos de Warren (1999) e Kalirajan *et al* (1999).

Os resultados da simulação demonstraram que a completa liberalização dos serviços de telecomunicações traria ao mundo cerca de US\$ 24 bilhões, ou seja, um aumento de 0,1% no PIB real mundial. Se analisarmos as regiões em separado, apenas Malásia, Tailândia e México não teriam elevação de seu PIB. A região do Brasil, que neste estudo foi analisado em conjunto com Argentina, Uruguai e Colômbia, teria uma elevação de seu PIB em 0,02%. Os países com maior elevação do PIB seriam China, Indonésia e Filipinas, cerca de 0,75% do PIB.

A completa liberalização dos serviços financeiros, por sua vez, traria ao mundo um ganho de US\$ 23 bilhões, cerca de 0,09% do PIB. Neste caso a região do Brasil aparece como uma das que mais se beneficiariam com o aumento no PIB real em cerca de 0,7%. As regiões que teriam redução no PIB seriam Canadá e Estados Unidos, 0,01 e 0,02% respectivamente.

As conclusões do estudo foram que os resultados da liberalização comercial dependem em larga escala da forma como as barreiras ao comércio afetam as regiões e as economias do mundo. As barreiras dos serviços financeiros e telecomunicações são muito maiores nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos. Regiões com barreiras relativamente altas são as que mais ganham com a liberalização. A remoção multilateral das barreiras afeta as regiões em liberalização elevando o investimento doméstico e estrangeiro nos setores em liberalização, o que aumenta sua competitividade e reduz os custos dos insumos intermediários dos setores que utilizam os insumos dos setores em liberalização. A liberalização comercial do setor financeiro e das telecomunicações também afeta as regiões já liberalizadas na medida em que eleva a saída de IED e os ganhos advindos do IED, além de reduzir os preços de importação das regiões em liberalização, e, conseqüentemente, o custo de utilizar estas importações como insumos intermediários ou produtos finais.

Jensen, Rutherford e Tarr (2004a; 2004b) também desenvolveram um modelo de equilíbrio geral computável da economia russa com intuito de analisar de que maneira a entrada do país na OMC afetaria a economia agregada e seus principais setores. A premissa chave do modelo era que os serviços prestados por multinacionais competem com os provedores doméstico por meio do investimento estrangeiro direto. Assim, a liberalização de barreiras aos provedores multinacionais de serviços induz a entrada de multinacionais, o que resulta em ganhos endógenos de produtividade nas indústrias que utilizam esses serviços como insumos em sua produção.

Num terceiro artigo, Jensen, Rutherford e Tarr (2004c) atualizaram o modelo para o setor de telecomunicações e empregaram uma versão atualizada a fim de se chegar às estimativas do impacto advindos da entrada da Rússia na OMC no setor de telecomunicações e da liberalização das barreiras aos fluxos de IED em telecomunicações para a economia russa como um todo.

A respeito da entrada da Rússia na OMC, de forma geral, os autores explicaram que os ganhos do acesso derivariam de quatro efeitos principais: (i) melhorar o acesso aos mercados dos países fora da antiga União Soviética em determinados produtos; (ii) redução tarifária da Rússia; (iii) liberalização de barreiras ao IED em serviços; (iv) efeito potencial de crescimento decorrente da melhora no ambiente interno para os investimentos. Entre esses efeitos, a liberalização de barreiras ao IED em serviços é apontada como a mais relevante para os serviços de telecomunicações. Neste respeito, um crescente conjunto de evidências e teorias econômicas sugere que a presença de serviços empresariais disponíveis (como o de telecomunicações) é importante para o crescimento econômico. A idéia central na literatura é que a oferta de serviços empresariais com alta qualidade e diversidade permite que o serviço final chegue ao usuário com maior qualidade e menor custo. Face ao exposto, uma boa alternativa seria encorajar os prestadores de serviços estrangeiros a elevar a oferta de IED no mercado russo. Assim, ter-se-ia um maior acesso aos serviços de multinacionais que prestam serviços nas áreas de telecomunicações, bancos, seguros, transportes e outros serviços comerciais, reduzindo os custos de fazer negócios no país e elevando a produtividades das firmas que utilizam estes serviços.

O modelo de Jensen, Rutherford e Tarr engloba 35 setores. Existem três fatores de produção primários – mão-de-obra qualificada, mão-de-obra não qualificada e capital –, e três tipos de setores – setores em competição perfeita, setores de bens em competição imperfeita, setores de serviços comerciais em competição imperfeita.

Os setores em competição perfeita são aqueles em que tanto bens quanto serviços são produzidos com retornos constantes de escala e o preço é igual

ao custo marginal. A agricultura e a educação pública podem ser citadas como exemplos disto. Nestes setores, as firmas domésticas encontram-se em competição com as estrangeiras, e a qualidade dos bens produzidos no país é diferente da dos bens produzidos no exterior de acordo com a função de demanda dos consumidores russos e suas firmas, o que é conhecido como elasticidade de Armington. Todas as firmas russas podem vender seus bens no mercado doméstico ou exportar, mas existe uma diferença na qualidade entre os bens domésticos e os exportados.

O setor de bens em competição imperfeita são aqueles produzidos com retornos crescentes de escala em competição imperfeita, como os metais ferrosos, não ferrosos e indústria química. Existem firmas estrangeiras e nacionais competindo para ofertar esses produtos no mercado russo. As firmas estrangeiras ofertam no mercado russo, mas suas instalações estão no exterior. Entretanto, em detrimento dos custos fixos requeridos para vender na Rússia, o número de firmas estrangeiras que vendem no mercado russo dependem da lucratividade do mercado, que, por sua vez, depende dos impostos de importação. Espera-se que a liberalização tarifária traga normalmente ganhos de produtividade, pois quanto maior a variedade dos produtos disponíveis no mercado, maior a chance dos compradores obterem o produto que mais se encaixa em sua demanda e necessidade.

Por último, o setor de serviços comerciais são os setores dos serviços produzidos na Rússia com retornos crescentes de escala (e.g. telecomunicações, serviços financeiros e transporte). No setor de serviços, pode-se observar que alguns serviços são fornecidos por prestadores estrangeiros numa base transfronteiriça, análogo ao de bens providos do exterior. Entretanto, a maioria dos serviços comerciais é fornecida por provedores com presença comercial. O modelo estudado permite os dois tipos de prestação, existindo serviços transfronteiriços – fornecidos do exterior a custos constantes, assim como os bens em competição perfeita. Os serviços transfronteiriços, contudo, não são substitutos dos serviços prestados pelos provedores estrangeiros com presença comercial.

Existem dois tipos de firmas neste setor que possuem presença comercial na Rússia: as firmas nacionais e as multinacionais. Algumas firmas multinacionais escolhem estabelecer presença comercial no país para competir diretamente com as firmas nacionais. Estas firmas multinacionais trazem para a Rússia parte das novas tecnologias e técnicas de gerenciamento, o que faz com que sua estrutura de custo diferencie da dos provedores russos. Os custos dessas firmas multinacionais ficam relacionados tanto com os insumos importados, quanto com os fatores primários e os insumos intermediários russos. Os custos das firmas nacionais, por sua vez, relacionam-se somente com trabalho e capital russos. Assim, os serviços prestados pelas multinacionais são diferenciados dos das nacionais. Restrições ao IED, direito de estabelecimento, movimento de mão-de-obra profissional e direito de propriedade intelectual possuem papel importante e direto nas firmas que fornecem serviços no mercado doméstico.

O modelo também parte da premissa que os consumidores maximizam sua utilidade face a uma restrição orçamentária. Estes consumidores avaliam a diversidade de produtos da mesma forma que as firmas, e também podem comprar os produtos num nível de preço menor quando a diversidade aumenta. O governo recebe vários tipos de impostos indiretos.

O modelo utiliza-se da matriz de insumo-produto da Rússia de 1995. As tarifas de importação e exportação vieram da publicação de 2001 sobre estatísticas de comércio internacional do *Russian Customs Committee*. O cálculo do equivalente tarifário para as barreiras ao IED em serviços veio do trabalho de Kimura, Ando e Fujii (2004). O trabalho foi baseado em um questionário feito com várias instituições de pesquisa para se definir o ambiente regulatório do setor. As respostas e os dados do questionário foram convertidos em um índice de restrição para cada setor. Kimura *et al.* aplicaram a metodologia elucidada em Findlay e Warren (2000), que faz uma avaliação do ambiente regulatório de cada setor de serviços em vários países. A partir desta avaliação, realizou-se uma regressão entre os preços do serviço e sua barreira regulatória visando a determinar o impacto de cada barreira regulatória no preço do serviço. Kimura *et al.* assumiu que o resultado da regressão poderia ser aplicado à Rússia.

Com base nos resultados da regressão e nas conclusões dos questionários, pôde, então, estimar o impacto *ad valorem* da redução nas barreiras ao IED em cada setor de serviços.

Os estudos de Jensen, Rutherford e Tarr (2004) estimaram, portanto, que a entrada da Rússia na OMC traria, no curto prazo, uma elevação de cerca de 3,3% do PIB do país, equivalente a 7,6% de elevação do consumo. Apenas a eliminação das barreiras ao IED em telecomunicações contribuiria com 1,6% de acréscimo no consumo do país. No longo prazo, quando os impactos potenciais positivos no ambiente de investimento são incorporados, o aumento no consumo passa para cerca de 24%.

Ademais, estimou-se que o nível de emprego se elevaria – tanto para a mão-de-obra qualificada, quanto para a não qualificada – quando novas firmas estrangeiras entrassem no país. Inicialmente, os empregos cairiam nas firmas russas, mas as multinacionais demandariam novos empregos, e, apesar de utilizarem menos mão-de-obra que as firmas russas, o nível geral de emprego na economia se elevaria.

Os autores estimaram, também, que as empresas multinacionais de telecomunicações elevariam suas atividades no país. Por outro lado, as empresas nacionais de telecomunicações teriam uma redução significativa na participação do mercado. Desta forma, os detentores de capital russo em empresas de telecomunicações sem participação de capital estrangeiro veriam o valor de seus investimentos declinarem.

Conforme os autores, os resultados apresentados enfatizam a importância da liberalização das barreiras ao IED no setor de serviços. Esses resultados são consistentes com outros estudos que sugerem que um país ganhará mais com sua própria liberalização do que com a liberalização dos mercados de seus parceiros comerciais. Nesse entendimento, melhorar o acesso a mercados é um ganho para a Rússia, mas é quantitativamente menos importante que a liberalização de suas próprias tarifas e barreiras ao IED, se considerar os ganhos de bem-estar do país decorrentes destas liberalizações.

Ademais, a redução das barreiras ao IED em telecomunicações, de acordo com o estudo dos autores acima, trará ganhos substanciais não somente à economia russa como também elevará a produtividade do capital e do trabalho no país.

Konan e Markus (2002) realizaram um estudo para analisar de que forma a liberalização em serviços se difere da liberalização de bens em termos de bem-estar, composição do produto, e crescimento num país em desenvolvimento. O país escolhido foi a Tunísia. Segundo eles, a liberalização comercial reorienta a produção para setores com vantagens comparativas. Desta forma, acreditam que a redução das barreiras aos serviços, observado o estímulo à competição por meio da flexibilização do IED, tende a elevar a atividade econômica de forma mais equilibrada entre os setores. A liberalização de serviços requer menores ajustes em custos – medidos em termos de movimentação setorial de mão-de-obra – que a liberalização do comércio de bens. Assim, os ganhos de bem-estar da liberalização em serviços, superaria os ganhos de bem-estar da liberalização do comércio de bens.

O setor de serviços possui um papel importante na economia da Tunísia. De acordo com os dados da matriz insumo-produto do país de 1995, quase metade da produção gerada vem de serviços, e o crescimento da produção em serviços tem sido maior que o crescimento em bens. Ademais, os serviços fazem parte de um terço do consumo das famílias e 18% da demanda intermediária. Entre os serviços, o turismo possui o maior destaque, representando mais de 15% das importações e cerca de 20% das exportações.

Não existem informações estatísticas sobre a importância do IED no comércio de serviços da Tunísia, tendo em vista que os ganhos e vendas das empresas estrangeiras do país não são reportados separadamente das firmas domésticas. Contudo, a participação estrangeira é visivelmente irrisória nas principais atividades de serviços. Isto decorre das diversas medidas que regulam o investimento, o controle cambial e os limites à movimentação de mão-de-obra.

Os autores empregaram um modelo EGC padrão para pequenas economias abertas. A contribuição dada foi explicitar o tratamento dado à produção de serviços e ao investimento. A decisão de se produzir no setor de serviços é distorcida pelas medidas regulatórias que elevam os custos de entrada no setor e limitam o direito de empresas estrangeiras se estabelecerem na Tunísia. Essas medidas distorcem preços e quantidades por meio de dois canais primários. Um, é o efeito cartel, aonde barreiras ao IED e a excessiva regulação limitam tanto os participantes domésticos quanto os estrangeiros, o que impede a competição e fortalece o poder de mercado das firmas locais. Tal poder de mercado cria oportunidade para que se elevem os preços acima do custo marginal. O outro, é decorrente do efeito *cost inefficiency*. Os custos marginais num ambiente regulatório podem ser excessivamente elevados, excluindo a entrada no mercado de empresas estrangeiras em busca de baixos custos. Adicionalmente, os provedores domésticos são forçados a absorver em seus custos todos os procedimentos burocráticos ligados às medidas regulatórias. Estas atividades não contribuem para o produto e geram peso morto (*pure economic waste*), que, por sua vez, eleva os custos marginais acima do esperado. Estes dois fatores em conjunto acabam por formar a barreira à entrada do IED no país.

A liberalização do comércio de serviços possibilita, portanto, que uma economia operando em cartel passe a operar em competição, fomentada pela entrada de capital estrangeiro. É importante ressaltar que, neste modelo, a liberalização não gera mudanças endógenas nos fluxos de IED. Em vez disso, o cenário envolverá mudanças nos detentores do capital e na estrutura de mercado de forma a melhorar a eficiência e a distribuição da renda. Este pressuposto vem do fato de que em vários setores de serviços ainda não há participação estrangeira (i.e. IED) no equilíbrio, o que torna impossível determinar como a liberalização afetaria os fluxos marginais de IED.

O modelo assume que a produção em agricultura, minerais e bens manufaturados é feita considerando retornos constantes de escala e competição perfeita, o que implica que o preço é igual ao custo marginal. A

produção em serviços também está sujeita a retornos constantes de escala, mas num cenário de monopólio. Para todos os setores, a função de produção se aproxima da Leontief e é composta por bens intermediários. A elasticidade de substituição constante (CES) da função de produção descreve a possibilidade de substituição entre os insumos capital e trabalho. Os bens intermediários e os bens finais são diferenciados por país de origem, conforme a especificação de Armington, o que faz com que os preços de importação e exportação se distingam entre as regiões. As três regiões comerciais são União Européia, Liga de Países Árabes e Resto do Mundo. Para cada setor, a demanda para produtos domésticos e importados é representada pela função CES, e as importações de insumos intermediários também são diferenciados entre regiões por meio da estrutura CES. Similarmente, a indústria da Tunísia oferta bens diferenciados tanto para o mercado doméstico quanto para o mercado estrangeiro (exportações). A produção segue uma função CES de dois estágios. O total da produção é primeiramente calculado como a soma da oferta doméstica e do total exportado. Capital e trabalho são livremente móveis entre os setores.

Um consumidor representativo maximiza sua função de utilidade face à sua restrição orçamentária. Num primeiro estágio, o consumidor decide quanto gastará em bens de cada setor. Num segundo estágio, o consumidor define os gastos com exportação em cada setor, que, a partir de sua restrição orçamentária para importação, selecionará as importações de cada região. Esta última função também caracteriza a divisão entre o consumo do governo e o investimento dispendido com produtos e bens domésticos e importados. O consumidor representativo recebe renda dos fatores primários (capital e trabalho), das transferências líquidas do governo, do déficit em conta corrente, e qualquer outra renda líquida advinda das operações de restrição ao comércio de serviços.

Duas regras padrões foram impostas ao modelo: o equilíbrio da conta poupança-investimento e da conta corrente são fixos. O déficit do orçamento do governo também foi mantido fixo durante a simulação.

Os dados do modelo vieram da matriz de contabilidade social da Tunísia e outros parâmetros como fluxos de importação e exportação por região, tarifas e impostos setoriais, e elasticidade de substituição e transformação.

Os autores também estimaram preços advindos das barreiras ao comércio de serviços, que são os parâmetros chave para serem alterados na simulação. As barreiras em Modo 1 são tratadas como equivalentes tarifários *ad valorem* e são zero num cenário de liberalização. Em termos de modo 3, o ideal seria estimar o impacto das barreiras no preço e nos custos, como sugerido por Warren e Findlay (2000), mas como não havia o cálculo para Tunísia, os autores decidiram realizar estudos com a indústria, economistas dos setores e oficiais do governo.

Os resultados da simulação confirmaram que a liberalização em serviços mantém a composição da produção estável, com alguns aumentos na indústria de manufaturados e em serviços e uma pequena redução em agricultura e mineração. A distribuição dos ganhos neste cenário é mais igualitária entre os fatores de produção, se comparada com a liberalização de bens, em que os ganhos são fortemente concentrados nas mãos dos trabalhadores. O cenário que considera a liberalização conjunta de bens e serviços trouxe o melhor resultado para o mundo.

Os potenciais ganhos de bem-estar decorrentes da liberalização de serviços são claramente positivos e substanciais. Estima-se que o PIB do país cresceria acima dos 7%, o que é quase três vezes superior ao ganho da liberalização de bens. Destes ganhos, 75% vêm da liberalização da entrada de IED no país. A presença comercial de firmas estrangeiras elevaria a renda real das famílias em 4%, enquanto que a liberalização dos serviços transfronteiriços traria um ganho de 1%.

Konan e Assche (2004) também realizam uma análise quantitativa sobre os impactos no bem-estar de uma melhoria no acesso aos mercados de empresas estrangeiras de telecomunicações na Tunísia. Neste contexto, os autores utilizam-se do modelo EGC para a Tunísia, e levam em consideração o fato da

indústria de telecomunicações no país ser inicialmente monopólio. Neste caso, um dos maiores benefícios potenciais de se conceder uma licença de telecomunicações a uma prestadora estrangeira seria o fato de se poder romper o monopólio no mercado doméstico.

Os trabalhos acima apresentados demonstram a aplicação dos modelos de equilíbrio geral computável nas estimativas de ganhos decorrentes da liberalização comercial. Os trabalhos que analisaram a liberalização comercial em serviços indicaram que o setor de serviços possui importância no aperfeiçoamento do ambiente de negócios e investimentos do país e na promoção do desenvolvimento econômico.

5 – Análise do mercado nacional de serviços

Consoante apresentado anteriormente, o setor de serviços possui uma grande importância para as economias nacionais. No Brasil, já responde por cerca de 60% do PIB e nos países desenvolvidos esse percentual sobe para quase 80%. As atividades de serviços fornecem insumos importantes para as demais atividades da economia, e seu aperfeiçoamento contribui para a elevação da produção e do valor adicionado do país.

Nos últimos anos, as reformas regulatórias e os avanços tecnológicos contribuíram sobremaneira para que as atividades de serviços se internacionalizassem. Mas, apesar das correntes de comércio internacional de serviços crescerem a cada ano, os principais exportadores mundiais ainda estão concentrados nos países desenvolvidos. Quando observamos o contexto brasileiro, vemos que o País tem elevado sua participação no comércio internacional de serviços, entretanto, algumas reformas internas ainda são necessárias para melhorar o cenário interno.

Nesse capítulo será feita uma análise da estrutura geral da produção, renda, demanda e comércio exterior da economia brasileira com vistas a verificar a atuação das atividades de serviços. Posteriormente, serão empregadas duas metodologias de medidas de frequência para se identificar o grau de abertura brasileiro ao comércio de serviços e à entrada de investimento estrangeiro direto. Por fim, serão avaliadas algumas abordagens que estimam equivalentes tarifários para as barreiras ao comércio de serviços.

5.1 – Identificação da Produção, Renda e Comércio em 2003

Neste item, será feita uma análise da estrutura geral da produção, renda, demanda e comércio exterior da economia brasileira visando a verificar a participação do setor de serviços nesses agregados e sua interação com os demais setores. Pinheiro (2005) sugere que apesar de ser um instrumento tradicional de análise econômica, este exercício não deve ser esquecido ainda

que a base empírica para a implementação do modelo de equilíbrio geral seja a matriz de contabilidade nacional.

Conforme sugerido por Pinheiro (2005), a identificação do comportamento das atividades de serviços e seu relacionamento com as demais atividades da economia é importante, pois auxilia na orientação e análise das simulações de redução das barreiras comerciais. Para realizar a análise foram construídas tabelas com dados das Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os dados de investimento estrangeiro direto do Banco Central do Brasil. O ano de referência foi 2003, por ser o ano mais atual dos dados das contas nacionais disponibilizados pelo IBGE.

Em toda a análise foi utilizada a divisão de atividades definida nas tabelas de Recursos e Usos do IBGE. Nesta conceituação, o setor de atividades agropecuárias inclui os estabelecimentos agrícolas para o mercado e autoconsumo e os serviços auxiliares à atividade. Cumpre ressaltar que a produção do agronegócio brasileiro está agrupada com as demais atividades da indústria da transformação. Para fins de análise, desagregaremos apenas as atividades de serviços (aparecem em cinza nas tabelas), que é o objeto deste estudo.

A tabela 5 apresenta informações setoriais a respeito da composição do produto bruto da economia representado pelo valor bruto da produção (VBP), do produto interno bruto (PIB) a preços básicos expresso pelo valor adicionado bruto (VAB) e da demanda total (DT) da economia no ano de 2003.

TABELA 5: Estrutura da Produção, Renda e da Demanda - Brasil (2003) - R\$ Milhões

Setores	Participação Setorial no Total do VBP	Participação Setorial no Total do VAB	Participação Setorial no Total da DT
Agropecuária	0,061	0,074	0,060
Indústria extrativa mineral	0,023	0,017	0,028
Indústria de transformação	0,339	0,180	0,444
Serviços de utilidade pública	0,034	0,034	0,037
Serviços	0,542	0,695	0,432
<i>Construção</i>	<i>0,045</i>	<i>0,047</i>	<i>0,040</i>
<i>Comércio</i>	<i>0,075</i>	<i>0,106</i>	<i>0,002</i>
<i>Transporte</i>	<i>0,045</i>	<i>0,043</i>	<i>0,035</i>
<i>Comunicações</i>	<i>0,024</i>	<i>0,023</i>	<i>0,028</i>
<i>Instituições Financeiras</i>	<i>0,055</i>	<i>0,071</i>	<i>0,051</i>
<i>Serviços prestados às famílias</i>	<i>0,068</i>	<i>0,074</i>	<i>0,065</i>
<i>Serviços prestados às empresas</i>	<i>0,053</i>	<i>0,063</i>	<i>0,054</i>
<i>Aluguel de imóveis</i>	<i>0,050</i>	<i>0,096</i>	<i>0,052</i>
<i>Administração pública</i>	<i>0,111</i>	<i>0,151</i>	<i>0,093</i>
<i>Serviços privados não-mercantis</i>	<i>0,017</i>	<i>0,020</i>	<i>0,011</i>
Total	1,000	1,000	1,000

Fonte: IBGE

A partir dos dados acima é possível observar que a atividade de serviços é dominante, gerando aproximadamente 54% do produto bruto e 69% do valor adicionado da economia. As atividades ligadas à administração pública e ao comércio despontam como as atividades de serviços que mais geraram produto e valor adicionado.

As participações setoriais na demanda total da economia apresentam os serviços e a indústria da transformação com cerca de 44% cada. Dentro de serviços, a administração pública mais uma vez ganha destaque, com quase 22% do total demandado por serviços. Nesse caso, o comércio apresentou uma demanda setorial inferior a 0,2%.

Pinheiro (2005) ressalta que os dados analisados acima, considerados conjuntamente às respectivas exportações (X) e importações (M) setoriais, possibilitam, além da análise direta de sua estrutura, a construção de importantes índices de desempenho comercial conforme será detalhado a seguir.

TABELA 6: Comércio Internacional - Brasil (2003) - R\$ Milhões

Setores	Exportações	Importações	Saldo Comercial	Xs/Xt	Ms/Mt
Agropecuária	20.212	6.956	13.256	0,079	0,033
Indústria extrativa mineral	19.107	20.407	-1.300	0,075	0,096
Indústria de transformação	184.448	137.190	47.258	0,724	0,644
Serviços de utilidade pública	0	2.941	-2.941	0,000	0,014
Serviços	31.003	45.664	-14.661	0,122	0,214
<i>Construção</i>	<i>1.006</i>	<i>170</i>	<i>836</i>	<i>0,004</i>	<i>0,001</i>
<i>Comércio</i>	<i>1.200</i>	<i>1.474</i>	<i>-274</i>	<i>0,005</i>	<i>0,007</i>
<i>Transporte</i>	<i>2.683</i>	<i>8.886</i>	<i>-6.203</i>	<i>0,011</i>	<i>0,042</i>
<i>Comunicações</i>	<i>1.675</i>	<i>1.406</i>	<i>269</i>	<i>0,007</i>	<i>0,007</i>
<i>Instituições Financeiras</i>	<i>1.438</i>	<i>3.999</i>	<i>-2.561</i>	<i>0,006</i>	<i>0,019</i>
<i>Serviços prestados às famílias</i>	<i>9.973</i>	<i>7.399</i>	<i>2.574</i>	<i>0,039</i>	<i>0,035</i>
<i>Serviços prestados às empresas</i>	<i>11.172</i>	<i>13.902</i>	<i>-2.730</i>	<i>0,044</i>	<i>0,065</i>
<i>Aluguel de imóveis</i>	<i>1.814</i>	<i>8.379</i>	<i>-6.565</i>	<i>0,007</i>	<i>0,039</i>
<i>Administração pública</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0,000</i>	<i>0,000</i>
<i>Serviços privados não-mercantis</i>	<i>42</i>	<i>49</i>	<i>-7</i>	<i>0,000</i>	<i>0,000</i>
Total	254.770	213.158	41.612	1,000	1,000

Fonte: IBGE

Conforme observado, a tabela 6 apresenta os dados do comércio exterior brasileiro e as ponderações dos resultados setoriais relativamente ao total comercializado em 2003. A análise dos dados mostra que as atividades de serviços exportaram mais que a atividade agropecuária e a indústria extrativa mineral. Em contrapartida, as importações de serviços foram muito maiores, o que fez com que essas atividades se destacassem como as que possuem o maior déficit no balanço comercial; a agropecuária, por outro lado, aparece com o segundo maior superávit. É importante ressaltar que as atividades ligadas ao agronegócio encontram-se dentro da indústria de transformação, o que faz com que o volume de importações e exportações nesse segmento seja extremamente elevado. Como o objetivo deste estudo é analisar o setor de serviços, não desagregamos as atividades da indústria da transformação.

Dentro de serviços, as atividades que mais se destacam como exportadoras são os serviços prestados às empresas e às famílias. Essas atividades em conjunto com a atividade de transporte e aluguel de imóveis foram as que mais importaram. No saldo comercial, a atividade com maior superávit foi a de serviços prestados às famílias. As atividades de transporte e aluguel de imóveis entram como as grandes deficitárias.

Cumpra ressaltar que em toda a análise, as importações e exportações em serviços são as realizadas por meio do modo de prestação 1, comércio transfronteiriço, que é uma parcela ainda pequena do comércio internacional de serviços, tendo em que vista que grande parte desse comércio se dá no modo de prestação 3, presença comercial, por meio dos fluxos de investimento estrangeiro direto (IED).

Na tabela 7, a seguir, encontram-se dois índices relacionados à dependência comercial. Estes índices mostram a participação das exportações e das importações setoriais respectivamente no produto bruto e na demanda total em escala setorial. Comparando os valores totais de cada índice, verifica-se que o coeficiente das exportações totais sobre o produto bruto gerado na economia (0,085) é superior à relação das importações totais sobre a demanda total (0,062). Isto significa que o país exporta 8,5% do produto bruto gerado, enquanto importa 6,2% de sua demanda total.

TABELA 7: Dependência Comercial Setorial - Brasil (2003)

Setores	X/VBP	M/DT
Agropecuária	0,110	0,034
Indústria extrativa mineral	0,283	0,213
Indústria de transformação	0,182	0,090
Serviços de utilidade pública	0,000	0,023
Serviços	0,019	0,031
<i>Construção</i>	<i>0,007</i>	<i>0,001</i>
<i>Comércio</i>	<i>0,005</i>	<i>0,197</i>
<i>Transporte</i>	<i>0,020</i>	<i>0,073</i>
<i>Comunicações</i>	<i>0,023</i>	<i>0,015</i>
<i>Instituições Financeiras</i>	<i>0,009</i>	<i>0,023</i>
<i>Serviços prestados às famílias</i>	<i>0,049</i>	<i>0,033</i>
<i>Serviços prestados às empresas</i>	<i>0,071</i>	<i>0,075</i>
<i>Aluguel de imóveis</i>	<i>0,012</i>	<i>0,047</i>
<i>Administração pública</i>	<i>0,000</i>	<i>0,000</i>
<i>Serviços privados não-mercantis</i>	<i>0,001</i>	<i>0,001</i>
Total	0,085	0,062

Fonte: IBGE

Em termos setoriais, as atividades da indústria extrativa mineral ganham especial atenção, por exportar aproximadamente 28% da sua produção bruta. As atividades de serviços, por sua vez, apresentam um índice muito baixo, apenas 1,9%. Dentro de serviços, mais uma vez os serviços prestados às

empresas aparecem com o maior percentual, exportando cerca de 7,1% da produção.

A avaliação do índice de importações no total demandado pela economia demonstra que apenas 6% da demanda total é suprida por importações. Nesse índice, novamente o setor de serviços se destaca com um baixo índice de importações suprimindo a demanda nacional, o que é uma característica própria do setor de serviços, uma vez que, por não ser estocável, boa parte de sua produção se dá no local do consumo. Se incluirmos na análise a entrada de IED no país no período, encontramos o seguinte cenário.

TABELA 8: Dependência Comercial Setorial com IED - Brasil (2003)

Setores	X/VBP	M/DT
Agropecuária	0,110	0,034
Indústria extrativa mineral	0,283	0,213
Indústria de transformação	0,182	0,090
Serviços de utilidade pública	0,000	0,023
Serviços	0,019	0,067
<i>Construção</i>	<i>0,007</i>	<i>0,012</i>
<i>Comércio</i>	<i>0,005</i>	<i>1,191</i>
<i>Transporte</i>	<i>0,020</i>	<i>0,081</i>
<i>Comunicações</i>	<i>0,023</i>	<i>0,270</i>
<i>Instituições Financeiras</i>	<i>0,009</i>	<i>0,059</i>
<i>Serviços prestados às famílias</i>	<i>0,049</i>	<i>0,046</i>
<i>Serviços prestados às empresas</i>	<i>0,071</i>	<i>0,122</i>
<i>Aluguel de imóveis</i>	<i>0,012</i>	<i>0,056</i>
<i>Administração pública</i>	<i>0,000</i>	<i>0,000</i>
<i>Serviços privados não-mercantis</i>	<i>0,001</i>	<i>0,001</i>
Total	0,085	0,078

Fonte: IBGE e Bacen

Ao incluirmos a entrada de IED em atividades de serviços como importação, concluímos que 6,7% do total demandado pela economia decorrem das importações, contra os 3,1% do cenário anterior. Esses dados comprovam que boa parte do comércio de serviços é prestado por meio do modo 3, presença comercial. A atividade de comunicações, por exemplo, que antes apresentava um índice próximo de zero, com a inclusão do IED, o índice ficou em volta de 27%.

Por fim, o estudo segue os mesmos passos de Pinheiro (2005), e utiliza o índice de vantagens comparativas reveladas, construído sob a metodologia de Lafay (1990), para comparar o desempenho comercial entre os setores da economia brasileira relativamente ao produto gerado na economia. Pinheiro (2005) ressalta que embora este índice não seja um indicador de competitividade, tendo em vista que um crescimento na evolução temporal deste índice não implica, necessariamente, melhoria da competitividade internacional, sua fórmula permite que o comportamento conjunto dos fluxos bilaterais do comércio exterior brasileiro seja ponderado em termos dos setores produtivos selecionados.

Consoante Pinheiro (2005), a fórmula usada para cálculo do índice de VCR é:

$$VCR = \frac{1000}{PIB} [(X_i - M_i) - [(X_i + M_i)/(X + M)](X - M)]$$

Onde X e X_i são as exportações totais do país e do bem i, respectivamente, assim como M e M_i denotam as importações do país e do bem i. O PIB é uma medida de normalização e se refere ao valor nominal correspondente ao mesmo ano no qual os dados de fluxos comerciais são considerados.

A autora cita Piccinini e Puga (2001), que também aplicaram esse índice em seus estudos, e explicaram que o primeiro membro da expressão entre colchetes significa o saldo comercial efetivo por produto ou setor, enquanto o segundo membro representa o saldo neutro, isto é, o saldo que ocorreria caso a participação de cada produto ou setor no saldo comercial total do país fosse igual a sua participação na corrente de comércio.

Dessa forma, haverá vantagem ou desvantagem comparativa no produto ou setor se o sinal do índice de VCR for respectivamente positivo ou negativo, ou seja, caso este saldo efetivo seja maior ou menor do que o saldo neutro. A divisão pelo PIB irá normalizar os saldos efetivo e neutro. A seguir, a tabela 9

mostra os valores do índice VCR calculados para as atividades da economia estudadas neste trabalho.

TABELA 9: Vantagens Comparativas Reveladas

Setores	2003
Agropecuária	9,98
Indústria extrativa mineral	-19,07
Indústria de transformação	7,04
Serviços de utilidade pública	-6,36
Serviços	-2,10
<i>Construção</i>	<i>1,06</i>
<i>Comércio</i>	<i>-0,33</i>
<i>Transporte</i>	<i>-11,34</i>
<i>Comunicações</i>	<i>-0,01</i>
<i>Instituições Financeiras</i>	<i>-2,92</i>
<i>Serviços prestados às famílias</i>	<i>0,95</i>
<i>Serviços prestados às empresas</i>	<i>-5,33</i>
<i>Aluguel de imóveis</i>	<i>0,95</i>
<i>Administração pública</i>	<i>-5,33</i>
<i>Serviços privados não-mercantis</i>	<i>-0,05</i>

Fonte: Elaboração própria. Ver texto.

Os números confirmam que as atividades com maiores VCR são as com maiores saldos na balança comercial: agropecuária e indústria da transformação. Dentro de serviços, as únicas atividades com VCR positiva são serviços prestados às famílias e aluguel de imóveis. As atividades de transportes e serviços prestados às empresas, por sua vez, apresentam os piores índices de VCR. Isto se dá pelo fato de que esta análise apenas considera a prestação transfronteiriça. O que se pode afirmar destes resultados é que para o modo 1 de prestação, as atividades de serviços prestados às famílias e aluguel de imóveis possuem VCR positivas.

Em geral, exercícios que avaliam VCR para a economia brasileira demonstram resultados em que os maiores índices de VCR encontram-se nos setores intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, ou seja, cuja dotação natural de recursos é abundante. Em contrapartida, os setores que apresentaram desvantagens comparativas são justamente os mais intensivos nos recursos produtivos capital e tecnologia, que são os recursos historicamente menos abundantes no Brasil. Apesar das limitações dos modos de prestação de serviços, as conclusões gerais podem ser replicadas para o estudo em apreço,

quando consideramos que as atividades de serviços com os piores índices de VCR foram as atividades que utilizam mais intensivamente capital e tecnologia.

As informações apresentadas acima demonstram que as atividades de serviços apresentaram a maior participação na geração do produto bruto e do valor adicionado da economia. O interessante é que quando observamos os dados sobre a demanda total, as atividades de serviços possuem participação inferior a das atividades da indústria de transformação, o que é um indicativo de que as atividades de serviços ofertam insumos às demais atividades da economia.

É importante atentar, entretanto, que a análise dos dados de comércio exterior apresentou algumas limitações, pois não contemplou todos os modos de prestação de serviços. Para um maior entendimento da magnitude desse comércio no Brasil, as seções seguintes apresentarão um estudo sobre o grau de abertura da economia brasileira em serviços levando em conta os compromissos assumidos pelo país no GATS, um estudo sobre o grau de restrição do País ao investimento estrangeiro direto, bem como estudos que estimam equivalentes tarifários para as barreiras ao comércio de serviços.

5.2 – O grau de abertura comercial do Brasil em serviços

Para o estudo do comércio internacional de serviços é necessário o entendimento não somente dos fluxos comerciais, mas também das restrições decorrentes de regulamentações e legislações domésticas e do acesso ao investimento estrangeiro direto. Nessa seção, serão calculados índices de abertura comercial do Brasil em serviços, baseado na metodologia desenvolvida por Hoekman (1995), e no trabalho de Oliveira Júnior (2000). Os dados utilizados para calcular os índices vieram da oferta brasileira em serviços na OMC de 2005.

Hoekman (1995) mediu o grau de abertura ao comércio de serviços dos países que assumiram compromissos de liberalização junto ao GATS por meio de medidas de frequência das barreiras ao comércio de serviços definidas pelos países por meio de suas ofertas, consubstanciadas em listas de compromissos.

Os resultados do estudo demonstraram que os países desenvolvidos assumiram, em média, compromissos para 53% dos setores e/ou subsetores, enquanto que os países em desenvolvimento assumiram apenas 29,6% do compromissos possíveis.

Oliveira Júnior (2000) utilizou-se da mesma metodologia, mas para mensurar o grau de abertura dos países do Mercosul, a partir dos compromissos assumidos por estes países para a liberalização do comércio no bloco regional. De acordo com os índices calculados por Oliveira Júnior (2000), a Argentina apresentou-se como o país mais aberto do bloco, seguida do Brasil, do Uruguai e do Paraguai. Nenhum dos países assumiu compromissos em relação a mais que 34% dos setores e/ou subsetores considerados, permitindo concluir que o grau de abertura no bloco ainda é muito baixo. Observa-se, também, que os países do Mercosul seguiram a tendência geral dos demais países em desenvolvimento, mantendo uma posição mais defensiva quanto ao comércio internacional de serviços sem assumir um número relevante de compromissos setoriais.

Após os estudos de Hoekman (1995) e Oliveira Júnior (2000), as negociações em serviços avançaram consideravelmente, tanto no âmbito do Mercosul quanto no da OMC. A cada nova rodada negociadora, os países do Mercosul apresentaram listas de compromissos em suas negociações internas muito mais abertas e com um maior número de setores ofertados. O grupo negociador de serviços dentro da OMC, igualmente evoluiu, e em 2005, apresentou lista de compromissos revisada contendo maiores avanços no grau de abertura na expectativa de conclusão da Rodada Doha.

Inspirado no trabalho de Oliveira Júnior (2000) e na metodologia elaborada por Hoekman (1995), esse trabalho fará uma mensuração do grau de abertura do Brasil ao comércio de serviços a partir da lista de compromissos revisada depositada pelo país na OMC em 2005.

Seguindo a mesma sistemática de Oliveira Júnior (2000), este estudo primeiramente fará um esclarecimento sobre os termos constantemente

utilizados no GATS, para apresentar as listas de compromissos dos países, e as regras que regem a negociação destas ofertas. Depois, entrará na exposição da metodologia utilizada na quantificação do grau de abertura dos compromissos de liberalização e aplicará a metodologia para a lista de compromissos brasileira na OMC em 2005.

A primeira regra que se deve ter em mente nas negociações do GATS é a do não retrocesso, ou seja, um país, após assumir compromissos plenos ou parciais (*full and partial commitments*) em relação a um serviço ou a um modo de oferta, não poderá impor novas medidas restritivas ao comércio deste serviço ou modo de oferta. Outra regra é a de que os compromissos são assumidos tanto para Acesso a Mercados (AM) quanto para Tratamento Nacional (TN). O AM é o compromisso assumido por um país para que serviços estrangeiros, ou produzidos por firmas estrangeiras presentes em território nacional, possam ser comercializados livremente no território nacional. O TN, por sua vez, é o compromisso segundo o qual os fornecedores de serviços estrangeiros não devem receber um tratamento menos favorável que o concedido a fornecedores nacionais, ou seja, o TN impede que normas e/ou regulamentações administrativas sejam aplicadas de forma discriminatória, em função da nacionalidade dos serviços ou das firmas que os prestam.

Em face das regras principais, partimos para os termos utilizados nas inscrições das listas de compromissos, que são as ofertas dos países. Nessas listas, quando um país deseja assumir compromissos plenos, deve utilizar o termo *none* (nenhuma), que significa a inexistência de restrições comerciais. Os compromissos parciais, por sua vez, também são representados pelo termo *none*, porém, acompanhado por um comunicado explicando as restrições existentes quanto ao AM e/ou ao TN. Tanto os compromissos plenos quanto os parciais são caracterizados pelo termo *binding* (comprometimento) — i.e. os países ficam comprometidos a não impor novas restrições comerciais, a não ser que compensem os países prejudicados pelas novas medidas restritivas.

Quando um país não quer ou não pode assumir compromissos em relação à liberalização de um determinado serviço ou modo de prestação, deve inscrever

em sua lista de compromissos o termo *unbound* (não-consolidado), o que significa que não existem impedimentos para que novas medidas restritivas possam ser impostas no futuro. O termo *unbound* seguido de asterisco é usado para identificar um modo de oferta tecnicamente impossível para um determinado segmento (e.g., comércio transfronteiriço de serviços de construção civil).

Essa linguagem própria do GATS na construção das listas de oferta ressalta, mais uma vez, que as barreiras ao comércio de serviços são, em sua maioria, não tarifárias. Esse fato, aliado à baixa qualidade das estatísticas sobre esse tipo de comércio, dificulta a análise do esforço de liberalização comercial empreendido pelos países, sendo necessário partir para metodologias alternativas, como as medidas de frequência que serão utilizadas a seguir.

Oliveira Júnior (2000) lembra, ademais, que os dados tabulados pela maior parte dos países não são detalhados, mas agregados em um pequeno número de categorias, e não são passíveis de comparações internacionais, como no caso das mercadorias. O autor aponta que um problema adicional em se trabalhar com os dados do balanço de pagamentos sobre o comércio de serviços é que eles estão subestimados, pois não incluem as vendas das filiais no exterior. Somente os Estados Unidos levavam em consideração as vendas de suas filiais no exterior para o cálculo do total do comércio de serviços. Essas vendas são extremamente importantes, já que a presença comercial representa mais da metade do comércio internacional de serviços. Outra deficiência dos dados do balanço de pagamentos, segundo ele, é o fato de que eles não captam os valores referentes ao comércio intrafirma e aos serviços que estão incorporados aos bens.

Desta forma, a baixa qualidade das estatísticas e a difícil mensuração das restrições ao comércio internacional de serviços levam à busca de uma metodologia alternativa para se medir o grau de abertura comercial. É neste contexto que entra a metodologia desenvolvida por Hoekman (1995), e posteriormente utilizada por Oliveira Júnior (2000), que utiliza medidas de frequência baseada nas listas de compromissos apresentadas pelos países. As

listas de compromissos indicam o grau de liberalização e as restrições que ainda existem em cada setor e subsetor de cada país. Esses compromissos permitem que se façam comparações entre os estágios de liberalização dos diferentes países, sendo possível estabelecer uma medida de freqüência para quantificar o grau de abertura comercial. Para medir até que ponto determinado país abriu o seu setor serviços, foram sugeridos quatro índices.

O primeiro índice relaciona o total de setores e subsetores presentes nas listas de compromissos do país ao total de setores e subsetores possíveis de se assumir compromissos, mostrando a proporção de setores e subsetores que foram expostos à concorrência externa.

De acordo com Hoekman (1995), a simples contagem dos setores presentes nas listas de compromissos, como no caso do índice 1, pode levar a resultados viesados. Isso porque um país pode assumir compromissos em um setor, mas o compromisso não ser pleno. Assim, sugeriu o cálculo de um segundo índice, que separa os compromissos assumidos para o AM e para o TN, e faz uso de um sistema de ponderação que considera os tipos de compromissos assumidos. Aos compromissos plenos, que restringem a possibilidade de adoção de novas medidas restritivas no futuro, foi dado o valor 1. Os compromissos parciais receberam o valor 0,5, já que eles também implicam a não adoção de novas medidas restritivas no futuro. À ausência de compromissos foi conferido o valor zero. Os valores atribuídos aos compromissos foram somados e divididos pelo número máximo possível de pontos que ocorreria caso um país assumisse apenas compromissos plenos, tanto em relação ao AM quanto ao TN. Dessa forma, o presente trabalho considerou 151 setores e subsetores. Como são quatro os modos de oferta possíveis, um país poderia atingir um número máximo de 604 pontos, caso tivesse assumido apenas compromissos plenos. Como exemplo, considere um país que tenha assumido 40 compromissos plenos e 60 parciais. Seu índice de abertura seria igual a 11,58% do total de pontos possíveis (i.e. $(40 \times 1 + 60 \times 0,5)/604$). Assim, quanto maior o valor encontrado, maior o grau de abertura comercial do país em questão.

Entretanto, Hoekman (1995) ressalta que o índice 2 também pode estar viesado, pois caso um país tenha feito uma proposta restritiva para um setor que tenha um peso muito pequeno em seu PIB, isso traria um alto impacto sobre o seu grau de abertura. Portanto era preciso levar em consideração o peso dos vários setores no PIB do país em análise. Para tanto, foi calculado um terceiro índice. No cálculo do índice 3, multiplicou-se o percentual de participação no PIB do setor, pelo índice 2 calculado para aquele setor. Por exemplo, para um setor que possui 11 subsectores, e participação no PIB de 3%, o cálculo do índice 3 para um país que assume quatro compromissos plenos e sete parciais, seria igual a 0,51% (i.e. $(4 \times 1 + 7 \times 0,5)/44 \times 0,03$). Portanto, o índice 3 é uma média ponderada dos índices setoriais, sendo que os pesos são dados conforme a participação dos vários setores no PIB.

Hoekman (1995) sugere, ademais, o cálculo de um quarto índice, ponderado pelo modo de prestação. Conforme o autor observa, a importância dos modos de prestação varia para cada setor. Por exemplo, a falta de compromissos de liberalização para o comércio transfronteiriço de serviços de construção civil tem pouco impacto sobre seu grau de abertura. Nesse caso, o impacto maior advém da restrição à presença comercial. A solução foi conferir pesos a cada um dos modos de prestação de cada setor. Tome-se o exemplo de um setor com 1 subsector, que possui 0,9% de participação no PIB e os seguintes pesos para cada modo de prestação: modo 1: 0,3; modo 2: 0,1; modo 3: 0,4; modo 4: 0,2. Caso o país assuma, para esse setor, compromisso pleno no modo 1, compromissos parciais nos modos 2 e 3 e nenhum compromisso no modo 4, o índice de abertura seria 0,05 % (i.e. $[(0,1 \times 0,3 + 0,5 \times 0,2 + 0,5 \times 0,4 + 0 \times 0,2) / (1 \times 0,3 + 1 \times 0,2 + 1 \times 0,4 + 1 \times 0,2)] \times 0,009$). O índice 4 considera a participação de cada modo de prestação do setor, e a participação do setor no PIB do país.

Este trabalho calculou, conforme a metodologia acima apresentada, os quatro índices de abertura comercial para a lista de compromissos revisada do Brasil depositada na OMC em 2005.⁸ Os resultados encontrados e sua análise seguem abaixo.

⁸ As informações sobre as ponderações de cada setor no PIB e seus modos de prestação de serviços foram retiradas de Oliveira Júnior (2000).

TABELA 10: Índices de Abertura do Brasil ao Comércio Internacional de Serviços - AM e TN

Índice 1	Brasil	
	AM	TN
Índice 1	48,34%	
Índice 2	22,52%	24,75%
Índice 3	26,06%	26,44%
Índice 4	40,40%	41,49%

Fonte: Elaboração própria. Ver texto.

O índice 1 é o mesmo, tanto para o AM como para o TN, dado que ele relaciona os setores e subsetores presentes nas listas de compromissos de cada país ao total de setores e subsetores possíveis de se assumir compromissos.

Em 1995, Hoekman calculou o índice 1 para 96 países, dividindo-os em países de alta renda (*high income countries*) — 18 países —, países em desenvolvimento (*all other countries*) — 78 países — e grandes países em desenvolvimento (*large developing nations*), um subgrupo dos países em desenvolvimento. O índice médio para os países de alta renda foi igual a 53%. Os países em desenvolvimento apresentaram um índice médio igual a 15,1%, e 29,6% para os grandes países em desenvolvimento.

Na análise de agora, que considera os compromissos assumidos pelo Brasil em 2005, para o índice 1, o grau de abertura ao comércio internacional do Brasil é de 48,34%, o que indica que o país assumiu compromissos em novos setores.

O índice 2, por sua vez, é bem menor que o índice 1. Isso ocorre porque o Brasil, apesar de melhorar sua oferta, ainda não adota um grande número de compromissos plenos. Para o AM, o índice 2 foi igual a 22,52%, enquanto o valor para o TN foi igual a 24,75%. Quando se analisa a lista de compromissos apresentada pelo Brasil, vê-se que o país assumiu, na maior parte dos casos, compromissos plenos apenas em relação à presença comercial, tendo mantido

uma postura bastante restritiva em relação ao comércio transfronteiriço e ao movimento de consumidores. Em relação ao modo de prestação 4, presença de pessoas físicas, o Brasil continua com uma postura restritiva, mas mantém aberta a possibilidade da vinda de técnicos especializados e de pessoal para cargos de gerência nas firmas estrangeiras que aqui se estabelecerem.

Hoekman (1995) encontrou, na análise do índice 2 para os países de alta renda, valores de 40,6% para o AM e de 42,4% para o TN. Esses números continuam bem superiores aos encontrados para o Brasil na nova análise. Entretanto, o Brasil melhorou sua oferta em relação aos compromissos anteriores e aos índices médios para os grandes países em desenvolvimento, que foram de 17,1% para o AM e 18,8% para o TN.

Segundo o índice 3, que leva em consideração a participação dos setores no PIB, o Brasil apresenta índices de 26,06% para o AM e 26,44% para o TN. Pode-se afirmar que o grau de abertura aumenta no Brasil, quando se utiliza o peso dos vários setores no PIB, levando à conclusão de que o país expôs com maior intensidade à concorrência externa os setores cuja importância fica “acima da média”. Para se confirmar isto, basta comparar a relação entre os índices 2 e 3 .

Para o índice 3, os resultados encontrados por Hoekman (1995) foram 51,2% no caso dos países de alta renda e 11,2% para os países em desenvolvimento. Para ambos os grupos de países, o grau de liberalização comercial aumentou quando comparado ao índice 2. Para o autor, isso reflete o fato de que a maior parte dos países assumiu compromissos em relação a setores cuja importância no PIB está “acima da média”. Isso também ocorreu no estudo realizado por Oliveira Júnior (2000) para os países do Mercosul.

Na análise do índice 4, o Brasil apresenta o melhor grau de abertura, 40,40% no AM e de 41,49% no TN. É interessante notar que o grau de abertura brasileiro aumenta substancialmente quando se levam em consideração os modos de prestação. O IED, o terceiro modo de prestação, tem o maior peso para a maior parte dos setores. Quando se analisa a lista de compromissos

brasileira, percebe-se que o país assumiu os compromissos mais liberais em relação à presença comercial. Isso explica o crescimento do grau de abertura medido pelo índice 4.

Portanto, a partir da análise dos índices que medem o grau de abertura, conclui-se que o Brasil apresentou uma evolução em seu grau de abertura, quando comparado à lista de oferta anterior. O país assume compromissos menos liberais, principalmente em relação aos dois primeiros modos de oferta: comércio transfronteiriço e movimento de consumidores. Por outro lado, quando se trata de presença comercial, um modo de oferta considerado importante por ser representado pela entrada de IED no país, o Brasil vem assumindo compromissos mais liberais.

Uma vez analisado o grau de abertura geral do país, faremos também uma análise setorial, com o objetivo de verificar quais são os setores mais expostos à concorrência externa. Os índices setoriais foram calculados a partir da metodologia do índice 4.

TABELA 11: Índice Setorial do Brasil ao Comércio Internacional de Serviços - AM e TN

	AM	TN
1 Serviços Mercantis	6,66%	7,13%
2 Comunicação	0,79%	0,79%
3 Construção e Serviços Relacionados a Engenharia	6,30%	6,30%
4 Serviços de Distribuição	17,93%	16,68%
5 Serviços de Educação	0,00%	0,00%
6 Serviços Relacionados a Meio Ambiente	0,00%	0,00%
7 Serviços Financeiros	2,83%	4,77%
8 Serviços Relacionados a Saúde e Serviços Sociais	0,00%	0,00%
9 Turismo e Serviços Relacionados a Viagens	2,89%	1,69%
10 Serviços de Recreação, Culturais e de Esportes (Exclui Serviços Audiovisuais)	0,28%	0,28%
11 Serviços de Transporte	2,73%	3,87%
Índice 4	40,40%	41,49%

Fonte: Elaboração própria. Ver texto.

O primeiro setor, serviços mercantis, é um dos setores em que o país mais assume compromissos. Nele entram os subsetores de serviços profissionais, computação e outros serviços mercantis como publicidade, pesquisa de mercado e consultoria. Contudo, o país não assumiu compromissos em comércio transfronteiriço e ao movimento de consumidores, que são os modos prestação 1 e 2, respectivamente. Com isso, o índice de abertura do país ficou em 6,66% em AM e 7,13% em TN.

No caso de serviços de comunicação, apesar das reformas no setor de telecomunicações, o Brasil ainda possui um mercado relativamente fechado, com um índice setorial de 0,79%, tanto para o AM como para o TN. Esse baixo grau de abertura decorre principalmente do fato do país não assumir compromissos nos subsetores de Serviços Postais, Courier e Audiovisuais. Além disso, em serviços de telecomunicações, segmento que o país assumiu compromissos, estes se limitaram aos modos 3 e 4.

Em relação aos serviços de construção e serviços relacionados à engenharia, os índices foram de 6,3% tanto para o AM quanto para o TN. Esse desempenho se deve ao fato de o Brasil ter assumido compromissos plenos, principalmente em relação ao terceiro modo de oferta — presença comercial — que é o mais importante para o setor.

Em serviços de distribuição, o Brasil apresentou o maior grau de abertura, com índices de 17,93% para o AM e 16,68% para o TN. O Brasil, para todos os subsetores de distribuição, assumiu compromissos plenos em relação à presença comercial e compromisso parcial no segmento de franquias para o comércio transfronteiriço.

Os setores serviços de educação e serviços relacionados ao meio ambiente não constam nas listas de compromissos brasileira. Isso não significa que o mercado seja totalmente fechado e que não haja firmas estrangeiras operando em nenhum desses países. Significa, sim, que o país pode, no futuro, impor novas medidas restritivas em relação a esses dois setores.

No setor serviços financeiros, os índices encontrados para o Brasil foram 2,83% para o AM e 4,77% para o TN. O país colocou quase todos os subsetores do setor em sua lista de compromissos, mas, mais uma vez, não assumiu compromissos em relação ao comércio transfronteiriço e ao movimento de consumidores. Além disso, poucos compromissos plenos foram assumidos em relação à presença comercial, sendo na maior parte dos casos, apenas compromissos parciais.

O Brasil também não assumiu nenhum compromisso em relação aos segmentos relacionados à saúde e serviços sociais.

Em turismo e serviços relacionados a viagens, o Brasil mantém uma postura mais protecionista, pois, mesmo apresentando oferta para os três subsetores do setor, assume compromissos plenos apenas em presença comercial, mantendo-se resguardado quanto ao comércio transfronteiriço e ao movimento de consumidores. Em presença comercial, o país assumiu um compromisso parcial em relação ao TN, reservando-se o direito de conceder benefícios fiscais a firmas brasileiras que venham a se estabelecer no Nordeste ou na Amazônia.

Para os serviços de recreação, culturais e de esportes, o país apenas assumiu compromissos no segmento de esportes e outros serviços de recreação, e mesmo assim apenas para presença comercial e movimento temporário de trabalhadores.

No setor serviços de transporte, o país melhorou sua oferta ampliando os subsetores em que assumiu compromissos. Entretanto, com exceção do segmento navegação de cabotagem, em que assume compromissos plenos em comércio transfronteiriço, os demais compromissos se concentraram no terceiro modo de oferta, presença comercial.

A análise realizada comprova que o Brasil ainda apresenta restrições importantes em todos os setores de serviços. Considerando a crescente

participação do setor de serviços na composição do PIB dos países e no volume do comércio internacional, torna-se de extrema importância que o país maximize esforços no sentido de aprimorar as medidas regulatórias que envolvam serviços, visando a uma maior atuação do país no mercado mundial.

5.3 – O grau de restrição ao IED

Tendo em mente a importância do investimento estrangeiro direto (IED) para o comércio de serviços, outra avaliação útil para identificar as barreiras comerciais em serviços é a do grau de restrição da economia ao IED. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaborou um estudo para calcular um índice que avalia a situação regulatória quanto à entrada de IED de 29 países membros e 13 países não membros, entre eles o Brasil, considerando os setores e subsetores da lista de oferta do GATS.

De acordo com o estudo, as restrições regulatórias quanto à presença de empresas estrangeiras no país são uma das barreiras de entrada ao IED mais comuns. Elas normalmente se dão por meio de limitações ou impedimentos na participação do capital das companhias nacionais. Alguns procedimentos de aprovação e investigação também podem ser utilizados para limitar o IED. Outra forma de restrição se configura na exigência para que os investidores estrangeiros comprovem benefícios econômicos, fato que pode elevar o custo de entrada e conseqüentemente desencorajar a entrada de capital estrangeiro no país. A exigência de aprovação prévia de IED também pode limitar a entrada de capital estrangeiro. Outras restrições formais que igualmente podem desencorajar a entrada de IED incluem medidas que restringem a habilidade das empresas estrangeiras de gerenciar ou trabalhar com suas filiais estrangeiras e outros controles operacionais em seus negócios. Medidas estipulando que o corpo de diretores das empresas devem ser formados, em sua maioria, por nacionais ou residentes, são também barreiras comuns.

Em face dessas possíveis medidas restritivas, o estudo da OCDE elaborou um sistema de pontuação para calcular o índice de restrição ao IED para cada setor e país. A pontuação define zero, para um cenário totalmente aberto ao

IED, e 1, para um cenário totalmente fechado. A presença de restrições é ponderada conforme a importância e essencialidade do setor e sua relação com o IED.

Para os objetivos do presente estudo, foram selecionados alguns países para compararmos a situação brasileira quanto às restrições regulatórias ao IED. Dentre os países avaliados no estudo da OCDE, o presente estudo optou por selecionar três países da OCDE – Estados Unidos, Japão e México –, dois países sul-americanos – Chile e Argentina –, os países considerados BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China – e a África do Sul, indicada recentemente em alguns estudos como um futuro BRIC.⁹

A União Europeia (UE), apesar de ser um importante exportador de serviços, não está indicada separadamente no presente estudo, pois o estudo da OCDE apresentou os dados europeus desagregados por país. Entretanto, cabe destacar que nas conclusões do estudo da OCDE a UE é apontada como a que possui as menores restrições ao IED, dentre os países da OCDE. Desde o final dos anos 80, os fluxos de IED entre os países da UE não possuem praticamente nenhuma restrição. E mesmo ainda apresentando grandes divergências entre os países, a UE apresenta restrições muito baixas aos fluxos de IED de fora da região. As informações do estudo em apreço encontram-se consolidadas na tabela 11, que segue.

⁹ BRICs é um acrônimo criado em novembro de 2001 pelo economista para designar as quatro principais economias emergentes do mundo. Um estudo do Goldman Sachs estimou que esses países poderão se tornar as maiores economias mundiais nos próximos 40 anos.

TABELA 12: Índice de restrição regulatória ao IED por país e setor

	Japão	Estados Unidos	Média OCDE	Chile	México	Argentina	Brasil	China	Índia	Rússia	África do Sul
Serviços Mercantis											
Serviços Profissionais											
Serviços Legais	0,100	0,075	0,221	0,125	0,150	0,125	0,100	0,300	1,000	0,175	0,125
Contabilidade e Auditoria	0,100	0,025	0,196	0,025	0,425	0,125	0,100	0,425	1,000	0,175	0,125
Serviços de Arquitetura	0,025	0,025	0,094	0,025	0,125	0,125	0,100	0,100	1,000	0,175	0,125
Serviços de Engenharia	0,025	0,025	0,094	0,025	0,125	0,125	0,100	0,100	0,050	0,175	0,125
<i>Total</i>	<i>0,063</i>	<i>0,038</i>	<i>0,152</i>	<i>0,050</i>	<i>0,206</i>	<i>0,125</i>	<i>0,100</i>	<i>0,231</i>	<i>0,863</i>	<i>0,175</i>	<i>0,125</i>
Comunicações											
Telecomunicações											
Fixo	0,286	0,025	0,198	0,025	0,425	0,125	0,200	0,550	0,350	0,400	0,650
Móvel	0,025	0,025	0,143	0,025	0,150	0,125	0,200	0,450	0,350	0,350	0,600
<i>Total</i>	<i>0,221</i>	<i>0,025</i>	<i>0,184</i>	<i>0,025</i>	<i>0,356</i>	<i>0,125</i>	<i>0,200</i>	<i>0,525</i>	<i>0,350</i>	<i>0,388</i>	<i>0,638</i>
Construção	0,025	0,025	0,074	0,025	0,125	0,125	0,100	0,150	0,250	0,200	0,150
Distribuição	0,025	0,025	0,072	0,025	0,125	0,125	0,100	0,450	0,600	0,100	0,150
Serviços Financeiros											
Seguros	0,025	0,175	0,135	0,025	0,425	0,125	0,150	0,350	0,450	0,850	0,350
Bancos	0,075	0,275	0,157	0,025	0,525	0,175	0,400	0,550	0,350	0,550	0,250
<i>Total</i>	<i>0,064</i>	<i>0,252</i>	<i>0,152</i>	<i>0,025</i>	<i>0,502</i>	<i>0,164</i>	<i>0,343</i>	<i>0,504</i>	<i>0,373</i>	<i>0,619</i>	<i>0,273</i>
Turismo e Serviços Relacionados a Viagens											
Hotéis e Restaurante	0,025	0,025	0,072	0,025	0,125	0,125	0,100	0,150	0,050	0,100	0,100
Serviços de Transporte											
Aéreo	0,675	0,650	0,443	0,475	0,625	0,125	0,600	0,550	0,550	0,600	0,250
Marítimo	0,275	0,275	0,280	0,575	0,425	0,175	0,200	0,550	0,050	0,400	0,250
Rodoviário	0,025	0,025	0,106	0,345	0,125	0,425	0,600	0,150	0,050	0,200	0,300
<i>Total</i>	<i>0,356</i>	<i>0,346</i>	<i>0,299</i>	<i>0,494</i>	<i>0,428</i>	<i>0,211</i>	<i>0,416</i>	<i>0,466</i>	<i>0,215</i>	<i>0,424</i>	<i>0,261</i>
Eletricidade	0,025	0,125	0,326	0,025	1,000	0,125	0,100	0,750	0,150	0,750	1,000
Manufaturados	0,025	0,025	0,076	0,025	0,125	0,125	0,100	0,400	0,200	0,230	0,200
TOTAL	0,101	0,119	0,148	0,107	0,278	0,145	0,195	0,405	0,401	0,318	0,234

Fonte: OCDE

Nota: 0=aberto;

1=fechado.

De acordo com os dados observados, pode-se constatar que o Brasil é um país que possui poucas restrições ao IED. Se compararmos o índice de restrição ao IED com os índices de abertura comercial, calculados anteriormente em cima da oferta brasileira na OMC, o resultado surpreende. Entretanto, é importante ressaltar que o primeiro índice considerou as restrições presentes na lista de compromissos como um todo (i.e. todos os setores e todos os modos de prestação), enquanto que o índice da presente análise considera apenas as restrições ao IED, representadas no modo de prestação 4, presença comercial, para alguns setores específicos.

Como já era esperado, países desenvolvidos, tais como Japão, EUA e média da OCDE, os principais exportadores de serviços do mundo, possuem índices de restrição próximos, mas menores que o índice brasileiro.

Na análise de cada setor, com exceção dos serviços financeiros e serviços de transporte, o Brasil possui índices de restrição semelhantes à média dos países

da OCDE. Em serviços de eletricidade, o País possui um dos menores índices de restrição, o que pode estar relacionado ao processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro ocorrido em meados da década de 90.

Ao voltarmos a análise para a situação brasileira face aos demais BRICs, notamos que o Brasil possui o melhor grau de abertura ao IED, em praticamente todos os setores. Até mesmo quando comparamos o Brasil com o México, um país membro da OCDE, os índices brasileiros são melhores. Entretanto, quando analisamos a situação da Argentina, parceiro brasileiro no Mercosul, e do Chile, outro país sul-americano, o Brasil desponta como o país com as maiores restrições, em especial para os serviços de comunicações, financeiros e transporte.

Em linhas gerais, a análise do índice de restrição de cada setor indica uma tendência semelhante entre os países. Os setores com maiores restrições ao IED são eletricidade, transportes, telecomunicações e financeiro. Os setores de manufaturas, turismo, construção e distribuição possuem, em geral, menores restrições.

A partir dos dados observados, é possível inferir que os setores nos quais o Brasil possui as maiores restrições ao IED são os setores que apresentam as maiores barreiras ao comércio de serviços, identificado no estudo da seção anterior.

Na seção seguinte serão apresentadas diferentes abordagens que estimaram equivalentes tarifários para o comércio de serviços. Em geral as estimativas fundamentaram-se nos índices de restrição ao comércio de serviços ou em modelos gravitacionais.

5.4 – Estimativas de equivalentes tarifários para as barreiras ao comércio de serviços

Já vimos que as características específicas dos serviços dificultam a utilização de técnicas que diferenciam preços e quantidade entre dois países para

mensurar as barreiras ao comércio de serviços. Tornou-se necessário, portanto, elaborar novas medidas de preço e/ou quantidade efetiva para mensurar essas barreiras.

Uma abordagem bem simples foi a empregada por Hoekman (1995). Após construir o índice de abertura comercial baseada na lista de compromissos do GATS, utilizou de seu conhecimento sobre os setores para estimar as barreiras. O autor definiu uma tarifa equivalente de 200% para os setores nos quais o acesso a mercados era totalmente proibido na maioria dos países (e.g., marítimo, transporte aéreo, serviço postal, e seguro de vida). Para os setores em que o acesso a mercados fosse menos restrito, o percentual da tarifa equivalente foi de 20 a 50%. O autor, então, ajustou esses percentuais às medidas de freqüência, calculada a partir da lista de compromissos dos países no GATS, o que resultou em equivalentes tarifários para cada setor e país. Entretanto, as medidas definidas por Hoekman, apesar de contemplar todos os modos de prestação relativos a acesso a mercados, possuem a limitação de não representar a tarifa equivalente em termos absolutos, sendo um bom indicador, em termos relativos, da magnitude das barreiras ao mercado de serviços.

TABELA 13: Tarifas equivalentes estimadas por Hoekman

	Austrália	China	Japão	Coréia	Bagladesh	Índia	Canadá	EUA	UE	Brasil
Construção	12,0	25,0	5,0	16,0	40,0	34,0	6,0	5,0	10,0	25,0
Comunicações	183,4	191,1	142,0	184,9	193,9	191,1	117,7	111,4	182,0	142,7
Distribuição	7,4	35,5	4,6	21,4	35,5	35,5	9,0	4,6	10,0	24,9
Serviços Financeiros	24,8	39,8	28,9	36,3	51,0	47,2	25,9	21,7	27,2	47,0

Fonte: Hoekman (1995)

Os equivalentes tarifários calculados por Hoekman estão em consonância com os índices de restrição comercial apresentados anteriormente. Em todos os setores, o Brasil apresenta uma situação de restrição mediana, pois apesar de apresentar equivalentes tarifários ao comércio de serviços elevados, não é o país mais restritivo.

François (1999) utilizou uma nova abordagem que calcula tarifas equivalentes para os serviços financeiros e de construção, utilizando um modelo

gravitacional ajustado para os fluxos de comércio bilateral em serviços entre os Estados Unidos e seus parceiros.

TABELA 14: Tarifas equivalentes estimadas por François

	América do Norte	Europa Ocidental	Japão	China	Taiwan	Indonésia	Índia	Brasil	Turquia	África do Sul
Construção	9,8	18,3	29,7	40,9	5,3	9,6	61,6	57,2	46,3	17,7
Serviços Financeiros	8,2	8,5	19,7	18,8	2,6	6,8	13,1	35,7	20,4	20,4

Fonte: François (1999)

Com relação às tarifas equivalentes estimadas por François, pode-se observar, dentre os países estudados, que o Brasil é o parceiro comercial dos EUA que apresentou as maiores restrições ao comércio de serviços.

Park (2002) também estimou tarifas equivalentes para sete setores de serviços utilizando um modelo gravitacional. O modelo considerou apenas o modo de prestação 1, comércio transfronteiriço, e contou com o comércio bilateral de 51 países. Os resultados podem ser vistos a seguir.

TABELA 15: Tarifas equivalentes estimadas por Park

	Argentina	Brasil	Chile	França	Alemanha	Índia	Japão	México	Reino Unido	Estados Unidos
Construção	58,28	53,32	47,38	28,94	18,15	70,16	4,49	60,12	62,46	43,66
Distribuição	46,82	29,35	18,04	30,84	19,02	41,10	37,98	36,26	43,95	52,07
Transporte	23,50	25,31	10,97	15,04	13,30	32,93	18,17	23,24	7,91	23,84
Comunicações	18,93	47,46	15,26	22,37	7,49	61,36	11,83	10,32	8,62	7,29
Financeiros	43,43	42,99	26,71	24,65	22,73	34,27	12,97	3,10	32,95	24,62
Mercantis	94,28	30,73	34,43	35,69	31,29	42,71	55,16	54,31	38,57	41,35

Fonte: Park (2002)

A principal conclusão apontada pelo autor com os resultados da simulação é que as estimativas de equivalentes tarifários não estão associadas ao grau de desenvolvimento do país. Entretanto, é uma abordagem que apresenta fortes limitações para o presente estudo por considerar apenas o modo de prestação 1, comércio transfronteiriço.

Outra abordagem importante para o estudo das barreiras ao comércio de serviços é a análise do impacto dessas barreiras nos custos e preços dos serviços. A *Productivity Commission* da Austrália desenvolveu um trabalho voltado para mensurar as restrições ao comércio de serviços para uma série de

países da Europa, Ásia, América do Norte e América do Sul. As pesquisas resultaram em dois bancos de dados, o índice de restrição ao comércio e os efeitos das medidas no preço e/ou custo, que produziram equivalentes tarifários sobre o efeito nos preços e/ou custos das restrições ao comércio nos setores de serviços. A pesquisa final foi publicada por Findlay e Warren (2000).

Conforme já estudamos, as restrições ao comércio de serviços são bastante complexas, pois geralmente envolvem alguma forma de regulamentação governamental. Essas regulamentações podem afetar a entrada e a operação não apenas do prestador de serviços estrangeiro, como também dos prestadores domésticos, e isso pode diretamente elevar os preços e/ou custos dos serviços tanto de prestadores estrangeiros quanto de prestadores domésticos.

A metodologia, desenvolvida pela *Productivity Commission*, estima o efeito direto nos preços e/ou custos da restrição ao comércio de serviços. Essa metodologia envolve dois passos principais. Primeiro, a conversão de informações sobre as regulamentações em índices quantitativos de restrição. Segundo, a estimação do efeito dessas medidas restritivas nos preços e custos dos serviços.

A extensão de uma regulamentação governamental em um determinado serviço é quantificada utilizando um índice de restrição ao comércio. Esse índice consolida a natureza e extensão das restrições ao comércio de serviços para cada economia. Quanto maior a restrição e rigidez da regulamentação, maior é o índice de restrição da economia.

As informações são coletadas para cada economia sobre sua regulamentação governamental em um determinado serviço e classificadas de acordo com o tipo de restrição. As restrições podem ser impostas quanto ao estabelecimento do novo prestador de serviços ou quanto às operações, e podem ser não discriminatórias (quando os prestadores domésticos e estrangeiros são tratados igualmente) ou discriminatórias (quando os prestadores estrangeiros recebem tratamento menos favorável que o doméstico).

Restrições quanto ao estabelecimento geralmente incluem exigências de licenças para novas firmas, restrições sobre o IED em firmas existentes e restrições sobre a movimentação permanente de pessoas. Restrições quanto às operações envolvem restrições sobre a condução dos negócios, definição de preço dos serviços e movimento temporário de pessoas.

O índice de restrição ao comércio é calculado para cada economia utilizando a metodologia de pontuação e ponderação. As restrições que são comuns para o número de economias são agrupadas em categorias. A pontuação é definida para cada restrição conforme um julgamento sobre sua severidade. Quanto mais severa for a restrição, maior será sua pontuação, que variará entre 0 e 1.

As categorias das restrições são então ponderadas em conformidade com o julgamento sobre seu custo econômico relativo. Os pesos são geralmente escolhidos para que o índice total varie entre 0 e 1.

O índice final é calculado separadamente para o prestador de serviços estrangeiro e para o nacional. Um índice estrangeiro é calculado para mensurar todas as restrições que impedem que um prestador estrangeiro entre no país e passe a prestar o serviço. Este índice estrangeiro cobre as restrições discriminatórias e as não-discriminatórias. A diferença entre o índice estrangeiro e o doméstico pode ser utilizada como medida de discriminação contra prestadores estrangeiros.

Baseado nos índices de restrição do prestador doméstico e do prestador estrangeiro encontrados em Findlay e Warren (2000), este estudo calculou o índice de discriminação contra prestadores estrangeiros para alguns países e setores para analisar a situação brasileira em comparação com outros países. Os dados foram consolidados na tabela 16, a seguir.

TABELA 16: Índice de discriminação contra prestador estrangeiro por país e setor

	Argentina	Brasil	Chile	França	Alemanha	Índia	Japão	México	Reino Unido	Estados Unidos
Serviços Profissionais										
Contabilidade e Auditoria	0,181	0,192	0,244	0,072	0,171	0,138	0,154	0,221	0,018	0,129
Serviços de Arquitetura	0,131	0,091	0,090	0,026	0,003	0,054	0,111	0,272	0,065	0,107
Serviços de Engenharia	0,134	0,193	0,241	0,003	0,078	0,097	0,044	0,293	0,041	0,076
Comunicações										
Telecomunicações	0,000	0,102	0,000	0,160	0,000	0,302	0,000	0,302	0,000	0,000
Distribuição										
	0,043	0,216	0,076	0,142	0,142	0,173	0,060	0,107	0,142	0,160
Serviços Financeiros										
Bancos	0,071	0,501	0,115	0,071	0,071	0,552	0,063	0,172	0,071	0,063
Serviços de Transporte										
Marítimo	0,236	0,293	0,379	0,201	0,200	0,353	0,261	0,307	0,178	0,429

Fonte: Findlay e Warren (2000)
1=fechado

Nota: 0=aberto;

A partir dos dados acima, é possível constatar que o índice contra o prestador estrangeiro está estreitamente relacionado com o índice de restrição ao IED. Para o caso brasileiro, os setores que apresentaram as maiores restrições ao comércio de serviços foram o de serviços financeiros e o de transporte.

As medidas sobre os impactos das restrições nos preços e/ou custos são calculadas, por sua vez, utilizando modelos econométricos que estimam os efeitos das restrições sobre os preços e/ou custos dos serviços. Esses modelos são desenvolvidos a partir da teoria econômica e incluem os determinantes relevantes para o desempenho econômico da firma prestadora do serviço (e.g. preço, lucro marginal, custo e quantidade), associados às medidas de restrição ao comércio definidas no índice de restrição ao comércio, indicado acima.

O modelo econométrico é então utilizado para estimar os determinantes de desempenho econômico de cada setor. As medidas de preço e custo são calculadas a partir dos resultados econométricos, e quando necessário, o efeito na quantidade ou lucro é convertido em efeito sobre o preço ou custo.

Dependendo do desempenho da medida escolhida, os resultados demonstraram um indicativo da extensão na qual as restrições afetam os preços e custos marginais, criando rendas econômicas ou elevando os custos acima do que seria no caso de não haver a restrição. Algumas estimativas calculadas em Findlay e Warren (2000) poderão ser analisadas abaixo.

TABELA 17: Medidas sobre os impactos das restrições nos preços e/ou custos

	Distribuição	Bancos	Engenharia	Telecomunicações
Austrália	0,57%	9,31%	2,82%	0,31%
Bélgica	4,87%	5,32%	0,52%	1,31%
Brasil	***	45,56%	***	5,68%
Canadá	3,09%	5,34%	5,31%	3,37%
Chile	1,32%	34,00%	***	1,68%
França	5,16%	5,32%	0,92%	1,43%
Grécia	0,25%	5,32%	***	4,52%
Hong Kong	0,06%	6,91%	5,06%	1,26%
Indonésia	3,66%	49,33%	10,22%	138,41%
Irlanda	2,70%	5,32%	***	2,67%
Japão	2,26%	15,26%	6,57%	0,26%
Malásia	8,23%	60,61%	11,98%	16,08%
Holanda	2,73%	5,32%	3,67%	0,20%
Nova Zelândia	0,77%	4,69%	***	0,27%
Cingapura	0,03%	31,45%	5,04%	2,72%
África do Sul	0,47%	14,90%	3,73%	20,89%
Suíça	5,24%	5,95%	***	1,23%
Reino Unido	2,76%	5,32%	2,54%	***
Estados Unidos	2,26%	4,75%	7,38%	0,20%

Fonte: Findlay e Warren (2000)

*** índice não calculado

Os resultados do índice de restrição ao comércio de serviços e das medidas sobre os impactos das restrições nos preços e/ou custos, calculados em Findlay e Warren (2000), servem como estimativas de equivalentes tarifários, e serão utilizados no modelo de equilíbrio geral computável que será construído para o presente estudo simular os cenários de abertura comercial.

6 - O modelo de equilíbrio geral

Os modelos de equilíbrio geral computável (EGC) são amplamente utilizados para analisar os impactos das políticas de remoção de barreiras comerciais, pois oferecem uma abordagem abrangente, mas ao mesmo tempo detalhada, dos efeitos destas políticas na economia.

Em linhas gerais, os modelos EGC são modelos de equilíbrio geral que determinam endogenamente, por meio de otimizações microeconômicas, os preços relativos e as quantidades de produção, utilizando sistemas computacionais que resolvem numericamente o problema de equilíbrio geral, fornecendo resultados globais e desagregados dos efeitos de mudanças políticas sobre as economias analisadas.

A base empírica dos modelos EGC vem da Matriz de Contabilidade Social (*Social Accounting Matrix / SAM*), que contém as receitas e despesas de todos os agentes da economia, tais como firmas, fatores de produção, consumidores, governo e resto do mundo. Esta matriz é construída a partir de informações contidas em matrizes de insumo-produto e contas nacionais.

A construção dos modelos de EGC consiste em atribuir funções aos agentes econômicos que representem o seu comportamento no momento que produzem os fluxos presentes na SAM. A idéia é que os valores expressos nestes fluxos são o resultado de ações comportamentais dos agentes econômicos do modelo. Com isso, pode-se dizer que os modelos de EGC são uma extensão moderna dos tradicionais modelos de contabilidade social e de insumo-produto. Eles avançam no sentido de possibilitar variações nos preços relativos, na substituição de fatores de produção e de produtos. Também, devido ao seu caráter multissetorial, eles são mais ricos em detalhes do que os modelos macroeconômicos (Fochezatto, 2002).

Nesse sentido, este estudo elaborará um modelo EGC para avaliar os impactos na economia brasileira da liberalização comercial em serviços em negociação na Rodada Doha, no âmbito da OMC. Para aprofundar a análise, serão

comparados três cenários de eliminação de barreiras comerciais: um apenas para eliminação das tarifas de importação de bens, outro para a eliminação das barreiras comerciais em serviços, e um último para a eliminação das barreiras em bens e serviços.

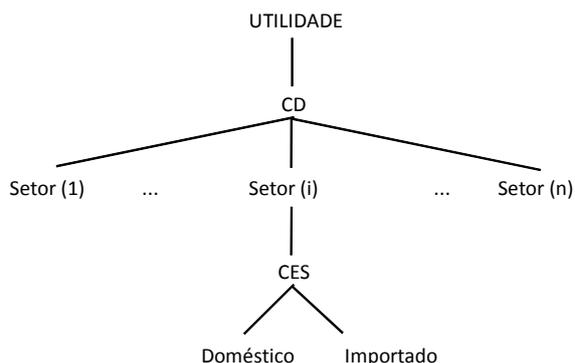
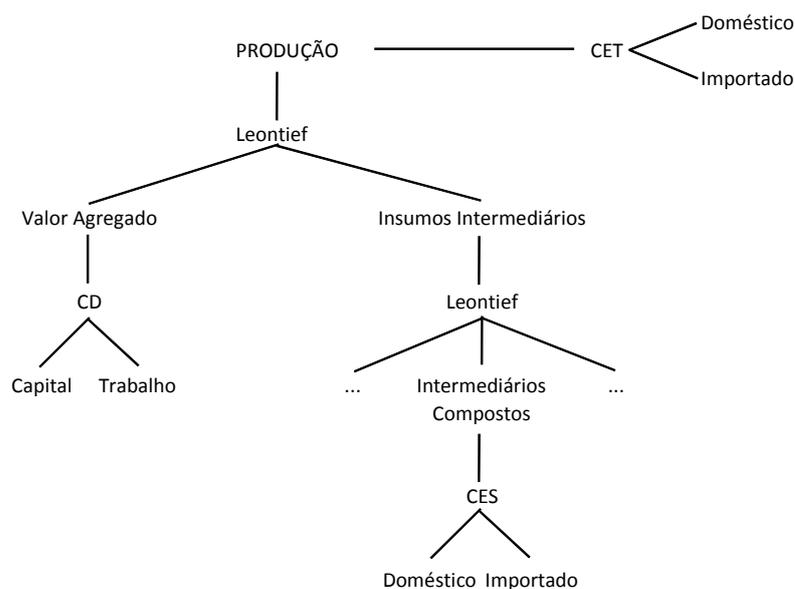
6.1 - Aspectos metodológicos

Apesar das diversas abordagens de equilíbrio geral analisadas anteriormente, este estudo se baseará no modelo de equilíbrio geral computável (EGC) desenvolvido por Hosoe (2004), e aplicado para a economia por Pinheiro (2005), que é um modelo do tipo estático, pertencente à primeira geração dos modelos computacionais, e que tem como hipótese uma economia pequena e aberta. Entretanto, esse tipo de modelagem possui a limitação de não considerar as especificidades dos modos de prestação de serviços, o que acaba tratando o comércio de serviços como uma mercadoria comercializada, subestimando a complexidade e os possíveis benefícios da liberalização.

A contribuição deste trabalho está em considerar as particularidades do comércio internacional de serviços, incorporando ao modelo o modo 3 de prestação de serviços, presença comercial de prestadores estrangeiros. Para capturar essa presença dos prestadores estrangeiros, foram incluídos na matriz de contabilidade social o investimento estrangeiro direto do período, conforme sugerido por Petri (1997), associado às estimativas de equivalentes tarifários nas importações de serviços, consoante calculado para a economia brasileira por Findlay e Warren (2000). Com essas incorporações, foi possível chegar a uma aproximação do que seria o efeito da liberalização do comércio de serviços para os modos de prestação transfronteiriço e presença comercial.

O modelo empregado neste trabalho está detalhado em Hosoe (2004) e Pinheiro (2005). Em linhas gerais, o modelo considera que a produção é caracterizada por retornos constantes de escala num cenário de concorrência perfeita. A estrutura geral do modelo pode ser representada pelo esquema abaixo.

FIGURA 16: Esquema da Estrutura do Modelo de Equilíbrio Geral



Fonte: adaptada a partir de Konan e Assche (2004)

No topo da estrutura temos o processo produtivo que pode ser dividido em dois estágios. No estágio de baixo, assume-se que o valor agregado (fator primário composto) é produzido a partir dos fatores capital e trabalho, por meio de uma tecnologia de produção do tipo Cobb-Douglas (CD). No estágio de cima, assume-se que os produtos brutos são produzidos por meio do valor agregado e de insumos intermediários, utilizando uma tecnologia de produção do tipo Leontief. Tendo em vista que o modelo trabalha com retornos constantes de escala, assume-se, adicionalmente, que toda a tecnologia de produção é homogênea de grau um. Entretanto, o problema de maximização no estágio de cima não pode ser resolvido pelo método lagrangeano, uma vez que a função de restrição nesse estágio é do tipo Leontief, o que não permite sua

diferenciação com relação aos seus insumos. A solução sugerida por Hosoe (2004) foi empregar uma função de elasticidade de substituição constante (*constant elasticity of substitution / CES*), representando as funções CD e Leontief. Na medida em que a elasticidade de substituição da função CES tende a zero, ela se aproxima de uma função do tipo Leontief, permitindo a utilização do método lagrangeano. Ademais, Hosoe (2004) atentou que o fato da função Leontief não ser diferenciável poderia causar algumas dificuldades na resolução dos cálculos numéricos pelo sistema computacional. Para solucionar esse ponto, a sugestão de Hosoe (2004) foi retomar uma das premissas do modelo de que a economia encontra-se num ambiente de concorrência perfeita com firmas operando numa condição lucro zero. Assim, caso uma firma obtivesse lucros excedentes, haveria a entrada de novas firmas até que o lucro excedente desaparecesse.

Outro pressuposto do modelo é o de economia aberta de país pequeno. O fato de tratarmos de uma economia aberta exige que se dê algum tratamento para os bens exportados, importados e produzidos internamente. Nesse contexto, Hosoe (2004) assumiu que os bens importados e os produzidos internamente são agregados e considerados como bens compostos de Armington. Esses bens compostos estão localizados na Figura 16 como os utilizados como insumos intermediários, pelo lado da produção, e como demanda doméstica setorial, pelo lado da utilidade. Nesse contexto, os bens importados são substitutos imperfeitos dos bens produzidos internamente, indicando que uma unidade de insumo importado pode ser substituída por mais de uma unidade do insumo produzido internamente. Essas tecnologias também são expressas por uma função de produção do tipo CES. O modelo também assume que os bens exportados podem ser imperfeitamente transformados em bens domésticos. Assim, quando uma firma desiste de exportar uma unidade de bem, ela pode ofertar menos que uma unidade desse bem no mercado doméstico. Admite-se, portanto, que estas firmas possuem tecnologia de produção do tipo elasticidade de transformação constante (*Constant elasticity of transformation / CET*)

Pelo lado da utilidade, considera-se um consumidor representativo que maximiza sua função de utilidade do tipo CD sujeito a uma restrição

orçamentária representada pela sua renda, que é obtida a partir da remuneração dos fatores de produção, trabalho e capital, ofertados de forma inelástica às firmas. No primeiro nível, o consumidor decide quanto gastar em bens de cada setor, dada a restrição orçamentária. No segundo nível, o consumidor determina, para cada setor, o quanto gastará com os bens produzidos domesticamente e com os bens importados, conforme indicado acima.

Quanto ao governo, o modelo assume que suas receitas decorrem dos impostos diretos e indiretos que incidem sobre a produção. Essas receitas são gastas em consumo público e poupança. Pinheiro (2005) define que a partir da diferença entre a receita tributária e a poupança, o governo compra os bens disponíveis na economia.

No que diz respeito ao investimento, Hosoe (2004) ressalta que ele é um componente importante da demanda, e sua introdução no modelo é importante para os propósitos empíricos. Apesar de o modelo ser do tipo estático, e não lidar com questões intertemporais, comuns quando se tratam de investimento, o autor resolveu tratar o investimento de forma semelhante à forma que tratou o consumo do governo.

Até então foram estabelecidas as condições de equilíbrio de mercado para cada agente, baseadas em seu comportamento de otimização supondo que os preços são dados e que a demanda e oferta de cada agente é satisfeita consoante seu comportamento quanto aos preços dados. Entretanto, quando consideramos o equilíbrio geral de economia, faz-se necessário definir uma condição de *market clearing* para que todos os mercados atinjam o equilíbrio geral. Hosoe (2004) impôs uma condição de equilíbrio entre os fatores primários e outra condição de equilíbrio entre a demanda de bens compostos com a sua oferta, em que o bem composto é utilizado para consumo privado, consumo do governo, investimento, e insumos intermediários, que resultaram num sistema de equações simultâneas.

Entretanto, o sistema de equações simultâneas resultante da condição de equilíbrio geral apresentava 43 equações e 46 variáveis endógenas. Como o número de variáveis endógenas era maior que o número de equações, o sistema encontrava-se sem solução. Para resolver o problema, Hosoe (2004) realizou um fechamento macro do modelo a partir da taxa de câmbio e das poupanças do consumidor representativo, do governo e do setor externo. Para tanto, assumiu que as poupanças do consumidor representativo e do governo eram determinadas conforme suas propensões médias a poupar.

Retomando outro pressuposto do modelo, o de país pequeno, pôde-se supor que a disponibilidade de poupança externa era restrita. Hosoe (2004) definiu então que a poupança externa era constante em termos de moeda estrangeira, enquanto a taxa de câmbio se ajustava para alcançar o equilíbrio no balanço de pagamentos. Assim, a poupança externa foi tida como uma variável exógena e a taxa de câmbio como uma variável endógena.

Estas regras de fechamento macro do modelo igualaram o número de equações e variáveis do sistema de equações simultâneas possibilitando a solução do modelo de equilíbrio geral. Entretanto, como uma das equações do modelo é redundante, Hosoe (2004) sugere que se escolha um bem ou fator do modelo como numerário e fixe seu preço igual a um.

6.2 - Mensuração do nível de bem-estar da economia

Para mensurar o nível de bem-estar da economia, este estudo empregou o mesmo indicador proposto por Pinheiro (2005). A autora, baseada em Hosoe (2004) utilizou o indicador de variação equivalente Hicksiana, construído com a finalidade de avaliar os impactos macroeconômicos da variação da política tarifária de importações. Hosoe (2004) aponta que este indicador é bastante utilizado para calcular o bem-estar nos modelos de equilíbrio geral pelo fato de ser um indicador que possui um bom fundamento microeconômico.

Conforme Pinheiro (2005), o indicador de variação equivalente Hicksiana pode ser expresso por:

$$ep(p_i^q, UU) \equiv \arg \min_{X_i^p} \left[\sum_i p_i^q X_i^p \mid UU = UU(X_i^p) \right]$$

Onde:

$ep(p_i^q, UU)$ = função de gastos,

X_i^p = consumo do i-ésimo bem,

p_i^q = preço do i-ésimo bem,

$UU(X_i^p)$ = função utilidade na qual UU é um nível de utilidade dado.

Assim, o lado direto da função representa o gasto mínimo necessário para alcançar um dado nível de utilidade, considerando-se os preços p_i^q . Pelas características desta formulação, os níveis de utilidade são apresentados em valores a partir da função de gastos, e o indicador de variação equivalente hicksiana construído para comparar dois estados de equilíbrio é dado por:

$$EV \equiv ep(p_i^{q0}, UU^1) - ep(p_i^{q0}, UU^0)$$

A autora ressalta que os dois pontos de equilíbrio acima têm diferentes conjuntos de preços. Portanto, para se obter uma fonte de comparação significativa, são construídos índices de preço de Laspeyres, o que permite excluir os efeitos das variações destes preços.¹⁰

6.3 - A matriz de contabilidade social

A matriz de contabilidade social é a base empírica dos modelos de equilíbrio geral. No caso brasileiro, esta matriz é originada principalmente a partir das tabelas de recursos e usos (TRU) e das contas econômicas integradas (CEI), ambas publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A matriz utilizada neste trabalho seguiu a metodologia e formação da matriz empregada em Pinheiro (2005).¹¹

¹⁰ Para maiores detalhes, ver Hosoe (2004).

¹¹ A estrutura representativa dessa matriz está detalhada em Pinheiro (2005).

A matriz construída possui a característica de ser oriunda de dados gerados por fontes nacionais, inclusive no seu detalhamento referente ao comércio internacional e setores produtivos. Essa estrutura matricial é construída em concordância com o modelo teórico de equilíbrio geral, e busca capturar a interdependência dos diversos agentes e mercados, além de abranger o total dos fluxos de renda e as transações econômicas estipulados pelas equações matemáticas.

No caso da modelagem pretendida nesse trabalho, a matriz de contabilidade social construída para o Brasil baseou-se nos dados de 2003, por serem os mais atuais disponibilizados pelo IBGE. O nível de desagregação setorial escolhido buscou explicitar as atividades de serviços do Sistema de Contas Nacionais relevantes para as negociações comerciais do GATS.

Tendo em vista que o objetivo deste estudo se concentra em avaliar os impactos da liberalização comercial do Brasil, decorrentes da Rodada Doha na OMC, o agente econômico resto do mundo não foi segmentado por países.

Os fatores de produção incorporados ao modelo foram o capital e o trabalho. O governo foi incluído em sua esfera mais ampla, isto é, o governo federal o qual é o agente soberano na condução da política de comércio exterior do Brasil. Desta maneira, a matriz tem em sua base de dados as receitas e despesas do governo federal, das firmas e das famílias.

Ademais, para refletir as especificidades das barreiras ao comércio de serviços, foram incluídos na matriz de contabilidade social informações sobre o investimento estrangeiro direto, retirado do Banco Central do Brasil, bem como os equivalentes tarifários dos setores de serviços, estimados para a economia brasileira a partir dos cálculos do índice de restrição ao comércio de serviços de Findlay e Warren (2000).

Por fim, convém ressaltar que esse sistema matricial quadrático da economia brasileira foi construído de maneira coesa e coerente com a disponibilidade de dados e os objetivos do estudo pretendido.

7 - Simulações dos cenários de abertura comercial

O modelo de equilíbrio geral aplicado neste estudo será direcionado às simulações de remoção de barreiras comerciais, consubstanciadas pelas tarifas de importação ou pelos equivalentes tarifários, correspondentes às opções de liberalização unilateral da economia brasileira a todos os parceiros comerciais indiscriminadamente. O software utilizado para resolver o modelo de equilíbrio geral computável foi o GAMS (*General Algebraic Equilibrium System*).

Os cenários de liberalização analisados neste estudo podem ser divididos em três. Num primeiro cenário, analisa-se os impactos da liberalização dos setores de bens na economia como um todo. Em segundo lugar, foca-se na liberalização dos setores de serviços, levando-se em conta os modos 1 e 3 de prestação, transfronteiriço e a presença comercial. E, posteriormente, o terceiro cenário avalia os impactos da liberalização de bens em conjunto com a de serviços.

7.1 - Abertura comercial em bens

Na tabela 18, a seguir, são apresentados os resultados obtidos a partir da simulação de tarifas zeradas para o comércio de bens.

TABELA 18: Efeitos Setoriais da Liberalização do Comércio de Bens (variações percentuais)

	Consumo das famílias	Valor agregado	Demanda por investimento	Uso do capital	Uso do trabalho	Exportações Totais	Importações Totais
Agropecuária	0,36	0,56	0,25	1,18	0,11	-6,60	-1,28
Indústria extrativa mineral	0,20	1,44	1,18	2,12	-0,06	3,92	2,56
Indústria de transformação	1,13	1,46	1,02	1,96	0,87	2,55	-1,53
Serviços de utilidade pública	0,01	-0,37	-0,59	0,34	-0,25	-5,23	5,13
Construção	0,41	-0,11	-0,40	0,52	0,15	-8,45	-8,45
Comércio	0,09	1,23	0,81	1,75	-0,16	3,22	7,35
Transporte	0,46	0,93	0,54	1,47	0,21	3,89	10,69
Comunicações	0,05	0,27	0,02	0,95	-0,21	0,75	0,52
Instituições Financeiras	0,07	-0,07	-0,45	0,48	-0,19	0,43	0,48
Serviços prestados às famílias	0,38	0,27	-0,22	0,71	0,12	1,20	1,32
Serviços prestados às empresas	0,20	-0,15	-0,63	0,30	-0,05	0,64	0,26
Aluguel de Imóveis	-0,36	-0,34	-0,36	0,57	-0,62	0,05	0,85
Administração Pública	0,17	-3,03	-3,81	-2,92	-0,09	-0,22	5,64
Serviços privados não-mercantis	0,52	0,52	-0,38	0,54	0,27	-9,02	3,07

Fonte: Elaboração própria. Ver texto.

Em termos gerais, a liberalização do comércio de bens traz uma elevação branda no consumo das famílias. No que diz respeito ao valor agregado e à demanda por investimento, as atividades que comercializam bens – agropecuária, indústria extrativa mineral e indústria da transformação – apresentaram resultados positivos. Nota-se também elevação na demanda por atividades ligadas ao comércio, transporte e comunicações, que são atividades que fornecem insumos intermediários para a comercialização dos bens.

No que se refere aos fatores de produção, nota-se uma elevação do uso do capital, o que demonstra que a economia passaria a utilizar mais intensivamente capital do que trabalho.

Pelo lado dos fluxos de comércio, a maioria dos setores apresentou variações positivas tanto nas exportações, quanto nas importações. É interessante notar que, neste cenário, a atividade agropecuária sofre redução tanto em suas exportações, quanto em suas importações. Esta atividade é composta, basicamente, por estabelecimentos que fornecem insumos intermediários ao mercado nacional. Tendo em mente que a eliminação das tarifas de importação permite a entrada de produtos que propiciam o uso, na produção, de fatores mais intensivos em capital, a produtividade da economia, como um todo, é elevada. Esta elevação acarreta aumento na demanda por insumos intermediários. Dessa forma, a atividade agropecuária reduz suas exportações, pois passa a fornecer mais para o mercado interno, mas, ao mesmo tempo, há redução nas importações desta atividade, pois ela também foi beneficiada pelo aumento na produtividade geral da economia.

Finalmente, o indicador de variação equivalente Hicksiana, que representa a variação no consumo relativamente ao consumo no estado de equilíbrio, apresentou um valor positivo de 0,549, o que indica uma melhora no nível de bem-estar geral da economia.

7.2 - Abertura comercial em serviços

Nesta segunda simulação, avaliamos o impacto da liberalização apenas do comércio de serviços. Os resultados estão apresentados na tabela 19.

TABELA 19: Efeitos Setoriais da Liberalização do Comércio de Serviços (variações percentuais)

	Consumo das famílias	Valor agregado	Demanda por investimento	Uso do capital	Uso do trabalho	Exportações Totais	Importações Totais
Agropecuária	-0,01	0,00	-1,83	-1,39	2,92	1,02	-0,30
Indústria extrativa mineral	0,69	-0,14	-1,14	-1,33	2,98	2,07	0,97
Indústria de transformação	0,86	0,08	-0,98	-1,90	2,38	0,89	0,48
Serviços de utilidade pública	0,08	0,02	-1,74	-0,99	3,34	0,20	-0,17
Construção	1,47	-12,48	-0,38	-13,66	-9,89	-13,68	107,69
Comércio	1,04	3,60	-0,80	1,65	6,09	5,68	-91,74
Transporte	1,01	2,96	-0,83	1,12	5,54	5,39	-99,93
Comunicações	11,22	12,55	9,19	11,27	16,13	14,70	-8,53
Instituições Financeiras	3,62	3,61	1,73	1,81	6,26	4,70	-48,92
Serviços prestados às famílias	3,37	5,40	1,48	3,06	7,57	6,58	-85,72
Serviços prestados às empresas	4,72	3,17	2,81	0,92	5,33	4,72	-13,86
Aluguel de Imóveis	-1,13	4,51	-2,93	4,42	8,98	-1,39	-100,00
Administração Pública	1,60	-10,66	-0,25	-13,94	-10,17	-4,43	9,36
Serviços privados não-mercantis	2,16	2,12	0,30	-2,07	2,21	-16,71	7,49

Fonte: Elaboração própria. Ver texto.

Neste cenário, nota-se um aumento no consumo das famílias e no valor agregado em quase todas as atividades. Por outro lado, a demanda por investimento apenas se eleva nas atividades ligadas às comunicações, instituições financeiras, serviços prestados às famílias e às empresas, que hoje são atividades que apresentam maior dinamicidade.

Quanto aos fatores de produção, em quase todas as atividades de serviços nota-se uma maior utilização tanto do capital quanto do trabalho. Já nas atividades que produzem bens, há uma redução no uso do capital e elevação no uso do trabalho.

Nos fluxos de comércio, a agropecuária apresenta elevação das exportações e redução das importações, e de forma geral, a redução das importações é absurdamente maior que a elevação nas exportações, mas no saldo isso é bastante positivo para o balanço comercial do país.

Nesta análise, o setor de construção apresenta índices muito ruins e elevados para quase todos os indicadores.

Em termos do efeito sobre o nível de bem-estar geral da economia brasileira, a eliminação das barreiras ao comércio de serviços provocou um aumento do indicador de variação equivalente Hicksiana para 1,657, o que é relativamente maior do que o efeito da liberalização do comércio de bens. Isso demonstra que a liberalização do comércio de serviços provoca uma melhora no bem-estar da economia maior do que a liberalização do comércio de bens.

7.3 - Abertura comercial em bens e serviços

Neste último cenário são avaliados os impactos de uma abertura generalizada da economia a todos os parceiros comerciais. Os resultados obtidos representam os efeitos de uma simulação de redução total das tarifas e barreiras ao comércio. Na tabela 20, a seguir, os efeitos setoriais são apresentados em termos de variação percentual.

TABELA 20: Efeitos Setoriais da Liberalização Conjunta do Comércio de Bens e de Serviços (variações percentuais)

	Consumo das famílias	Valor agregado	Demanda por investimento	Uso do capital	Uso do trabalho	Exportações Totais	Importações Totais
Agropecuária	0,32	0,32	-1,99	-1,78	4,81	-9,75	-0,61
Indústria extrativa mineral	0,82	2,05	-1,50	0,21	6,94	8,45	5,09
Indústria de transformação	2,12	1,81	-0,23	-1,24	5,39	4,39	-0,49
Serviços de utilidade pública	0,96	9,34	-1,36	7,67	14,90	-2,02	-100,00
Construção	1,72	-11,90	-0,62	-13,70	-7,91	-23,75	93,95
Comércio	1,20	5,38	-1,12	2,38	9,25	11,53	-90,61
Transporte	1,61	4,65	-0,73	1,83	8,66	12,23	-99,92
Comunicações	11,34	13,10	8,78	11,14	18,60	16,23	-7,70
Instituições Financeiras	3,74	3,43	1,36	0,70	7,47	5,50	-48,48
Serviços prestados às famílias	3,98	5,91	1,59	2,36	9,23	8,79	-85,39
Serviços prestados às empresas	5,09	2,94	2,67	-0,45	6,23	6,01	-13,41
Aluguel de Imóveis	-1,99	3,77	-4,24	3,62	10,58	-1,84	-100,00
Administração Pública	1,88	-16,95	-0,47	-21,54	-16,27	-5,83	21,07
Serviços privados não-mercantis	3,26	3,30	0,89	-3,07	3,44	-30,97	-97,96

Fonte: Elaboração própria. Ver texto.

Os resultados setoriais desta simulação apontam para um aumento generalizado no consumo das famílias e no valor adicionado, com destaque para comunicações e serviços prestados às empresas. O investimento, assim como na liberalização do comércio de serviços, sofre redução em quase todos os setores, com exceção dos serviços de comunicações, financeiro, prestados às famílias e empresas.

A análise da corrente comercial setorial aponta uma melhora nas exportações e brusca redução das importações, o que seria positivo para o país. Na atividade

de agropecuária ocorre o mesmo efeito da liberalização do comércio de bens, com retração tanto das importações quanto das exportações.

O resultado sobre o nível de bem-estar geral da economia calculado pela variação equivalente Hicksiana foi de 2,307. Nesse sentido, o valor calculado sugere que a liberalização do comércio para bens e serviços gera efeitos superiores sobre o bem-estar geral.

7.4 – Síntese dos resultados

Após a simulação de cada cenário de liberalização, o software GAMS apresenta alguns resultados importantes para a análise do estudo. Um dos resultados é o nível de bem-estar, indicado em seção anterior. Outro é o nível do produto da economia no novo equilíbrio geral para cada atividade.

Quanto ao nível de bem-estar, em síntese, a liberalização de serviços traz resultados mais positivos para a economia brasileira do que a liberalização de bens, mas é na liberalização conjunta de bens e serviços que a economia alcança seus melhores resultados em termos de bem-estar.

TABELA 21 - Nível de bem-estar da economia após a liberalização comercial

<u>Índice de Equivalência Hicksiana</u>	
Cenário 1	0,55
Cenário 2	1,66
Cenário 3	2,31

Fonte: Elaboração própria. Ver texto.

Outra análise bastante útil para os estudos de liberalização do comércio de serviços é o do impacto da liberalização no produto dos setores da economia. Os dados podem ser observados na Tabela 22. Para o cálculo, considerou-se o produto em cada atividade antes da liberalização (i.e. *benchmarking*) e o produto após a liberalização em cada cenário. As atividades foram agregadas em quatro atividades principais conforme observado na tabela.

TABELA 22 – Participação % dos setores no PIB nos diferentes cenários de liberalização comercial

	Bench	Cen 1	Cen 2	Cen 3
Agropecuária	0,06	0,06	0,06	0,05
Indústria extrativa mineral	0,02	0,04	0,02	0,04
Indústria de transformação	0,39	0,66	0,41	0,67
Serviços	0,54	0,24	0,52	0,25

Fonte: Elaboração própria. Ver texto.

De acordo com a análise do impacto da liberalização comercial na distribuição da produção entre os setores da economia, vemos que a liberalização de serviços é a que causa menor alteração entre a participação dos setores na economia.

Na liberalização de bens e na de bens e serviços (Cenários 1 e 3) tem-se uma reorientação entre os setores, elevando-se a participação da indústria da transformação e reduzindo a participação de serviços. Na liberalização de serviços (Cenário 2), por sua vez, mantém-se a mesma estrutura da economia.

Conclusões e Trabalhos Futuros

Este trabalho buscou avaliar os impactos da liberalização do comércio de serviços na economia brasileira. Para tanto, contextualizou o setor de serviços na economia brasileira e na economia mundial e fez uma revisão da literatura atual que trata do comércio internacional de serviços. Após o estudo geral, foram realizadas algumas análises sobre as barreiras ao comércio de serviços no Brasil e o levantamento de estimativas de equivalentes tarifários para as barreiras ao comércio de serviços no País. Finalmente, o estudo aplicou para a economia brasileira, a partir de um modelo de equilíbrio geral computável, simulações de cenários de abertura comercial do País em serviços, bens e ambos, visando a avaliar os impactos setoriais, no produto e no bem-estar da economia brasileira decorrentes dessas liberalizações.

De fato, as economias contemporâneas desenvolvidas vêm apresentando, nos últimos anos, uma elevação na participação das atividades de serviços em seu produto interno. Essa elevação vem acompanhada, ademais, da crescente participação das atividades de serviços nos fluxos de comércio internacional. A partir dos dados analisados no presente estudo, foi possível observar que o Brasil apresenta tendência semelhante no que diz respeito a participação do setor de serviços em seu produto e nos demais setores da economia. Entretanto, no que tange ao comércio internacional de serviços, ainda apresenta elevadas barreiras a entrada de prestadores estrangeiros no País.

No desenrolar do estudo, foram calculados alguns índices de abertura da economia brasileira ao comércio de serviços a partir dos compromissos assumidos pelo País na OMC. Ademais, foram considerados outros índices ao comércio de serviços e estimativas de equivalentes tarifários calculados para a economia brasileira e para outros países por outros autores.

A partir das informações quanto às barreiras ao comércio de serviços no Brasil e dos dados sobre a matriz de contabilidade nacional brasileira e sobre a entrada de investimento estrangeiro direto no Brasil, foi elaborado um modelo

de equilíbrio geral computável, ajustado para refletir as particularidades do comércio de serviços, e calculado os impactos da liberalização da economia brasileira em diferentes cenários: liberalização do comércio de serviços, de bens e de ambos.

Os resultados demonstraram que a liberalização de serviços foi a que causou a menor alteração entre a participação dos setores na produção interna da economia. No que tange à análise do nível de bem-estar após a liberalização, observou-se que a liberalização de serviços traria resultados mais positivos para a economia brasileira do que a liberalização de bens, mas foi na liberalização conjunta de bens e serviços que a economia obteve os melhores resultados em termos de bem-estar.

Tendo em vista que o principal objetivo deste trabalho era avaliar os possíveis impactos na economia brasileira decorrentes da liberalização do comércio de serviços em negociação na OMC, é possível concluir, a partir das simulações realizadas, que a liberalização do comércio de serviços não somente traz uma elevação no consumo das famílias e crescimento do produto da economia, mas também altera muito pouco a participação dos setores no produto, trazendo poucos impactos negativos para a economia.

Tais resultados estão em consonância com a posição de países desenvolvidos, como os Estados Unidos, os quais defendem a visão de que a liberalização do comércio internacional de serviços, mesmo implicando na privatização de vários serviços de utilidade pública e no compromisso com a desregulamentação, traz grandes benefícios econômicos, em especial aos países em desenvolvimento, pois a presença de firmas estrangeiras prestadoras de serviços contribuiu para melhorar a qualidade dos mesmos. Como os serviços são insumos importantes para toda a atividade econômica, a melhora em sua qualidade poderia se traduzir em um aumento da produtividade em todo o sistema econômico promovendo seu desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ambiente de negócios e investimentos.

No entanto, é necessário atentar para o fato de que o processo de abertura de um país ao comércio internacional de serviços não é tão simples. Ao contrário da retórica simplista dos favoráveis ao livre mercado, pregada principalmente pelos países desenvolvidos, a privatização e a desregulamentação de atividades do setor serviços demandam um processo bem planejado e cauteloso envolvendo a redefinição de todo o aparato regulatório interno. A simples abertura do setor de serviços ao comércio internacional não seria a solução para que a economia possa contar com serviços de qualidade, embora seja parte dela. A transição de uma economia fechada e regulamentada para uma economia aberta envolve um processo complexo, e a presença de agências estruturadas que regulem a prestação de serviços por firmas privadas, nacionais ou estrangeiras, estabelecendo metas e medidas para a proteção dos usuários é essencial para estimular um contexto no qual os serviços que passaram pela abertura comercial sejam de qualidade e que os novos prestadores mantenham o compromisso de prestar serviços tecnologicamente atualizados.

Nesse contexto, uma proposta futura de pesquisa poderia contemplar os demais modos de prestação de serviços e o aperfeiçoamento do modelo de equilíbrio geral, no que diz respeito aos equivalentes tarifários e a desagregação do Resto do Mundo em regiões nas quais o Brasil tenha interesse em negociar acordos regionais. A partir desse modelo aprimorado, teremos condições de analisar os impactos da abertura de cada setor de serviços e o impacto da abertura comercial conjunta do país com seus principais parceiros comerciais.

Bibliografia

ARNULL, A. The Scope of the Common Commercial Policy: A Coda on Opinion 1/94. In: the European Union and World Trade Flow: After the GATT Uruguay Round. 1996.

BACEN – Banco Central do Brasil. Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS). Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/?SERIESTEMP/>.

BROWN, D.; STERN, R. Measurement and Modeling of the Economic Effects of Trade and Investment Barriers in Services. *Review of International Economics*, 9(2): 262-286. 2001.

CAMPO FILHO, L. Unilateral liberalization and Mercosul: implications for resource allocation. *Revista Brasileira de Economia*, v.52, n.4. 1998.

CAVALCANTE, J. E J. MERCENIER. Uma avaliação dos ganhos dinâmicos do Mercosul usando equilíbrio geral. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.29, n.2. 1999. Routledge

CHEN, Z.; SCHEMBRI, L. Measuring the Barriers to Trade in Services Literature and Methodologies. 2002.

DEE P.; Hanslow K. Multilateral Liberalization of Services Trade, in Robert M. Stern, editor, *Services in the International Economy*, Ann Arbor: University of Michigan Press. 2001.

Dee, P.; HARDIN, A.; HOLMES, L. "Issues in the Application of CGE Models to Services Trade Liberalization," in Christopher Findlay and Tony Warren, editors, *Impediments to Trade in Services: Measurement and Policy Implications*. London and New York: Routledge. 2000.

DEE, P.; HANSLOW, K.; PHAMDUC, T. Measuring the Costs of Barriers to Trade in Services, in Takatoshi Ito and Anne Krueger (eds.), Trade in Services in the Asia-Pacific Region. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

DEARDORFF, A. V.; STERN, R. M. Empirical Analysis of Barriers to International Services Transactions and the Consequences of Liberalization. RSIE Discussion Paper no. 505. January, 2004.

DIAO, X. e A. SOMWARU. An inquiry on general equilibrium effects of Mercosur – na intertemporal world model. Journal of Policy Modeling. v.22, n.5. 2000.

DIHEL, N.; KALINOVA, B. Services Barriers and their Economic Impact: Examples of Banking and Telecommunication Services in Selected Transition Economies. OECD Trade Policy Working Paper no. 7. October, 2004.

DOMINGUES, E. Dimensão regional e setorial da integração brasileira na área de livre comércio das Américas. Tese (Doutorado), apresentada ao IPE/USP. São Paulo, 2002.

DOMINGUES, E.; LEMOS, M. Interregional Impacts os Trade Liberalization Strategies in Brazil. Revista de Economia. December, 2004.

IBGE. Contas nacionais do Brasil: 2000-2005. Rio de Janeiro: Fundação IBGE. 2003.

JENSEN, J.; RUTHERFOR, T.; TARR D. Economy-Wide of Russia's Accession to the WTO. Availabe at: <http://www.worldbank.org/russiwto>. April, 2004.

_____.The Impact of Liberalizing Barriers to Foreign Direct Investment in Services: The case of Russia's Accession to the WTO. Availabe at: <http://www.worldbank.org/russiwto>. June, 2004.

_____ . Telecommunications Reform within Russia's Accession to the WTO. Available at: <http://www.worldbank.org/russiawto>. September, 2004.

FEIJÓ, R. Contabilidade Social: O Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Editora Campos, 2003.

FLORES, R.G. The gains from Mercosul: a general equilibrium, imperfect competition evaluation. *Journal of Policy Modeling*, v.19, n.1. 1997.

FOCHEZATTO, A. Testando um modelo de equilíbrio geral computável para a economia gaúcha: impactos da reestruturação tributária. *Revista Ensaios (FEE)*, Porto Alegre/RS, v. 23, p. 371-398, 2002.

FRANÇOIS, J. Estimates of Barriers to Trade in Services. 1999.

GONZAGA, G. M., M. C. T. TERRA E J. CAVALCANTE. O impacto do Mercosul sobre o emprego setorial no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 28, n.3. 1998.

HADDAD, E. (coord.), B-MARIA-27: an insterstate CGE model for Brazil. Research memo, FIPE: São Paulo, SP, 2003.

HADDAD, E.; AZZIONI, C.; DOMINGUES, E; PEROBELLI, S. Contas estaduais e matriz interestadual de insumo-produto para o Brasil. *Economia Aplicada*, v. 6,n. 4, p. 875-895. Out/Dez. 2002.

HADDAD, E.; DOMINGUES, E; PEROBELLI, F. Regional effects of economic integration: the case of Brazil. *Journal of Policy Modeling* 24, p. 453-482. 2002.

HADDAD, E.; DOMINGUES, E. EFES – um modelo aplicado de equilíbrio geral para a economia brasileira: projeções setoriais para 1999-2004. *Estudos Econômicos*, v. 31, n. 1, p 89-125. Janeiro - Março. 2001.

HANSLOW, K. The Structure of FTAP Model. Conference Paper of the Third Annual Conference on Global Economic Analysis, Australia, June, 2000.

HARDIN, H. AND HOLMES, L. Services Trade and Foreign Direct Investment. Staff Research Paper, Industry Commission. Australia, 1997.

HOEKMAN, B. Tentative first steps: an assessment of the Uruguay Round agreement on services. Washington, D. C.: Banco Mundial, Policy Research. Working Paper, 1.455. May, 1995.

_____. Assessing the General Agreement on Trade in Services, in Will Martin and Alan Winters (eds.), The Uruguay Round and the Developing Countries, World Bank Discussion Paper no. 307. 1996.

_____. Services Liberalization and the Millennium Round, for presentation at the Federal Reserve Bank of St. Louis Conference "Multilateral Trade Negotiations: Issues for the Millennium Round. October, 1999.

HOEKMAN, B. BRAGA, P. Protection and Trade in Services: a Survey. Open Economies Review. 1997.

HOSOE, N. Computable General Equilibrium Modeling with GAMS. National Graduate Institute for Policy Studies. February, 2004.

KALIRAJAN. "The Price Impact of Restrictions on Banking Services", in Christopher Findlay and Tony Warren, editors, Impediments to Trade in Services: Measurement and Policy Implications. London and New York: Routledge. 2000.

KON, A. Sobre a Economia Política do Desenvolvimento e a Contribuição Social dos Serviços. Revista de Economia Política, vol 27, no. 1(105), pp. 130-146. Janeiro - Março, 2007.

KONAN, D.; MARKUS, K. Joint Trade Liberalization and Tax Reform in a Small Open Economy: The Case of Egypt, *Journal of Development Economics* 61: 365- 92. 2000.

_____. Quantifying the impact of services liberalization in a developing country. June, 2002.

KONAN, D.; ASSCHE, A. Assessing the Benefits of Partial Telecommunications Liberalization to Tunisia. July, 2004.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. *Economia Internacional, Teoria e Política*. 5ª Edição, MAKRON Books. São Paulo, 2001.

LOFGREN, H.; HARRIS, R.; ROBISON, S. A Standard General Equilibrium Model in GAMS, International Food Policy Research Institute. 2002.

MARKUSEN, J.; RUTHERFOR, T.; TARR D. Foreign Direct Investment in Services and the Domestic Market for Expertise. Policy and Reserach Working Paper 2413, Washington
D.C.: The World Bank. 2000.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Panorama do Comércio Internacional de Serviços. Secretaria de Comércio e Serviços. Julho, 2007.

OLIVEIRA, J. Sobrevalorização da Taxa de Câmbio e o Agronegócio: Uma Análise do Equilíbrio Geral com Base na Estrutura Produtiva Brasileira de 2005, Tese USP, Piracicaba. Janeiro, 2002.

OLIVEIRA JÚNIOR, M. Uma Análise da Liberalização do Comércio Internacional de Serviços no Mercosul, Texto para Discussão no. 727. Rio de Janeiro. Junho, 2000.

PARK, S.C. Measuring Tariff Equivalents in Cross-Border Trade in Services, KIEP Working Paper 02-15, 2002.

PECC – Pacific and Economic Cooperation Council. Survey of Impediments to Trade and Investment in the APEC Region. Singapore, 1995.

PETRI, P. Foreign Direct Investment in a Computable General Equilibrium Framework. Paper prepared for the conference, Making APEC Work: Economic Challenges and Policy Alternatives. Tokyo. 1997.

PEROBELLI, F.; HADDAD, E. Exportações Internacionais e Interações Regionais: Uma análise de Equilíbrio Geral. Estudos Econômicos, São Paulo, v.36, n.4, pp. 833-866. Outubro-Dezembro, 2006.

_____. Comércio Internacional e Interações Regionais uma análise de equilíbrio geral. 2005.

PINHEIRO, D. S. Multilateralismo versus Regionalismo: Impactos da Área de Livre Comércio das Américas sobre a Economia Brasileira. Dissertação de Doutorado, Universidade de Brasília. 2005.

RUTHERFOR, T.; TARR D. Regional Impacts of Russia's Accession to the WTO. June, 2006.

SILVA NETTO, J.B. *Call Centers* no Brasil: Um Estudo Sobre Emprego, Estratégias e Exportações. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

STEPHENSON, S. M. Approaches to liberalizing services. Washington, D. C.: Banco Mundial, Policy Research, Working Paper, 2.107. May 1999.

STERN, R. "Quantifying Barriers to Trade in Services," in Bernard Hoekman, Aaditya Mattoo, and Philip English, editors, Development, Trade and the WTO: A Handbook, Washington DC: World Bank. 2002.

TREBILCOCK, M., HOWSE, R. The regulation of international trade. New York and London: Routledge. 1995.

VERIKIOS, G; ZHANG, X. Sectoral Impacts of Liberalising Trade in Services. Staff Research Paper, Productivity Commission. Australia. 2000.

_____. Global Gains from Liberalising Trade in Telecommunications and Financial Services. Staff Research Paper, Productivity Commission. Australia. 2001.

_____. The Economic Effects of Removing Barriers to Trade in Telecommunications, Staff Research Paper, Productivity Commission. Australia. 2003.

WARREN, T.; FINDLAY, C. "Measuring Impediments to Trade in Services", in Pierre Sauve and Robert M. Stern, editors, GATS 2000: New Directions in Services Trade Liberalization, Washington DC: Brookings Institution Press. 2000.

WTO – World Trade Organization. International Trade Statistics in: http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2005_e/its05_toc_e.htm

ZDOUC, W. WTO Disputes Settlement Practice Relating to the GATS. Journal of International Economic Law, Vol. 2, No. 2, June 1999.